

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA – NATUREZA, RELAÇÕES SOCIOECONOMICAS E  
PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS



**TEIAS DE CARIDADE E O LUGAR SOCIAL DOS EXPOSTOS DA  
FREGUESIA DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO - CAPITANIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE, SÉCULO XVIII**

THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA

NATAL / RN  
2009

THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA

**TEIAS DE CARIDADE E O LUGAR SOCIAL DOS EXPOSTOS DA  
FREGUESIA DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO - CAPITANIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE, SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História, como pré-requisito para obtenção do título  
de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Fátima Martins Lopes

NATAL / RN  
2009

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Paula, Thiago do Nascimento Torres de.

Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Apresentação : capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. / Thiago do Nascimento Torres de Paula. – 2009.

196 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2009.

Área de concentração: História e Espaços.

Linha de pesquisa: Natureza, relações socioeconômicas e produção de espaços.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Martins Lopes.

1. Crianças recém-nascidas abandonadas – História – Dissertação.
2. Expostos – Recém-nascidos abandonados – Dissertação.
3. História social – Freguesia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Apresentação/RN – Dissertação. I. Lopes, Fátima Martins (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 930.2-053.31(813.2)

**TEIAS DE CARIDADE E O LUGAR SOCIAL DOS EXPOSTOS DA  
FREGUESIA DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO - CAPITANIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE, SÉCULO XVIII**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Fátima Martins Lopes / UFRN (Orientadora)

---

Professor Doutor Renato Pinto Venâncio / UFOP

---

Professor Doutor Paulo César Possamai / UFPEL - UFRN

---

Professora Doutora Maria Emilia Monteiro Porto / UFRN (Suplente)

A minha mãe, *in memoriam*

## AGRADECIMENTOS

Agora sim, chegou o momento de dizer muito obrigado. Cheguei ao fim de mais uma etapa de minha vida acadêmica, mas como muitos outros pesquisadores não coloquei o ponto final da dissertação sozinho. Foram muitos os que estiveram comigo colaborando direta ou indiretamente.

Sou extremamente grato a Deus por ter me permitido chegar até o fim deste curso, que na verdade é uma ponte que liga a Graduação ao Doutorado, onde pude angariar uma grande carga de conhecimentos teóricos e conhecer pessoas que não seria possível se não fossem a universidade.

Agradeço a José e a Maria (meus pais), não os santos dos céus, mas os verdadeiros santos da terra, cheios de defeitos e problemas, mas que sempre estiveram juntos me apoiando e a acreditando que tudo daria certo. Pena minha mãe não ter vivido para vê o resultado final da pesquisa.

Aos meus amigos de curso e linha de pesquisa, Tiago, Alenuska, Yuma pelos momentos de discussões durante os intervalos das disciplinas.

A todos que fazem o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, espaço onde encontrei o maior número de documentos que tornou possível o desenvolvimento do meu projeto de pesquisa. Dessa instituição quero destacar os nomes de Lúcia, Antonieta, Fátima e Vilma, sempre tiveram muita paciência comigo nas minhas longas manhãs e tardes de pesquisa documental.

A minha Orientadora a Professora Fátima Martins Lopes, pessoa que desde o curso de graduação sempre acreditou que o estudo sobre os expostos (recém-nascidos abandonados) seria possível, na região da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Fica meu muito obrigado a esta pessoa que em meados de minha graduação me iniciou nos arquivos, me

explicou como poderia tratar os documentos manuscritos, que leu com muita paciência meus textos do período de 2007 a 2009, me ajudando a escrever o trabalho que aqui está.

Aos meus professores das disciplinas que cursei no ano de 2007, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Denise Mattos Monteiro, Paulo Cesar Possamai, Fátima Martins Lopes, Flávia de Sá Pedreira e Raimundo Nonato Araújo da Rocha (meu grande mestre). Pesquisadores com quem aprendi muito e em certa medida contribuíram nas alterações de meu projeto.

“O sistema informal ou privado de criação dos expostos em casas de família foi o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo, e presente em toda História [...]”

Maria Luiza Marcílio

“Os alérgicos ao pó que se protejam, arregacem as mangas e se transformem, como nós, em ‘ratos de arquivo’”

Sérgio Odilon Nadalin

## RESUMO

O abandono de crianças recém-nascidas é uma realidade do tempo presente. Porém esta realidade nos possibilita discutir a temática em outras temporalidades, nas mais diferentes sociedades. Sendo assim, o objetivo de nosso trabalho é demonstrar como os moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na capitania do Rio Grande do Norte, durante o século XVIII, inseriram socialmente as crianças recém-nascidas abandonadas, denominadas na época de expostos, a partir da inexistência de uma Roda dos expostos na região, como também a omissão dos membros da Câmara de vereadores no processo de amparo. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes documentos: os Livros de batismo, casamento e óbito da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, o Primeiro Livro de Tombo da igreja matriz da mesma freguesia, e os Termos de vereação da Câmara da cidade do Natal. Todo este conjunto compõe o corpus de documentos manuscritos. Seguido destes, também foram analisados alguns documentos impressos, como, as Ordenações Filipinas, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, incluindo o conteúdo do Lunário, os textos de André João Antonil e Henry Koster. No desenvolvimento da análise utilizamos referenciais ligados à História Social. Assim, constatamos a construção por parte dos colonos da freguesia de lugares socialmente aceitos para os expostos da região.

Palavras-chaves: freguesia, crianças, expostos

## ABSTRACT

The abandonment of newborn children is a reality nowadays. This reality enables us to discuss this issue in other temporalities, in all kinds of societies. Thus, this work aims to demonstrate how the population that lived at Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a civil parish at a Rio Grande do Norte captaincy, socially placed the abandoned newborn during in the eighteenth century. These newborn were called *exposed ones* at the time and were inserted in a regional *Exposed Circle*. The research also discussed how the local Council assembly sheltered these newborn. For research development the following manuscript documents were used: baptism, wedding and demise documents at Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação as well as the first Book of Records of the matrix church at this civil parish. The research also considered the terms of the Council assembly. Some printed documents were used such as Philippine Ordainments, the First Constitutions of the Archbishop in 1707 including the Lunario contents as well as texts from André João Antonil and Henry Koster. In the analysis reference work related to Social History was used. Thus, it is possible confirm that there was construction of socially accepted places for these *exposed* on behalf of the colonist at the region.

**Key-Word:** Civil Parish. Children. Exposed.

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

|  |     |
|--|-----|
| QUADRO 1 – Capelas da Freguesia de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Apresentação, 1753-1795 ..... | 54  |
| QUADRO 2 – Afilhados livres e padrinhos escravos, 1753-1795 .....                                  | 109 |
| TABELA 1 – Espaços onde foram batizadas crianças livres, 1753-1795 .....                           | 66  |
| TABELA 2 – Espaços onde foram casados os colonos, 1727-1782 .....                                  | 67  |
| TABELA 3 – Espaços onde foram sepultados adultos e crianças, 1760-1802 .....                       | 69  |
| TABELA 4 – Sazonalidade dos matrimônios, 1727-1782 .....   | 103 |
| TABELA 5 – Os vários filhos bastardos da freguesia, 1753-1795 .....                                | 117 |
| TABELA 6 – Padrinhos e afilhados, 1753-1795 .....  | 132 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IHG-RN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

A. I. M. N. S. A - Acervo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação

L. B. F. N. S. A - Livros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

L. C. F. N. S. A - Livros de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

L. O. F. N. S. A - Livros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO .....  | 14  |
| 1. A CONSTRUÇÃO DA FREGUESIA: ESPAÇO E PARTICIPAÇÃO ..... | 40  |
| 1.1. A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação .....   | 46  |
| 1.1.1. Capelas e ribeiras .....                           | 52  |
| 1.1.2. A população: batismo, casamento e óbito .....      | 63  |
| 1.1.3. A fragmentação da freguesia .....                  | 72  |
| 1.2. O sentido de ser freguesia .....                     | 75  |
| 1.2.1. O mundo da participação .....                      | 76  |
| 1.2.2. O mundo da caridade .....                          | 80  |
| 2. O DISCURSO NORMATIVO E OS FILHOS DE EVA .....          | 86  |
| 2.1. O discurso “normatizador” .....                      | 87  |
| 2.1.1. A Igreja que controlava a Igreja .....             | 87  |
| 2.1.2. A Igreja que controlava o colono .....             | 92  |
| 2.2. O homem e a mulher .....                             | 95  |
| 2.2.1. O matrimônio .....                                 | 99  |
| 2.2.2. As crianças .....                                  | 105 |
| 2.3. Os filhos de Eva .....                               | 115 |
| 2.3.1. Os naturais .....                                  | 115 |
| 2.3.2. Os expostos .....                                  | 119 |

|   |     |
|---|-----|
| 3. TEIAS DE CARIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SIMBOLICO .....             | 124 |
| 3.1. Uma forma protetora de abandonar .....                                 | 125 |
| 3.1.1. Benfeitores e assistidos .....                                       | 131 |
| 3.1.2. Teias de caridade – o socorro e a inserção na sociedade cristã ..... | 137 |
| 3.2. Os que driblaram a morte .....   | 153 |
| 3.2.1. Uma madrinha exposta e o caso de Domingos João Campos .....          | 161 |
| CONCLUSÃO .....   | 173 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA .....   | 178 |
| ANEXO .....   | 196 |

## Introdução

*O campo das ciências humanas é atravessado por correntes profundas, sutis, irresistíveis, que em dados momentos deslocam o conjunto das curiosidades.<sup>1</sup>*

Na data de 6 de janeiro de 2005, a Rede Globo de Televisão estava apresentando uma semana do Festival do Cinema Nacional. Naquela quinta-feira, um filme intitulado *Um crime nobre*, chamou nossa atenção. A história tratava de uma jovem médica italiana, que viera ao Brasil pesquisar sobre doenças do mundo subdesenvolvido, porém, na visita ao maior país da América do Sul a pesquisadora não mudaria somente a sua vida profissional, mas também a pessoal.

A médica, certo dia, ao abrir a porta de seu apartamento, encontrou um recém-nascido abandonado em sua residência. Ela recolhe o enjeitado, busca a justiça brasileira e, por vias legais adota o pequeno abandonado e retorna para o seu país de origem, onde o mesmo teve casa, comida, educação, lazer, e uma família, isto é, foi inserido na sociedade, não ficando às margens como tantas outras.

Sabemos que a arte imita a vida e que o filme *Um crime nobre* nada mais é que um mínimo exemplo de recém-nascidos abandonados que são adotados por estrangeiros de várias nacionalidades e por famílias brasileiras. É uma representação de como a sociedade contemporânea absorve estes filhos de ninguém.

No entanto, existem realidades mais complexas, particularmente ainda hoje, temos notícias de várias pessoas que encontraram crianças enjeitadas em seus domicílios, cidadãos que encontraram recém-nascidos com poucas horas de vida deixadas em ruas, logradouros e até mesmo, em depósitos de lixo ou, simplesmente flutuando nas águas de uma lagoa urbana.

---

<sup>1</sup> DUBY, George. **A história continua**. p. 140.

Recentemente no dia 18 de maio de 2007, um caminhoneiro encontrou no Estado do Rio Grande do Sul, em uma estrada de barro de pouco movimento, uma recém-nascida ainda com o cordão umbilical que foi levada a um hospital local, onde recebeu os primeiros cuidados e o nome de Vitória sendo encaminhada para adoção.<sup>2</sup> Assim como a criança fictícia do filme *Um crime nobre*, casos reais de abandono foram conduzidos para uma possível inserção social, para a construção de seu “lugar” na história.

Baseado na tradição da Escola dos Annales, de que o historiador investiga o passado em função de situações que o incomoda em seu presente, é que construímos a reflexão anterior. Pois, [...] *o tempo histórico enquanto tal, em si, é uma abstração. Ele só existe em relação a uma época histórica determinada.*<sup>3</sup>

Daí, consideramos que [...] *os homens constroem e reconstroem permanentemente seu passado [...].*<sup>4</sup> Por isso utilizamos a epigrafe do historiador dos Annales, Geoge Duby, que nos alerta para os deslocamentos do *conjunto das curiosidades*.

Sendo assim, o objetivo de nosso trabalho é historiar como a sociedade colonial, mas precisamente a comunidade da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, inseriu socialmente os recém-nascidos abandonados no espaço daquela área de assistência religiosa. Especificamente, queremos estudar como a freguesia estruturou-se como um território a partir da existência de uma igreja matriz e de suas capelas anexas. Analisando o discurso normatizador da Igreja Católica Apostólica Romana, pós-Concílio de Trento, sobre a própria igreja e sobre os colonos que constituíam famílias e transgrediam as normas, tendo filhos ilegítimos e abandonando outros em determinadas ocasiões. Investigando também como

---

<sup>2</sup> Noticiado pelo **Jornal Nacional** Rede Globo de Televisão, 2007.

<sup>3</sup> REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação na História**. p. 14. Ver também do mesmo autor, **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. p. 9.

<sup>4</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. p. 157.

homens e mulheres da freguesia, teceram teias de caridade em torno dos recém-nascidos abandonados.

O ato de enjeitar crianças foi uma realidade existente em praticamente todas as comunidades da América portuguesa. As famílias ou os próprios genitores abandonavam suas crianças em todos os lugares, nos logradouros mais inóspitos, nos caminhos, nas ruas, nas igrejas, nos conventos, como também nas portas residenciais. Isso ocorria pelos mais variados motivos que podia ir desde uma crise de alimentos na região, até filhos indesejados, consequência de relações furtivas. Desta forma esses recém-nascidos eram transformados em criaturas expostas,<sup>5</sup> pois estavam à mercê das intempéries e de outros elementos da natureza, como os animais que povoavam os espaços ermos das cidades, vilas e aldeias, porém também podiam ser acolhidos por algum colono, movido pelo sentimento de obrigação cristã.

Durante a segunda metade do século XVIII, o livro de batismo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação registrou um grande número de filhos legítimos, como também uma série de filhos naturais<sup>6</sup>. Entre eles vão surgindo continuamente evidências sobre a existência de crianças que foram expostas na região. Eram eles

*[...] filhos da escuridão, nascidos da noite, pois não se sabia a identidade dos seus genitores e quase sempre a noite foi um elemento importante para ocultar os nomes de todas as pessoas que, por algum motivo, tinham a necessidade de abandonar uma criança recém-nascida.<sup>7</sup>*

<sup>5</sup> A expressão *criança exposta* era a forma de se referir a um recém-nascido abandonado durante o período colonial. VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas**: assistência às crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX. p. 20. Ver também, METCALF, Aliada C. “Expostos”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 324-325.

<sup>6</sup> No século XVIII e XIX o termo utilizado nos documentos paroquiais para fazer menção aos filhos ilegítimos, era a palavra *natural*. PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. p. 76.

<sup>7</sup> PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Filhos da escuridão**: crianças expostas na Freguesia N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII. p. 12-13.

No século XIX, o tema sobre o abandono de recém-nascidos estava presente nos jornais das grandes cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, chegando mesmo a fazer parte das tramas literárias da época. Como o correu na obra *Rosaura, a enjeitada*, de Bernardo Guimarães. O romance relata o drama de uma mulher, nomeada de Adelaide, que pariu uma menina, que foi roubada de seu leito, e exposta em casa de uma viúva.<sup>8</sup>

O romance mencionado faz referência a um caso que representou uma realidade para muitas crianças recém-nascidas tanto na América portuguesa, como no Império do Brasil (1822-1889), já que *é justamente desses fatos miúdos que podemos tirar a substância de uma história [...] ao conhecimento dos homens*.<sup>9</sup> Porém, foram as pesquisas desenvolvidas inicialmente na Europa pelos especialistas em Demografia histórica na segunda metade do século XX, que trouxeram à tona a grande população de recém-nascidos abandonados no passado.<sup>10</sup>

A criança, não especificamente a recém-nascida abandonada, tornou-se objeto de estudo na década de 1960, no trabalho do historiador francês Philippe Ariès, que buscava construir uma história da criança e como, a partir da organização da família burguesa e da escola, foi gestando o sentimento de infância.<sup>11</sup> Após as análises investigativas de Ariès, muitas pesquisas sobre a criança surgiram, várias delas contestando as informações do estudioso. Colin Reywood, historiador inglês é um dos exemplos de contraponto à Ariès, pois defende a existência de um sentimento de infância ainda na Idade Média. Afirmando ainda,

---

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Bernardo. **Rosaura, enjeitada**.

<sup>9</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativa de mitologia**. p. 63.

<sup>10</sup> FARIA, Sheila de Castro. "História da família e demografia histórica". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. p. 241-258. Podemos ainda saber que [...] a demografia histórica ligou-se oficialmente à história social. Data de 1960 a criação, na VI Seção, de uma nova coleção histórica: 'Demografia e Sociedades', que publicou um número de monografias importantes sobre história regional. (BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa na historiografia**. p. 71.)

<sup>11</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**.

que a infância é a impressão que os adultos têm das crianças, dessa forma em temporalidades diferentes, havia distintas formas de infância.<sup>12</sup>

No Brasil, ainda na primeira parte do século XX, Gilberto Freyre já fazia menção muito superficialmente aos recém-nascidos abandonados.<sup>13</sup> No desenvolver de sua longa produção intelectual, Freyre voltou a fazer referência aos pequenos expostos na cidade do Recife no século XVIII. Registrou que, apesar de muitas igrejas e conventos, havia um verdadeiro desleixo para com as crianças recém-nascidas abandonadas e que a situação era tal que *algumas pobrezinhas eram estraçalhadas pelos bichos imundos, que de noite vagavam pelas ruas.*<sup>14</sup>

Estudos sobre o abandono de crianças no Brasil surgiram como temas secundários em trabalhos sobre a prática de assistência à sociedade. Podemos citar, Tolstoi de Paula Ferreira, que na década de 1940 analisou as ações da Santa Casa da Misericórdia em São Paulo e entre os objetivos da pesquisa estava a atitude do recolhimento dos recém-nascidos enjeitados.<sup>15</sup>

Na década de 1960, Russel-Wood desenvolveu também uma pesquisa sobre as práticas assistenciais na América portuguesa, discutindo os documentos da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Lembrando, que o estudo deste brasileiro só foi publicado no Brasil nos anos de 1980.<sup>16</sup> Segundo a historiadora Alcileide Cabral do Nascimento,

*O trabalho de Russel-Wood tornou-se um tipo de discurso fundador sobre a assistência aos expostos. Seus temas, seus enfoques, suas teses marcaram as*

<sup>12</sup> HEYWOOD, Colin. **Uma História da infância:** da Idade Média à época contemporânea no ocidente.

<sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. p. 175.

<sup>15</sup> FERREIRA, Tolstoi de Paula. "Subsídios para história da assistência social em São Paulo". **Revista do Arquivo Municipal.**

<sup>16</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.

*pesquisas posteriores sobre o aparelho assistencial destinado a preservar a vida e amparar as crianças abandonadas. Algumas questões como as motivações do abandono, os altos índices de mortalidade, a origem social das amas e das crianças, os destinos das crianças que seriam depositadas na roda passaram a fazer parte de vários estudos em diferentes regiões e cidades do Brasil.*<sup>17</sup>

A Santa de Casa de Misericórdia de São Paulo, também foi alvo de pesquisa de doutoramento de Laima Mesgravis, que apresentou seus resultados no Brasil na década de 1970.<sup>18</sup> Tal como Russel-Wood, os expostos, ou melhor, o recolhimento e o amparo dos recém-nascidos enjeitados não eram o eixo central de seu trabalho. Porém, é ela que cria a tese de que a Roda<sup>19</sup> tinha a função de evitar o infanticídio, garantindo o segredo da identidade de quem abandonava e “garantir a honra” da mulher branca que tinha filhos ilegítimos. Mesgravis inicia uma discussão sobre a relação entre abandono de recém-nascidos e ilegitimidade.

<sup>17</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados:** o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). p. 8.

<sup>18</sup> MESGRAVIS, Laima. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884).**

<sup>19</sup> Sobre a Roda dos expostos comenta-se que era: *Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. A primeira instituída especialmente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informa aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital* (ROOSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775. p. 233) Por fim, o historiador Emanuel Araújo, em sua obra, apresenta uma definição muito mais íntima no que é relativo a utilização da roda por parte das religiosas que viviam enclausuradas nos recolhimentos, quando comparada a de Russel-Wood. E sendo assim, comenta: *Junto à grade [um certo limite do recolhimento onde algumas pessoas do mundo externo, poderiam chegar com autorização das madres superiores] ficava a roda, espécie de caixa giratória que, por movimentar-se para dentro ou para fora, servia para a troca de mimos entre os enamorados: ele depunha ali bilhetes, poemas, leques, fitas, lenços, relógios, anéis, livros, peças de tecidos e o que mais à imaginação viesse para melhor cortejar, induzir, obsequiar, persuadir; ela o brindava, em troca, com fina merenda de doces, por certo sublinhando que foram feitos especialmente para ele.* (ARAUJO, Emanuel. **O teatro dos vícios:** transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. p. 261. Complemento nosso) A roda era um verdadeiro portal de amores e paixões proibidas.

A partir da década de 1980, a criança e a prática de seu abandono e recolhimento tornaram-se objeto de estudo específico no Brasil. Maria Luiza Marcílio com sólida formação na área de Demografia histórica, organizou na Universidade de São Paulo (USP), o Centro de Estudos de Demografia da América Latina, conhecido como CEDHAL. Marcílio, à frente do centro de pesquisa citado, com ajuda de seus bolsistas realizou o levantamento de documentos e textos sobre a criança e seu abandono em vários arquivos e bibliotecas do país. Iniciando a construção de uma História Social da criança abandonada pelo método da Demografia histórica.

Os esforços de pesquisa realizados por Marcílio e por seus assistentes, que se tornariam posteriormente professores universitários e escritores renomados, como Renato Pinto Venâncio, resultou na constituição de um livro síntese que teve sua primeira edição em 1998, onde trabalhou com a longa duração.<sup>20</sup> No primeiro momento, a pesquisadora demonstra como se dava o abandono de recém-nascidos na Europa, da antigüidade ao século XX, e, na segunda parte, discute o tema na História do Brasil, desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República. Ainda na década de 1970, a mesma estudiosa já dava notícia do abandono de recém-nascidos em São Paulo, a partir do método quantitativo, no entanto este aspecto da população era apenas um tema secundário de sua pesquisa de doutorado.<sup>21</sup>

No final dos anos de 1980, uma segunda geração da Demografia histórica começou a apresentar os resultados de suas pesquisas em arquivos e sistematizadas no CEDHAL. Em 1988, Renato Pinto Venâncio defendeu na Universidade de São Paulo, uma dissertação em que analisava especificamente o abandono de crianças recém-nascidas na cidade do Rio de

---

<sup>20</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.**

<sup>21</sup> MARCILO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850.**

Janeiro do século XVIII, tendo por base, principalmente, a documentação da Santa Casa de Misericórdia.<sup>22</sup>

Na última década do século XX, muitas foram as contribuições na produção historiográfica referente à criança e seu abandono. Em 1993, Venâncio defendeu sua tese na Universidade de Paris X, que só foi publicada no Brasil em 1999. No seu trabalho, fundamentado nos métodos da Demografia histórica, o pesquisador construiu uma História Social, comparando a assistência aos recém-nascidos abandonados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador nos séculos XVIII e XIX. Venâncio demonstra como as famílias pobres de ambos espaços faziam diferentes usos da Roda dos expostos, como a única maneira do Estado contribuir na criação de seus filhos.<sup>23</sup>

Ainda nos anos de 1990, a historiadora Mary Del Priore, organizou dois grandes trabalhos sobre a história das crianças, onde reuniu pesquisadores das mais variadas tendências da historiografia. O primeiro foi publicado em 1991<sup>24</sup> e o último em 1999.<sup>25</sup> Outros estudos contribuíram, como a dissertação de João Alfredo dos Anjos, defendida na Universidade Federal de Pernambuco em 1997. Destacando-se por ser o primeiro trabalho acadêmico sobre a Roda dos expostos da cidade do Recife. Porém, ainda afirmando a relação entre abandono e ilegitimidade, construída por Laima Mesgravis nos anos de 1970.<sup>26</sup>

No ano de 2006, Renato Junior Franco defendeu na Universidade Federal Fluminense, sua dissertação em História, contribuindo para o panorama da história dos recém-nascidos abandonados na América portuguesa. Nela, ele estuda como ocorreu a exposição de crianças

---

<sup>22</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino**: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII.

<sup>23</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX.

<sup>24</sup> DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**.

<sup>25</sup> DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**.

<sup>26</sup> ANJOS, João Alfredo. **A Roda dos enjeitados**: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX.

em Vila Rica nos anos de setecentos, frisando principalmente as atitudes da Câmara diante a existência nos enjeitados.<sup>27</sup>

Em uma perspectiva diferente da História Social, galgada na Demografia histórica para o tema em questão, temos alguns poucos trabalhos na linha da História Cultural baseados nas idéias foucaultianas. Um destes estudos é de Henrique Luiz Pereira Oliveira, dissertação defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1990, em que analisa o abandono de recém-nascidos na cidade de Desterro, hoje Florianópolis, no século XIX. O mesmo observou que a ação do Estado no ato de prestar assistência aos expostos seria uma forma de disciplinar os indivíduos e sociedade.<sup>28</sup>

Ainda no véis foucaultiano, a pesquisa mais recente que temos conhecimento é a tese de Alcileide Cabral do Nascimento, apresentada e defendida em 2005 na Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisadora em vários momentos de seu trabalho faz uso de elementos da Demografia histórica, mas sua base teórica nitidamente esta em Michel Foucault. Ela investiga a institucionalização do acolhimento dos expostos em Recife na transição do século XVIII para o século XIX, na mudança de uma ação caritativa cristã, para uma ação mais racional com um apoio do Estado, que buscava disciplinar a sociedade, tendo em vista que a população de expostos, uma vez livre do infanticídio, seria um risco para coletividade.<sup>29</sup>

Por último queremos deixar claro que o grupo de historiadores que estuda a criança e especificamente o abandono e a inserção dessas crianças na sociedade, ainda é muito

---

<sup>27</sup> FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas** – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em desterro (1828-1887).

<sup>29</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no recife (1789-1832).

reduzido. Por fim, a produção historiográfica neste tema é complementada pelos outros artigos que são publicados nas Revistas acadêmicas ou em Anais de congresso científicos.<sup>30</sup>

No Rio Grande do Norte, no ano de 2002, foi apresentado ao Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó, uma monografia com o seguinte título – *Vivências índias, mundo mestiço: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*. O seu autor, Helder Alexandre Medeiros de Macedo, foi o primeiro historiador a fazer menção a existência de crianças recém-nascidas abandonadas na Capitania do Rio Grande do Norte, frisando que esse não era seu objeto de estudo.

Foi somente em 2005 que apresentamos ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Natal, um trabalho monográfico que tinha como objetivo investigar o processo de abandono e recolhimento de recém-nascidos na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na segunda metade do século XVIII, intitulada, *Filhos da escuridão*. Nele arrolamos um índice relativamente baixo de expostos e uma alta percentagem de filhos bastados.

A escassez dos estudos históricos sobre os expostos no Brasil, fez Carlos de Almeida Prado Bacellar, refletir sobre o abandono de crianças recém-nascidas como objeto de estudo da história: *No Brasil, os poucos trabalhos que se interessaram pela questão são ainda insuficientes e pontuais, mas ao menos permitem que se esboce um panorama provisório da prática do abandono*.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. "Recém-nascidos expostos: os enjeitados da Freguesia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte (século XVIII)". **Revista Educação em Questão**. Ver também, NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. "Casar, trabalhar, estudar: as estratégias de inserção social das mulheres expostas no Recife, 1830-1860". **Dimensões – Revista de História**. SILVA, Gian Carlo Melo. "Um novo lugar social: casamento de expostos no Recife". In: **Anais do I Congresso Nordestino de História Colonial**.

<sup>31</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX". In: FUKUI, L. (Org.). **Segredos de família**. p. 15.

No entanto uma pergunta pode ser elaborada: o que leva a que sejam insuficientes e pontuais as pesquisas voltadas para estudar o abandono de recém-nascidos, em outras temporalidades, apesar de, como Diane Valdez afirma, *a história de crianças abandonadas não é recente. No decorrer da história, o abandono é uma constante, em diferentes sociedades.*<sup>32</sup>

Mediante a indagação feita por nós, e ao contraponto apresentado por Valdez, o próprio Bacellar responde:

*A exemplo dos estudos europeus, as análises se concentram na investigação do fenômeno sob dois vieses distintos. Um, mais recorrente, interessado na atuação das Santas Casas de Misericórdia no recolhimento dos pequenos inocentes; outro, preocupado com a intervenção das Câmaras Municipais no controle da recepção e envio dos enjeitados para os cuidados das amas-de-leite. Ambos se dedicaram a entender o funcionamento de instituições que, dentre suas inúmeras atividades, dedicaram-se a remediar o sempre onipresente (...) abandono de crianças.*<sup>33</sup>

Por outro lado, tais vertentes de pesquisa encerram duas limitações básicas: a primeira, está relacionada aos recortes geográficos admitidos pelos projetos de investigação. Pois os mesmos se restringiram a trabalhar localidades onde houve a atuação de Santas Casas de Misericórdia devidamente instaladas e as raras Câmaras que marcadas por sua pujança econômica, se preocuparam em cuidar dos expostos. Dessa maneira, esses estudos resumiram-se ao espaço das poucas cidades que apresentavam as características mencionadas. A segunda limitação desse gênero de pesquisa se relaciona aos resultados obtidos, que são definitivamente limitados em sua perspectiva temporal, pois tanto as Santas Casas como as

---

<sup>32</sup> VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX.** p. 40.

<sup>33</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Op. cit.** p. 15

Câmaras, documentavam e cuidavam da vida dos enjeitados até sete anos de idade. Deixando na total escuridão as informações sobre sua inserção na sociedade.<sup>34</sup>

O nosso trabalho, contrariamente, visa justamente à inserção social dos pobres expostos, filhos de ninguém. Principalmente porque no século XVIII, no espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não houve a organização de uma Irmandade da Misericórdia, nem a construção de uma Santa Casa, nem muito menos a existência de uma Roda dos expostos. Além disso, o Senado da Câmara da cidade do Natal, tal como outras Câmaras de diversas partes da América portuguesa, também não teve uma posição ativa diante de um problema que era público.

Como já foi dito, a maior parte das investigações sobre recém-nascidos abandonados tem origem em arquivos das Santas Casas de Misericórdia ou nos das Câmaras, porém na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não existiam os tais espaços institucionais, mas haviam os expostos, conjuntura semelhante que foi detectada por Bacellar para vila de Sorocaba em São Paulo no século XVIII.

Sendo assim, buscamos contribuir para construção de um conhecimento acadêmico não só relacionado ao abandono de crianças recém-nascidas, mas também na direção da constituição de *lugares socialmente gerados e aceitos* pela comunidade colonial, para inserirem em seu meio os recém-nascidos expostos que eram filhos de ninguém e, ao mesmo tempo, filho de toda a sociedade, na falta das instituições.

Tendo como elemento central de nossa problemática a constituição de lugares socialmente gerados e aceitos para os expostos da freguesia, a partir das conexões estabelecidas por via de teias de caridade composta por colonos das mais diferentes condições sociais, temos que realizar algumas considerações, já que, [...] *em história como em qualquer*

---

<sup>34</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX". In: FUKUI, L. (Org.). **Segredos de família**. p. 16.

*outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo [...].*<sup>35</sup>

Quanto à idéia de lugar ou espaço, é a historiadora Chiara Vangelista, que em nossa concepção, exterioriza uma das melhores explicações sobre o assunto:

*O espaço, assim como se delineia no debate entre as ciências humanas, é gerado pela interação entre meio natural, os projetos políticos, as instituições, as relações sociais, o imaginário, as utopias, as religiões, num diálogo constante entre o ‘natural’ e o ‘social’. Dito em outras palavras, o espaço é o conjunto de ações, projetos e de sonhos (individuais, coletivos, sociais) que se desenvolvem em cima e a propósito de uma área, mais ou menos ampla e mais ou menos habitada, porém organizada em função de objetivos étnicos, sociais, culturais, políticos, econômicos, religiosos.*<sup>36</sup>

Seguindo o raciocínio de Vangelista, o espaço é uma relação entre o material e o imaterial, projetos políticos, institucionais, relações sociais, conjuntos de ações. Daí podermos classificar os espaços de duas formas: os espaços institucionais (os formais) e os simbólicos (os informais). Os espaços institucionais são muitos e podemos destacar, relacionado à nossa pesquisa, a Irmandade da Misericórdia, que teve sua origem ainda na Idade Média e em terras da península Itálica.

<sup>35</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. p. 66.

<sup>36</sup> VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. p. 130. Sobre a temática do espaço, ver também as seguintes obras: SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogo entorno da construção do significado de uma categoria**. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. DEAN, Worren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço: de Dante à internet**. JANOTTI, Aldo. “Historiografia e teoria da fronteira natural”. **Revista de História**.

*No século XIII, Florença era famosa por suas manufaturas de lã; duas vezes por ano realizava-se uma feira comercial. Nessas ocasiões, emprega-se grande número de carregadores, que passavam seus momentos de lazer num porão do lado sul da atual Piazza Del Duomo. Em 1244, um certo Pioro Borsi, escandalizado pelas blasfêmias desses indivíduos, instituiu uma caixa de multas por palavrões, para a qual todos os contraventores contribuíam com uma crazia (cerca de meio penny). As multas foram usadas para compra e manutenção de seis macas, guardadas em diferentes partes da cidade, para transporte de doentes para o hospital e remoção dos corpos de vítimas de mortes súbitas nas ruas. Essa foi a origem da Confraternità di Santa Maria della Misericòdia.<sup>37</sup>*

A exemplo da Irmandade da Misericórdia florentina, outras foram surgindo, como demonstrou Rossel-Wood:

*A irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, virgem Maria da Misericórdia, foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498 em uma capela da catedral de Lisboa. Segundo a tradição, os fundadores foram um grupo de leigos e um frade trinitário. A nova irmandade foi aprovada pela Regente D. Leonor e confirmada por seu irmão, o rei D. Manuel I. Estabeleceram-se os estatutos e o número inicial de membros foi limitado a cinquenta nobres e cinquenta plebeus. O objetivo expresso da irmandade era proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados. Dessa origem modesta a irmandade, conhecida popularmente como a Santa Casa da Misericórdia ou simplesmente a Santa Casa, espalhou-se por todo mundo de fala portuguesa. As filiais iam desde Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, no interior do Brasil.<sup>38</sup>*

---

<sup>37</sup> ROSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775. p. 3.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 1.

Como foi citado, a Irmandade da Misericórdia, tinha o objetivo de realizar auxílios espirituais e materiais. Eram auxílios materiais os que os irmãos se davam aos recém-nascidos abandonados, oferecendo aos mesmos um espaço de sobrevivência e de possível inserção social através da adoção. Sobre esta ocupação da Irmandade a pesquisadora Isabel do Guimarães Sá, comenta:

*Embora de forma pouco homogênea, as Misericórdias ocupavam-se igualmente de órfãos. Cabe aqui precisar que se entendiam por órfãos todas as crianças desprovidas de pai e nem todas os órfãos precisavam de ajuda material. Era órfão um rico herdeiro com mãe viva, um filho ilegítimo, pobre ou rico, com ou sem paternidade conhecida e o exposto, cuja filiação era em princípio desconhecida.<sup>39</sup>*

Algo importante a ser comentado é que, inicialmente, as Irmandades da Misericórdia e suas Santas Casas não tinham obrigação estatutária de assistir os expostos. O documento de compromisso de Lisboa de 1516, assim como as Santas Casas filiais do mundo ultramarino, não faz menção a tal assistência. Somente no século XVII, na reforma do compromisso da instituição é que surgiu uma inclusão sobre os deveres da Misericórdia com os recém-nascidos abandonados, deixando claro que cuidar dos expostos era uma obrigação de todo cristão e não oficialmente só da Irmandade.<sup>40</sup>

Nas palavras de Patrícia A. Mulvey, a Irmandade da Misericórdia, que era um “*espaço institucional para os expostos*”, foi a mais respeitada Irmandade religiosa branca estabelecida no mundo português. A participação de uma pessoa nessa organização poderia ser negada, ou

<sup>39</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no império português, 1500-1800.** p. 113. Sobre a Irmandade da Misericórdia, ver também da mesma autora, **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal.**

<sup>40</sup> ROSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775.** p. 235.

até mesmo a pessoa expulsa dela, caso ele ou ela estivesse casado com alguém de ascendência cristã-nova, moura ou mulata.<sup>41</sup>

Outro espaço institucional, que era diretamente ligado e mantido pelas Misericórdias, foram as Rodas dos expostos, que eram administradas por um grupo de pessoas<sup>42</sup> que tinha a função de recolher os recém-nascidos expostos e inseri-los no meio da sociedade. A primeira Roda criada na América portuguesa foi a da cidade de Salvador em 1726, a segunda da cidade do Rio de Janeiro, em 1738, e a última do período colonial foi estabelecida em Recife, em 1789. Entre os elementos que existem em comum na criação dessas instituições, estão os discursos dos governos locais que referiam-se à grande quantidade de expostos espalhados pelos espaços de suas localidades e, também, ao princípio cristão da necessidade de salvação da alma, pois os mesmos morriam na sua maioria sem batismo.<sup>43</sup>

Miriam Lifchitz Moreira Leite, especialista em textos de viajantes, nos apresenta as impressões do pintor francês Jean Baptiste Debret, em 1816 ao visitar a Roda dos expostos na cidade do Rio de Janeiro.

*O público é também admitido a visitar, na mesma época, o pequeno asilo para crianças abandonadas, situação na mesma praça em à igreja da Misericórdia. Esse pequeno edifício de um pavimento é de arquitetura regular. A torre acha-se no meio da fachada, num corpo um pouco afastado que se assemelha a uma porta falsa. Uma escada estreita, de cada lado do edifício, leva ao primeiro andar composto de três salas unicamente destinado ao aleitamento das*

<sup>41</sup> MULVEY, Patrícia A. "A Santa Casa da Misericórdia". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 738-739.

<sup>42</sup> A Casa da Roda de Salvador era composta de – provedor, escrivão, tesoureiro, enfermeira, criadores e criadoras / A Casa da Roda do Rio de Janeiro, tinha um elemento a mais, as amas internas. VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX**. p. 30.

<sup>43</sup> MARCILIO, Maria Luiza. "A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950". In: FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. p. 60-62. Ver também, LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. "Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. p. 66.

*crianças. Aí se encontram três filas de berços guarnecidos baldaquins brancos uniformes, enfeitados com filão, e cujas cortinas abertas e levantadas permitem que se vejam os recém-nascidos enfaixados com elegância brasileira e exposto sobre a colcha. Quando muito pequenos ou gêmeos, são colocados à razão de dois por leito. A ama senta-se no chão, com as pernas cruzadas, ao lado do berço. A vestimenta dessas mulheres, sempre muito limpa, varias entretanto quando à elegância e a riqueza, pois são em geral negras alugadas pela administração, que entregam os salários aos senhores. Por isso, pela elegância das negras se pode ajuizar da fortuna dos senhores a que pertencem. Muitos órfãos, ao sair da adolescência, são entregues a artífices reputados, aos quais pagam com a sua atividade a alimentação e os cuidados recebidos. Mais ou menos no fim da oitava desta festa, um é reservado aos dotes anuais criados em favor das órfãs em idade de casar.* <sup>44</sup>

A descrição de Debret sobre a Casa da Roda do Rio de Janeiro, demonstra a mesma como um verdadeiro espaço institucional, para os recém-nascidos abandonados. Pois, é claro o caminho de inserção que a Roda buscava dar àquelas vidas: a amamentação, quando ainda muito pequenos; quando estavam relativamente crescidos, se buscava um ofício, se fosse um menino, e, no caso das enjeitadas, desenvolviam-se formas para angariar reservas para o seu dote quando estavam em idade de casamento.

Miriam L. M. Leite, ao analisar os textos da desenhista inglesa Maria Graham, que também visitou a Roda dos expostos do Rio de Janeiro, por volta de 1821, nos informa algo bem diferente da visão otimista do artista francês sobre o lugar. A inglesa deixa claro que foram muitos os recém-nascidos colocados na Roda, cheios de doenças, com febre, mais frequentemente com sarna que normalmente lhes era fatal. Outros chegavam mortos, afim de

---

<sup>44</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "O óbvio e o contraditório da Roda". In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. p. 101.

que fossem decentemente enterrados,<sup>45</sup> já que essa era uma das atividades que compunha o sétimo compromisso corporal da Irmandade da Misericórdia.<sup>46</sup>

Segundo Laura de Mello e Souza, o ano de 1775 não representou apenas o fim do terceiro cartel do século XVIII, mas também o momento em que *intensificou-se a luta pela criação das Rodas dos expostos nas Misericórdias ou mesmo em casas de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes.*<sup>47</sup> No entanto, não parecem ter tido bons resultados, tais clamores. Lembramos, que as Rodas no período colonial surgiram tardiamente, foram em número insuficiente para suprir as demandas da época. Criadas apenas em três cidades, foram fenômenos essencialmente urbanos e pontuais.<sup>48</sup>

As Câmaras Municipais eram outro espaço institucional, pois na falta de uma Roda, era obrigação das Câmaras, segundo as Ordenações Filipinas dar condições para se criarem os expostos. Contudo, geralmente os vereadores resistiam ao encargo, afirmando que tal função estava acima de suas possibilidades financeiras. Isso ocorria mesmo com as Câmaras mais ricas, como por exemplo a de Mariana na região das minas.<sup>49</sup> Sobre tal assunto, Rossel-Wood comenta: *No império português ultramarino havia confusão, mal-entendimento e acrimônia semelhante em relação à responsabilidade pela assistência aos expostos. Tanto em Goa quanto em Macau, Luanda ou na Bahia, os conselhos municipais eram responsáveis de Jure.*<sup>50</sup>

Quando uma Câmara concedia subsídios para que uma mulher em condições de amamentar pudesse cuidar de uma criança recém-nascida abandonada, a instituição poderia

---

<sup>45</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "O óbvio e o contraditório da Roda". In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. p. 103.

<sup>46</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no império português, 1500-1800**. p. 105.

<sup>47</sup> MELLO E SOUZA, Laura. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. p. 67.

<sup>48</sup> MARCILIO, Maria Luiza. "A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950". In: FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. p. 68-69.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 69

<sup>50</sup> ROSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775**. p. 234.

determinar *fintas*, sobre as importações metropolitanas para sustentarem a manutenção dos enjeitados.<sup>51</sup> Os recém-nascidos que um dia foram expostos, poderiam ficar além do período do aleitamento com as amas contratadas pela Câmara, quando as mulheres, então, se tornavam amas criadeiras.<sup>52</sup> Eram elas que, posteriormente, iriam encaminhar os pequenos para vida, para uma possível “*inserção social*”, que foi intensificada no governo do Marquês de Pombal: [...] iam depois servir o caldeirão das prisões, estender a escudela á sopa dos pobres [...] poderiam ao menos entrar como aprendizes numa fábrica e tomar um ofício.<sup>53</sup>

A criação dos recém-nascidos expostos, via espaço institucional das Câmaras, frequentemente causava problemas, como Renato Pinto Venâncio, relata:

*[...] a assistência aos expostos custava caro e podia gerar problemas políticos [...] Não é preciso muita imaginação para perceber o quanto o socorro aos desvalidos, ao mesmo tempo que acenava com esperança aos pobres, gerava grande descontentamentos. Na verdade, taxar o sal e o azeite, importados da Metrópole, implicava em tornar esses produtos ainda mais caros, multiplicando os riscos de revolta anti-fiscais, tal qual ocorreu em 1660, por ocasião da revolta da Cachaça. Por provocar o aumento de preços de bens essenciais à sobrevivência de vastas camadas da população, os vereadores eram cautelosos quando à estipulação do novo imposto destinado a socorrer os enjeitados. Talvez cautelosos até demais”.*<sup>54</sup>

As palavras de Venâncio relatam que cuidar dos filhos de “toda sociedade”, poderia prejudicar financeiramente a própria sociedade e revoltá-la. No entanto, na última linha de seu

<sup>51</sup> LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. “Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. p. 66.

<sup>52</sup> Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX.

<sup>53</sup> CHANTAL, Suzanne. **A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terremoto**. p. 247.

<sup>54</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. “Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808”. **História: Questões e debates**. p. 131-132.

texto, o pesquisador deixa bem claro que havia uma má vontade reinante entre os vereadores, quando o assunto era cuidar dos recém-nascidos expostos. Situação que se repetiu em outras localidades da América portuguesa.

Laura de Mello e Souza identificou situação semelhante em Minas Gerais: não de conflitos com a população, mas com a Câmara que muitas vezes não cumpria com seus compromissos de criação dos expostos, chegando mesmo a pedir restituição do que foi investido na amamentação de dois enjeitados quando ficou perfeitamente claro que os recém-nascidos expostos eram mulatos. Algo muito estranho para Mello e Souza, já que [...] *as leis proibiam discriminação racial no exercício da caridade camerária ou das Misericórdias*.<sup>55</sup>

A pesquisadora também se deparou com o caso de um exposto que logo após se descobrir a sua origem materna, que era escrava, foi reintegrado ao dono de sua mãe e seu respectivo senhor, com o consentimento da Câmara. Pois, todo cativo uma vez exposto, segundo a legislação portuguesa da época era livre.<sup>56</sup>

Além dos espaços institucionais como os que mencionamos, as Misericórdias, as Rodas dos expostos e as Câmaras, outras formas de espaços foram constituídas na sociedade. Os espaços simbólicos, tidos como informais, são, no entanto, muito mais difíceis de serem detectados e analisados: são os lugares socialmente construídos. Estes espaços eram constituídos a partir das relações sociais baseadas na troca de favores, onde ambos envolvidos eram favorecidos. Estudos nesta linha foram inicialmente realizados por Marcel Mauss, sobre comunidades das ilhas do Oceano Pacífico, no entanto posteriormente na década de 1970, o historiador E. P. Thompson utilizou o raciocínio teórico do antropólogo Mauss, para

---

<sup>55</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. "O Senado da Câmara e as crianças expostas". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. p. 33.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 33.

compreender as relações sociais e as percepções culturais populares na Inglaterra do século XVIII, foi quando Thompson desenvolveu a idéia de economia moral.<sup>57</sup>

Tal conceito de economia moral, foi revisto e reutilizado pelos historiadores Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, para analisar as relações políticas no Antigo Regime português que, segundo eles, se difundia por todos os níveis sociais.<sup>58</sup> Sendo assim, os pesquisadores lusitanos denominaram aquelas relações de troca como uma economia moral do dom, considerando a influência do cristianismo, já que todo dom adivinha de Deus. Xavier e Hespanha, afirmam que a economia moral do dom foi responsável pela composição de redes clientelares que se baseavam no princípio de dar, receber e retribuir.

Ainda temos que lembrar que tal relação no Antigo Regime, estava estabelecida em uma [...] *amizade desigual [...] que legitima as relações de poder entre homens livres.*<sup>59</sup> Relação esta que possibilitava *um ganho simbólico*, e em nossa percepção construía um espaço simbólico para os indivíduos. Para Luciana Gandelman, o ganho simbólico se consubstanciava, pois [...] *tudo que os homens possuíam era dádiva de Deus e assim deveria seguir adiante como dádiva entre os homens [...].*<sup>60</sup> Tendo esta circulação de benefícios a seguinte fundamentação:

*O amor e a vontade divinos eram, portanto, para o pensamento da época, a única entidade que possuía verdadeiramente um “poder constituinte” e o laço amoroso, não entendido em seu sentido romântico posterior, mas na medida*

---

<sup>57</sup> DESAN, Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. **A nova História cultural**. p. 63-96.

<sup>58</sup> XÁVIER, Ângela Barreto, HESAPANHA, Antonio Manuel. “Redes clientelares”. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. p. 381-392.

<sup>59</sup> Ibid., Loc cit.

<sup>60</sup> GANDELMAN, Luciana. “As mercês são cadeias que não se rompem: liberdade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português”. In: SOIHET, Rachel. Et al. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. p. 111.

*em que espalhava os princípios divinos, o elemento responsável por organizar as relações entre as pessoas de forma mais estável e duradoura.*<sup>61</sup>

A caridade era a característica mais católica da economia moral do dom ou da dádiva, pois estava totalmente imbuído no sentimento divino e, possivelmente, a retribuição não viria no mundo material. Dessa forma, *A caridade [...], dizia respeito, portanto, à relação dos “grandes” com os “pequenos”, tanto em termos concretos quanto em termos simbólicos e, neste sentido, estava no cerne das relações de poder do Antigo Regime.*<sup>62</sup>

A relação dos “grandes” com os “pequenos” em nível da caridade pode ser observada, também no ato do recolhimento dos recém-nascidos expostos, principalmente em regiões onde não existia uma Santa Casa de Misericórdia, nem uma Roda dos enjeitados e onde o Senado da Câmara não demonstrava atitude alguma diante dos expostos. Dessa maneira, os “grandes” seriam qualquer pessoa que encontrasse um recém-nascido largado na rua, em uma estrada, praia, logradouro ou mesmo depositado na soleira de uma casa e o conduzisse ao batismo, ou mesmo o batizasse e, por último, tomasse providências para cuidar daquela vida. Assim, o exposto na economia moral do dom ou da dádiva, era representado como o “pequeno”, o ser que recebia o benefício, e posteriormente quem o batizou esperaria no plano do divino o retorno, acreditando que tal atitude ajudaria na construção de sua salvação.

A ausência dos espaços institucionais possibilitava, pois, a constituição de espaços simbólicos, a partir da transmissão da dádiva, materializado no ato de misericórdia, que tinha como resultado final a inserção de alguns expostos na sociedade, por via de teias de caridade que era tecida por todos os envolvidos no recolhimento: os que recolhiam e os que eram recolhidos.

---

<sup>61</sup> GANDELMAN, Luciana. “As mercês são cadeias que não se rompem: liberdade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português”. In: SOIHET, Rachel. Et al. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. p. 111.

<sup>62</sup> Ibid. p. 115.

Pesquisas sobre teias de caridade entorno de recém-nascidos expostos são pouquíssimas no Brasil. Bacellar identificou conjuntura semelhante a essa, como já foi mencionado, na região de Sorocaba no século XVIII que não dispunha daqueles espaços institucionais de recolhimento e acolhimento de expostos. A partir disso, o pesquisador detectou uma verdadeira articulação entre os colonos tanto para acolher os enjeitados, como para inseri-los na sociedade, havendo situações em que as famílias receptoras transmitiam o seu sobrenome para os expostos.<sup>63</sup>

Seguiremos no desenvolvimento de nossa pesquisa, os passos e os caminhos da História social, enunciada pela Escola dos Annales na década de 1930, chegando aos meios acadêmicos brasileiros em meados dos anos de 1970,<sup>64</sup> representada pelas pesquisas sobre os movimentos operários na Inglaterra, de autoria do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924 – 1993).<sup>65</sup>

A introdução da história social nas universidades brasileiras, via obra de Thompson, possibilitou uma mudança significativa nas pesquisas que tinham em suas bases teorias fundamentadas no materialismo histórico. Trabalhos como o da professora e pesquisadora Laura de Mello e Souza, desenvolvido no final da década de 1970, sobre o cotidiano da pobreza e sobre as relações de poder na região das Minas Gerais no século XVIII, são exemplo da influência da História social, plasmado em nossa historiografia.<sup>66</sup>

No início dos anos de 1980, Maria Odila Leite da Silva Dias, baseada também no método da História social, historicizou o cotidiano das mulheres que fazia parte das camadas populares da cidade de São Paulo no século XIX. Sobretudo, observando as contradições

---

<sup>63</sup> BACELLAR, C. A. P. "Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílio de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, L. (Org.). **Segredo de família**. p. 35.

<sup>64</sup> CASTRO, Hebe. "História Social". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia**. p. 55.

<sup>65</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**.

<sup>66</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**.

daquela sociedade e como aquelas mulheres, enquanto trabalhadoras dos mais variados segmentos, influenciaram no funcionamento da cidade e estabeleceram medidas de poder com as autoridades locais.<sup>67</sup>

A partir disso, concordamos com o pensamento da historiadora Mary Del Priore que afirma não ser suficiente aceitar que a História é a história de uma longa exploração do homem pelo homem, sem tentar entender o que isto realmente significou para os explorados ou para os excluídos.<sup>68</sup>

Buscamos conformar nossas investigações sobre o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em três linhas de raciocínio da história social. Primeiro, teremos o homem em sociedade como objeto indiscutível de nossa análise. Segundo, nos dedicaremos a descobrir, em meio a uma realidade global, as articulações sociais mais significativas relacionadas ao nosso objeto, que nos possibilite compreender a sociedade que estudamos. Por último, consideraremos que as articulações e fenômenos da pesquisa, mesmo fazendo parte de um todo, se desenvolvem em durações relativamente autônomas.<sup>69</sup>

As fontes utilizadas no desenvolvimento da pesquisa foram: os Livros de batismo, casamento e óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, o Primeiro Livro de Tombo da igreja matriz da mesma Freguesia, um testamento da região eclesiástica e os Termos de vereação da comarca da cidade do Natal. Todo este conjunto compõe o *corpus* de documentos manuscritos. Seguido deste, também foram analisados alguns documentos impressos, como, as Ordenações Filipinas, as Constituições Primeiras do Arcebispado da

---

<sup>67</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX.**

<sup>68</sup> DEL PRIORE, Mary. "História do Cotidiano e da vida privada". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia.** p. 271.

<sup>69</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social.** p. 351.

Bahia de 1707, incluindo o conteúdo do Lunário<sup>70</sup>, os textos de André João Antonil e Henry Koster.

O primeiro capítulo trata especificamente sobre a formação do espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Sendo assim, este primeiro momento da pesquisa foi dividido em duas secções. Uma na qual discutimos a freguesia como território eclesiástico, centrado na existência de uma igreja matriz que tinha suas capelas anexas distribuídas nas ribeiras. Na segunda secção, a freguesia foi analisada como um lugar de participação dos colonos que nela habitavam.

O segundo capítulo foi dividido em três secções. Na primeira vamos estudar o discurso normativo da Igreja que norteava e regulava as práticas da própria Igreja e, como esta instituição tentava controlar a vida dos moradores da freguesia. A seguir queremos apresentar uma discussão sobre o homem e mulher, o matrimônio e a criança, como elementos enquadrados em mundo de normas, que eram transgredidas. Por último, queremos apresentar quais eram os princípios propostos por aquela sociedade, para pessoas que estavam ligadas a crianças ilegítimas e expostas.

O terceiro, e último capítulo, está dividido em duas partes. Analisamos primeiro, a forma como os moradores da freguesia abandonavam seus filhos recém-nascidos, como foi tecido por eles teias de caridade entorno dos expostos, gerando assim espaços simbólicos, ou lugares socialmente aceitos para os enjeitados. Na segunda parte, demonstramos que alguns expostos chegaram à vida adulta e, como a comunidade da freguesia reafirmou o lugar social dos enjeitados.

---

<sup>70</sup> Espécie de livro guia da vida cotidiana utilizada pela sociedade do Antigo Regime.

# PRIMEIRO CAPÍTULO

## A CONSTRUÇÃO DA FREGUESIA: ESPAÇO E PARTICIPAÇÃO

“Foi a Freguesia o primeiro nome de paróquia no Brasil desde o século XVI”.

Luís da Câmara Cascudo

*Nos séculos III-IV “paróquia” era uma província ou grupo de províncias dirigida por um alto funcionário, o “Vicarius” Imperial, no Direito Público Romano. Com a expansão da Igreja, depois do Edito de Milão, ano de 312, [313] as populações rurais deviam ser atendidas justamente em seus territórios distanciados das cidades e entregues à pecuária e agricultura. Os sacerdotes que se fixaram nestas regiões do interior europeu fornecendo o alimento da palavra sagrada, ministrando os Sacramentos, foram os “párocos” em nova atividade espiritual, em vivo e perpetuo interesse aos cristãos espalhados pelos campos de plantio e criação. Desde o século IV estas paróquias multiplicaram-se pelo Oriente e Ocidente, tendo terras limitadas para cada jurisdição entregue aos cuidados, desvelos e assistência de um ministro do altar, um presbítero, etimologicamente velho e venerável.<sup>71</sup>*

O historiador norterio-grandense Luís da Câmara Cascudo nos apresenta na citação acima as origens da paróquia como jurisdição eclesiástica. Territórios de influência da Igreja, que tiveram suas origens no distante Império Romano e, sobretudo, foram difundidos paralelamente com a Igreja Católica Romana após o Edito de Milão em 313 d.C, que por sua vez, tornou o cristianismo religião licita.<sup>72</sup> Frisamos ainda, que o significado de tais jurisdições estava relacionado principalmente com as populações rurais que viviam longe das cidades e das assistências espirituais.

Como Cascudo aponta, o século IV foi momento em que as paróquias ou freguesias<sup>73</sup> começaram a se multiplicar, tanto no mundo oriental como no ocidental, e com o passar dos séculos chegaram ao Novo Mundo e dominaram a costa do continente africano, através da

<sup>71</sup> CASCUDO, Luís Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 6-7.

<sup>72</sup> SCHÜLER, Arnaldo. **Dicionário enciclopédico de Teologia**. P. 172. In: [WWW.books.google.com.br](http://WWW.books.google.com.br), Acessado em 18/07/2009.

<sup>73</sup> No século XVIII a expressão paróquia e freguesia eram sinônimos. Cf. BLUTEAU, D. Raphel. **Vocabulário português e latino**. p. 206. Lembrado que ainda segundo Bluteau, a freguesia era [...] o lugar da cidade, ou do campo, em que vivem os fregueses. Dessa maneira era o freguês, [...] o assíduo, o freqüentador habitual, o costumeiro assistente, embora não popular, traduzia literalmente a presença fiel do cristão aos ofícios de sua capela ou de sua igreja rural. (CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 10.)

conquista espanhola e portuguesa. A chegada dos europeus ao Novo Mundo no século XVI, representou o início de uma dominação espiritual por parte da Igreja Católica Romana. No caso específico da América portuguesa, a Igreja vem junto com a própria expedição de Pedro Alvarez Cabral, mas como instituição só se instalou com a fundação da cidade de Salvador, quando foi criado o bispado da Bahia.<sup>74</sup>

Eduardo Hoornaert, pesquisador da história da Igreja no Brasil, afirma que foi extremamente lenta a expansão desta instituição no período colonial:

*A organização das dioceses e paróquias foi muito lenta e sua influência sobre o catolicismo vivido no Brasil bastante reduzida. Entre 1551 e 1676 o Brasil só tinha uma diocese, a de Salvador da Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a última diretamente dependente de Lisboa. Na primeira parte do século XVIII foram criadas mais três dioceses: Para (1719), Mariana (1745) e São Paulo, acompanhado sucessivas aberturas de espaços brasileiros para o sistema colonial. Este número de sete dioceses manteve-se até a Independência (1822). As dioceses, prelazias e paróquias ficaram vacantes por grandes lapsos de tempo, pois a Coroa portuguesa só mostrava interesse na função episcopal e sacerdotal à medida que estas estavam ao serviço. Poucos bispos realizavam a visita pastoral, recomendada pelo Concílio de Trento, sobretudo por causa das distâncias e das dificuldades de viagem.<sup>75</sup>*

A Igreja se firmou institucionalmente na colônia após a criação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em 1707, que sistematizou as extensas normas que regulavam tanto os colonos como o próprio clero secular.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil colonial. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. p. 56.

<sup>75</sup> HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja do Brasil-colônia** (1500-1800). p. 12-13.

<sup>76</sup> WEHLING, Arno, WEHLING, Maria J. C. M. **Formação do Brasil colonial**. p. 185.

No período colonial, as paróquias eram criadas por uma decisão relacionada ao padroado da coroa,<sup>77</sup> com a adoção de um pagamento feito pelo governo português através da folha eclesiástica para a manutenção do vigário e, se possível, de um padre coadjutor, sendo chamada paróquia colada.<sup>78</sup> O outro mecanismo utilizado para se criar uma paróquia seria uma iniciativa dos bispos, em função da densidade populacional e da disposição dos habitantes da mesma em assumir a responsabilidade dos ônus de conservar um vigário encomendado.<sup>79</sup>

O pesquisador do mundo colonial português, Guilherme Pereira das Neves, contabiliza o processo de criação desses espaços de administração eclesiástica na colonização portuguesa na América:

*No final dos primeiros 100 anos de colonização, as paróquias no Brasil não passavam de 50, às quais se somaram, no século seguinte, o da exploração do interior, cerca de 90 outras. Nos três primeiros quartéis do século XVIII, quando o povoamento se adensou e ocorreu a corrida do ouro das Gerais,*

---

<sup>77</sup> O direito de padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuição religiosas da Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo aos direitos políticos de realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal. De fato, por concessão da Santa Sé, o título de grão-mestre conferia aos reis de Portugal também o regime espiritual. O padroado conferia aos monarcas lusitanos o direito de cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, ou seja, a taxa de contribuição dos fiéis para Igreja, vigente desde as mais remotas épocas. A arrecadação dos dízimos era usado durante a Idade Média para o sustento do culto e dos seus ministros. Cada cristão deveria contribuir com a décima parte dos lucros usufruídos com o trabalho da terra, para as despesas da Igreja. A partir do século XVI, e portanto da época da descoberta do Brasil, a coleta desses dízimos passa a ser feita pelo próprio rei de Portugal, que, como grão-mestre da Ordem de Cristo, devia também zelar pelo bem espiritual das colônias portuguesas. Além disso, cabia ao monarca a apresentação dos nomes dos escolhidos para ocupar o governo das dioceses, das paróquias e outros benefícios do culto, de remunerar o clero e de prover a expansão da fé cristã. Na realidade, o monarca português tornava-se assim uma espécie de delegado pontifício para o Brasil, ou seja, o chefe efetivo da Igreja em formação. Ao papa cabia apenas a confirmação das atividades religiosas do rei de Portugal. (AZZI, Riolando. "A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. p. 163-164.)

<sup>78</sup> Padres coadjutores eram os sacerdotes auxiliares no ofício paroquial. Já as paróquias coladas, eram freguesias criadas pelo padroado da coroa, sendo os encomendados, padres enviados pela autoridade diocesana a uma freguesia. VEIGA, Eugênio da Andrade. **Os párocos no Brasil no período colonial: 1500-1822**. p. 33-47.

<sup>79</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. "Administração eclesiástica". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 22.

*mais de 400 novas paróquias foram erigidas, embora nem todas fossem de natureza coletiva. Apesar disso, muitas freguesias, sobretudo as do interior, tinham enormes extensões, chegando, por exemplo, a de Jeromoboabo, na Bahia, a apresentar 70 léguas de comprimento por 30 de largo, ou seja, mais de 75 000 km<sup>2</sup> — quase o equivalente ao território de Portugal continental.<sup>80</sup>*

No território da América portuguesa havia, portanto, paróquias urbanas e rurais, com uma grande maioria das jurisdições rurais, onde as capelas estavam muitas vezes bem distantes da igreja matriz.

Segundo Harold B. Johnson Júnior, há três elementos importantes para compreendermos o funcionamento, da paróquia: a igreja matriz; a figura do vigário e por último o próprio povo.<sup>81</sup>

Para Johnson Júnior, a igreja matriz é um espelho que reflete as condições materiais da paróquia:

*A fabrica da igreja [...] era dividida efectivamente em três partes, e cada parte correspondia a um dos sectores primários da sociedade paróquial. Estes foram o coro e a capela-mor que tinha como foco o altar-mor, quer dizer todas as partes da igreja em que o “sacro” predominava, por assim dizer, e que aí desde o arco até o altar e capela-mor. Para esta parte o pároco era o responsável, talvez quase o “dono”. Segundo, aquela parte da igreja que ia do arco para baixo até o adro ou átrio – por outras palavras, a nave que era o sector que pertencia à comunidade e era mantida por esta; este sector tinha como ponto fulcrais o campanário com os seus sinos que eram o símbolo da solidariedade comunitária e o adro onde normalmente se reuniam os fregueses para tratar de assuntos comunitários. Terceira e última, o número variável de confrarias ou irmandades que combinaram em subsectores, por assim dizer, elementos de categorias um e dois – minúsculas freguesias, com efeito. Estas*

<sup>80</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. “Administração eclesiástica”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 22-23.

<sup>81</sup> JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. p. 5-16.

*confrarias mantinham vários altares colaterais ou capelas subsidiárias que formavam a terceira parte da fábrica.*<sup>82</sup>

Outro elemento importante para o entendimento do funcionamento da paróquia, foi a figura do vigário. Para Johnson Júnior, os sacerdotes eram tipos centrais nas paróquias, tão centrais quanto às próprias matrizes, principalmente porque alguns deles acumulavam determinados direitos na sociedade em que viviam, conforme o exemplo selecionado por Johnson Júnior, da comunidade Penha Longa, localizada nas terras de Portugal.

*Se quisermos ter uma ideia dos rendimentos ou direitos dum padre, escolhido ao acaso, aqui há o que recebeu o da Penha Longa, (perto de Marco de Canavezes) em cada ano; tinha pagamento em moeda ou género por (a) cada criança baptizada, por cada casamento, e por cada pessoa que morreu (nesse caso o pagamento se ajustava conforme o estado civil do defunto e parece ter sido muito lucrativo, crianças nascidas mortas não foram excluídas); a morte também dava rendimento contínuos vindo das missas sucessivas que o padre rezava para as almas dos defuntos; aqui o padre gozou dum exclusivo – ninguém podia dizer missa dentro da sua jurisdição sem a sua permissão. Em Penha Longa ele também tinha cada ano no dia de Sam Miguel em setembro uma quantidade generosa de pão e vinho de cada fogo.*<sup>83</sup>

O povo é a terceira peça importante no funcionamento da paróquia, conforme Johnson Júnior, pois o nascimento dentro do território de uma área de assistência religiosa conferia ao filho do colono uma cidadania automática.<sup>84</sup> Aquela criança era natural da tal paróquia e seria um vassalo do Rei, pertencente ao dito espaço.

---

<sup>82</sup> JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII.** p. 5-6.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 10.

O mesmo historiador indica outra forma de um determinado colono tornar-se pertencente a uma Freguesia: era por via da migração e naturalização. Geralmente os homens se descolavam de suas regiões de origem, para casarem com mulheres de outros locais. Firmando e consolidando o matrimônio, os ditos colonos tinham que se naturalizar e, isso só ocorria quando os mesmos se integravam a uma Irmandade ou Confraria.<sup>85</sup>

As Irmandades e as Confrarias também eram organizações de extrema importância em uma Jurisdição eclesiástica, pois agregavam os colonos em torno de interesses “comuns” e da comunidade, possibilitando que os seus membros participassem da vida da paróquia. Daí Johnson Júnior, denominá-las de organizações chaves,<sup>86</sup> pois estavam firmadas em três grandes compromissos, que eram: as cerimônias fúnebres, a assistência mútua e a participação nas atividades festivas.

### **1.1 A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação**

A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na Capitania do Rio Grande do Norte, passou a ser subordinada ao Bispado de Pernambuco em 15 de Julho de 1614, tornando-se independente religiosamente da Bahia.<sup>87</sup>

Porém, no mês de Fevereiro de 1623 a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação voltou a ser uma região submetida ao Bispado da Bahia. E somente no ano de 1676, aos 16 de Novembro, por via da Bula *Ad Sacram Beati Petri* do Papa Inocêncio IX, foi religada à diocese de Olinda, sendo o primeiro Bispo Dom Estevam Briosso de Figueiredo.<sup>88</sup> Então mais

---

<sup>85</sup> JOHNSON JÚNIOR, Harold. B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. p. 10.

<sup>86</sup> *Ibid.*, Loc. Cit.

<sup>87</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 18.

<sup>88</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p. 18. Ver também, BARATA, José do Carmo. **História Ecclesiastica de Pernambuco**. p. 22-45.

uma vez a terras da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e seus respectivos colonos retornaram ao Bispado de Pernambuco.

Acreditamos que a igreja matriz da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no século XVIII fosse possivelmente portadora das divisões internas apontadas por Johnson Júnior: altar-mor, nave e altares colaterais. Porém, a pobreza marcou as origens da matriz, pois segundo Cascudo, o templo em seus primórdios não passava de uma igrejinha feita de barro socado, coberta de palha, com somente uma entrada, sem sino e nem aparato. Cascudo ainda afirma que, 15 anos após a fundação da igreja, no ano 1614, a mesma ainda não possuía porta.<sup>89</sup>

Nestor dos Santos Lima, escrevendo em princípio do século XX, anos antes de Cascudo, também apontou uma origem simplória para igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, *Do mesmo modo que as moradias do lugar, a Igreja ou a Capella tinha ligeira construção de barro e diminutas proporções: era apenas um ensaio de templo.*<sup>90</sup>

Ainda em seus estudos sobre a igreja matriz, Lima propõem uma cronologia dividida em quatro momentos para a história do prédio.

*O 1º período – a idade antiga – mostra a Matriz, da fundação até 1654, aproximadamente quando a destruíram os holandeses; no 2º período, de então a 1672; o 3º período, de 1672 a 1694, quando se construiu o edifício actual e o 4º período – a idade contemporânea as modificações que tem experimentado, inclusive a torre [...]*<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. p. 99.

<sup>90</sup> LIMA, Nestor dos Santos. **A Matriz de Natal**. p. 17.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 16.

A partir de tal linha evolutiva apontada por Lima, podemos supor que, já no século XVIII a igreja matriz apresentava possivelmente as dimensões de largura e comprimento atuais.

Pesquisando no Primeiro Livro de Tombo da igreja matriz da Freguesia em questão, encontramos uma lista com valores que provavelmente eram cobrados dos colonos pelos serviços prestados pela Igreja.<sup>92</sup>

Chamamos atenção para três pontos: A) a Igreja cobrava a mesma quantia para sepultar um adulto como uma criança, dois mil, duzentos e oitenta réis, caso o enterro do inocente fosse solene. B) uma missa cantada na matriz, recebia o reverendo pároco dez mil réis e C) uma cova do arco para dentro, ou melhor, próximo do altar-mor, custava vinte mil réis, tanto para um religioso como para um secular. Os emolumentos pagos eram para o sustento do pároco e fábrica da igreja, compra de alfaias, farinha de trigo para hóstia, vinho, etc.

É importante fazermos menção que tais taxas pagas pelos colonos eram reconhecidas por aqueles que verdadeiramente participavam da vida cotidiana da comunidade. No caso específico da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no ano de 1760, sob a visita do Reverendo padre Marcos Soares de Oliveira, os ditos moradores que reconheceram as taxas foram: Felix Barbosa Tinoco; Francisco Pinheiro Pereira entre outros.<sup>93</sup>

Como comentamos anteriormente baseado em Johnson Júnior, a ajuda mútua era uma das características mais importantes existente no espaço de uma freguesia. Sendo assim, nas terras de Nossa Senhora da Apresentação, a freguesia em si foi o derradeiro recurso buscado por uma índia pobre que atendia pelo nome de Josefa Gomes, para sepultar as suas duas

---

<sup>92</sup> Cf. ANEXO

<sup>93</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Vizinhos e costume desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação ... 1760, f, 41.

filhas. A primeira foi enterrada na igreja matriz da cidade do Natal *pelo amor de Deus, por que nada levou,*<sup>94</sup> a segunda foi enterrada na mesma igreja com a *ajuda de esmola.*<sup>95</sup>

Acreditamos que as esmolas concedidas à índia Josefa Gomes, para o enterro de um de seus filhos foram dadas pelos moradores e fregueses das terras de Nossa Senhora da Apresentação, assim como o enterramento do segundo filho sem pagamento de nenhuma taxa, possivelmente foi uma permissão do vigário, para que o pequeno inocente tivesse sua última morada em solo sagrado. Tais atitudes, servem também para demonstrar o todo coeso que era a freguesia, do ponto de vista religioso.

No que é relativo às atitudes festivas, as Irmandades e Confrarias tinham responsabilidades com datas específicas dos seus santos de devoção dentro da freguesia. Na Jurisdição eclesiástica de Nossa Senhora da Apresentação, temos conhecimento que existiram três organizações-chaves.<sup>96</sup> A Irmandade do Santíssimo Sacramento,<sup>97</sup> a Irmandade dos negros do Rosário<sup>98</sup> e por último a Irmandade das Almas.<sup>99</sup> A primeira organizava as festividades da Semana Santa, a segunda agregava os irmãos em torno da festa de Nossa Senhora do Rosário e a última cuidava necessariamente dos ritos da morte. As ditas Irmandades cumpriram com seus compromissos de cerimônias fúnebres, assistência mútua e das atividades festivas, já que eram tais práticas que dava a razão das mesmas existirem.

Devemos notar, que dentre as irmandades que havia na freguesia, não figurava a Irmandade da Misericórdia. A inexistência de tal organização nas terras de Nossa Senhora da Apresentação, para nós, é um indicativo de pobreza, ou provavelmente de uma economia de

<sup>94</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 60v – Cosma.

<sup>95</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 61 – Damiana.

<sup>96</sup> Cf. A. I. M. N. S. A. / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890.

<sup>97</sup> Cf. NETO, Manoel do Rego Barros. **O remir.**

<sup>98</sup> FILHO, Olavo de Medeiros. **Terra natalense.** p. 39.

<sup>99</sup> A. I. M. N. S. A. / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Termo de visita da Freguesia de Nossa ... 1795, f, 89v. Estas Irmandades eram quase que obrigatórias nas cidades e vilas coloniais. ALMEIDA, Luís Castanho de. "Clero secular diocesano brasileiro setecentista". **Revista do IHGB.** p. 58.

subsistência que não permitia que uma Confraria como a da Misericórdia viesse a se constituir.<sup>100</sup> Sem uma Irmandade da Misericórdia, também não haveria uma Santa Casa e, muito dificilmente uma Roda dos expostos. Ao contrário do que ocorreu em regiões urbanas, ricas e exportadoras como Salvador,<sup>101</sup> Rio de Janeiro,<sup>102</sup> e Recife.<sup>103</sup>

Cascudo discute que no Reino de Portugal as freguesias faziam referência a *territórios povoados, dispersa ou aglomeradamente, tendo assistência sacramental de uma mesma casa de orações, Capela ou Igreja.*<sup>104</sup>, o que estruturalmente foi modelo de freguesia implantada na Capitania do Rio Grande do Norte transplantada de além-mar.

Sendo assim, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados.<sup>105</sup>

Segundo os estudos de Câmara Cascudo, da primeira metade do século XX, podemos afirmar que Natal já fazia parte de uma freguesia em 1601.<sup>106</sup> Nestor Lima, explica o surgimento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, dizendo: *Precisamente a 25 de dezembro de 1599, a celebração do sacrifício da Missa inaugurou a capelinha e marcou pela sua relevância o início da existência do novo corpo social [...].*<sup>107</sup>

Acreditamos, que o dito *novo corpo social* comentado na citação, estava diretamente relacionado ao real sentido que tinha uma freguesia: a igreja matriz, o pároco e moradores da

<sup>100</sup> Sobre as características econômicas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não temos muitas informações, até mesmo por que investigações na área ainda estão sendo desenvolvidas. Cf. DIAS, Tiago Alves. **Carne, farinha e aguardente**: o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno (1750-1808).

<sup>101</sup> Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775.

<sup>102</sup> Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino**: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII.

<sup>103</sup> Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832).

<sup>104</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 9.

<sup>105</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. p. 93.

<sup>106</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Op. Cit.** p. 21.

<sup>107</sup> LIMA, Nestor dos Santos. **A Matriz de Natal**. p. 15.

região vivendo e cumprindo com suas obrigações cristãs. A área de assistência da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação só foi dividida na primeira metade do século XVIII com a criação outras freguesias, como a do Açú, a de Goianinha e a de Caicó.<sup>108</sup>

Augusto Tavares de Lyra, historiador potiguar da primeira metade do século XX ao escrever sobre a Freguesia, que ele denomina de *Freguesia da cidade do Natal*, da segunda metade do século XVIII, realizou uma série de considerações de caráter geográfico. Segundo o mesmo autor, esse espaço comportava uma cidade que continha 118 casas, totalizando 400 braças de comprimento e 50 de largura de extensão povoada, tendo fim na Ribeira do Rio Potengi ou Rio grande.<sup>109</sup>

Com relação ao espaço da cidade, podemos dizer que a mesma teve como elementos demarcatórios de seus limites primeiros, duas cruces, uma ao norte e outra ao sul, marcos esses que simbolizavam não simplesmente só uma conquista temporal, mas também sobretudo espiritual.<sup>110</sup>

Sob a ótica da pesquisadora Denise Mattos Monteiro, a cidade do Natal representou na segunda metade do século XVIII

*[...] a sede do poder máximo da capitania, representado pela figura do Capitão - Mor, nomeado pela coroa portuguesa e subordinado ao capitão - General ou Governador de Pernambuco, desde 1701. Suas funções compreendiam, basicamente, conceder sesmarias em nome do Rei de Portugal, fazer nomeações para cargos públicos, manter a ordem e proteger as autoridades. A ele subordinado, havia os capitães - mores dos regimentos de Milícias, geralmente sesmeiros ou grandes posseiros, responsáveis por cada*

<sup>108</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p. 113-114.

<sup>109</sup> LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. p. 184.

<sup>110</sup> MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte**. p. 3.

*vila sede de municípios, com jurisdição sobre as freguesias, e seus subalternos.*<sup>111</sup>

Sendo dessa forma, entre as cruces, e ao redor da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, cresceu a cidade, o principal núcleo de povoamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. A primeira rua da mesma, correspondeu ao Largo da matriz, que por sua vez comportava o Senado da Câmara com a cadeia, a Provedoria da Fazenda, a residência dos governadores e as poucas casas, do lado do poente.<sup>112</sup> No entanto, a freguesia era constituída também por outros espaços, em específico as capelas e as ribeiras, que puderam ser bem melhor visualizadas a partir dos registros paroquiais.

### 1.1.1 Capelas e ribeiras

Os documentos de batismo, como os de casamento e os de óbito são fontes de primordial importância para os estudos de História demográfica, sendo consideradas por essa linha de pesquisa como fontes quantitativas. Porém, além das contagens e tabulações que podem ser realizadas a partir das mesmas, foi possível observar bem mais além. Os assentamentos pelos padres em tais documentos nos permitiram detectar duas informações. Primeiro, a distribuição das capelas no espaço da jurisdição eclesiástica e por último uma possível identificação dos colonos com suas capelas e ribeiras. Frisando que tanto as capelas, como as ribeiras representavam a espacialidade periférica da freguesia.<sup>113</sup>

A distribuição das capelas no território da freguesia seguia na sua maioria o caminho das ribeiras, como se pode verificar no assentamento de [...] *Eugenio Ferreira de Lima* [...]

<sup>111</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. p. 95.

<sup>112</sup> MARQUES, Euríola Belízia. Fernandes. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte**. p. 3.

<sup>113</sup> Para os estudos de centro e periferia. Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800. **Revista Brasileira de História**.

*com Luisa Fernandes filha [...] ambos os nubentes naturais e moradores nesta Freguesia de Nossa Senhora Apresentação na capella do [rio] Jundiahy [...].*<sup>114</sup>

As capelas estavam onde os colonos estavam, pois a função das mesmas era prestar uma assistência religiosa aos colonos que viviam distantes do maior centro populacional, onde estava localizado a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Natal.

As capelas, representavam tanto aspectos espirituais, como materiais da vida dos colonos pois, conforme Cascudo:

*[...] era afirmação de fé e denunciava o desenvolvimento econômico local, a densidade demográfica em ritmo crescente, o número apreciável de almas em 'estado de comunhão', uma certa massa residencial fixando cristãos, vivendo em tarefas regulares, em condição de receber os sacramentos, matrimônio para os moços, batizado para as crianças, extremaunção para os velhos.*<sup>115</sup>

Ainda nas palavras do mesmo historiador, as pequenas igrejas rurais, representavam algo mais que simplesmente desenvolvimento econômico da região e seu crescimento populacional,

*A Capela declarava a presença da vida social organizada sobre bases estáveis, concordância do esforço com a produção asseguradora da existência familiar, o grupo vicial capaz de prestar mutua proteção e auxílio, sistema de caminhos articulando as propriedades esparsas ao centro mais povoado, facilitando transito e escoamento das safras, costumes cristãos, unificadores e solitários com a figura simples da Capelinha, pastoreando o rebanho imóvel, reunido à voz lenta do pequenino sino emocional.*<sup>116</sup>

<sup>114</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1785-1790 / F, 11 – Eugenio e Luisa.

<sup>115</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 10-11.

<sup>116</sup> Ibid. Loc. Cit.

Acreditamos também que tais igrejinhas rurais foram pontos de referência importantes para construção de um possível “sentimento de pertencimento” dos colonos na freguesia. Como também representou um elemento de marcador do território, segundo Sérgio Buarque de Holanda, sobre São Paulo *no lugarejo de Araritaguaba, uma capela modesta, com a invocação de Nossa Senhora da Penha, marcava na Capitania, no ano de 1721, e ainda algum tempo depois, o limite extremo de espaço de ocupação permanente [...]*.<sup>117</sup>

Sabemos que Nossa Senhora da Apresentação era a santa padroeira de toda a freguesia, no entanto, cada capela anexa representava uma extensão da igreja matriz e sobretudo do catolicismo romano na periferia da freguesia. Tais capelas apresentavam certa independência, que era proporcionada pelos seus freqüentadores que contribuíam para sua manutenção. Eram esses os ditos fregueses, que se aproximavam, se reuniam pelo sentimento que estava diretamente relacionado com o santo de devoção dos colonos para quem a mesma foi erguida.

O quadro abaixo tem a função de indicar, com mais clareza os santos protetores de cada capela e suas devidas localizações.

### QUADRO 1

#### CAPELAS DA FREGUESIA DE N<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO (1753-1795)

| Capelas                               | Locais                                   |
|---------------------------------------|--|
| Senhor São Gonçalo                    | Ribeira de São Gonçalo ou do rio Potengi |
| Senhor Santo Antonio                  | Ribeira de São Gonçalo ou do rio Potengi |
| Senhor Bom Jesus das Dores            | Ribeira da cidade                        |
| Nossa Senhora dos Prazeres do Guajirú | Ribeira do rio Ceará-Mirim               |
| Senhor São Miguel do Guajirú (Missão) | Ribeira do rio Ceará-Mirim               |

<sup>117</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo Oeste**. p.40.

|   |                       |
|---|-----------------------|
| Nossa Senhora do Ó do Papari                            | Ribeira do rio Mipibu |
| Nossa Senhora de Santana (Missão)                       | Ribeira do rio Mipibu |
| Nossa Senhora da Conceição                              | Ribeira do rio Jundiá |
| Nossa Senhora do Socorro da Utinga                      | Ribeira do rio Jundiá |
| Nossa Senhora de Santa Ana do engenho do Ferreiro Torto | Ribeira do rio Jundiá |
| Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga               | –                     |
| Nossa Senhora de Solidade da Aldeia Velha               | Ribeira do rio Grande |
| Senhores Santos Reis Magos da fortaleza                 | Barra do rio Grande   |

**Fonte:** L. B. F. N. S. A. (1753-1795)

Observa-se que são muitos os santos padroeiros das capelas da freguesia em questão, apesar de ter existido uma padroeira universal, que era Nossa Senhora da Apresentação, com já fizemos menção. Tais santos eram festejados pelos moradores das diferentes devoções, como por exemplo, a festa de Santo Antonio,<sup>118</sup> e as festas de São Gonçalo, que em alguns momentos chegaram a ser proibidas pela própria Igreja, por causa das grandes manifestações em forma de danças dentro do espaço do sagrado.<sup>119</sup>

Segundo a historiadora Mary Del Priore, as festas religiosas no mundo colonial português na América, eram formas comuns de manifestação pública em que os colonos poderiam se entreter, seguido pelas festas em homenagem a Coroa.<sup>120</sup> Tais festas que ocorriam em momentos diferentes do ano, além de representarem um elo de ligação na própria igreja rural, ainda poderia atrair pessoas de outras ribeiras ou mesmo freguesias, principalmente os homens jovens para que pudessem encontrar suas futuras companheiras,

<sup>118</sup> MOTT, Luiz. "Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu". In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 187.

<sup>119</sup> Ibid., p. 190.

<sup>120</sup> Cf. DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**.

buscando evitar os casamentos co-sanguíneos em seus lugares de origem.<sup>121</sup> Sendo assim, geralmente o noivo era estrangeiro à freguesia de sua noiva, como podemos observar no caso a seguir,

*Aos vinte e sinquo de setembro de mil setecentos e trinta annos na capella de Nossa Senhora da Solidade da Aldeia Velha desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte feytas as denúciaçoens nesta Matris; e na Missão do Guajirû apresentados pelo contraente banhos corridos na Villa do Recife Seu natural, na freguesia do Assû, onde foy morador, Sem Se descobrir impedimento em presença do Reverendo Padre Mestre João de Mello Superior \_\_\_ Missão do Guajirû de Licença do Revendo coadjuto o Licenciado João Gomes Freyre que fasia as veses do Parocho em minha ausencia, Sendo presentes por testemunhas o Capitão Teodocio da Rocha viuvo, o Capitão Bonifacio da Rocha Vieira \_\_\_\_\_ Gomes Freyre mulher do ditto e Damasia Gomes da Camera mulher do Coronel Teodosio Freyre de Amorim pessoas todas conhecidas, e moradores desta freguesia Se casarão em facie da Igreja solemnemente por palavras Felix Correa da Rocha natural da Villa do Recife, filho legitimo de Felix Correa Morera já defunto, e de sua mulher Maria da Rocha e Rosa Dias Perera natural da Villa do Searâ Grande filha Legitima digo, filha natural do Coronel Dionisio Perera, e de May incognata vinda do seu natural menina e assistente em casa de Maria Gomes Freyre Dona viuva do Coronel Antonio Dias Perera, moradores todos nesta freguesia e logo Receberão as bençoens tudo na forma do Sagrado concilio Tridentino. E por Se acha o ditto Reverendo Coadjutor presente por sua noticia mandei fazer este assento em que por verdade assigney. Manuel Correa Gomes / Vigario. <sup>122</sup>*

<sup>121</sup> JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. p. 13.

<sup>122</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1727-1740 / F, 10v – Felix Correa da Rocha e Rosa Dias Perera.

Com os matrimônios, alguns colonos se fixavam nas terras onde estava localizada a capela onde foram realizadas suas uniões, na qual talvez o seu cônjuge fosse devoto do santo da capela. A partir disso, com o desdobrar de duas ou três gerações era provável que alguns daquela família tivessem gestado um sentimento de identidade com aquela igreja local, pois, foi naquele pequeno espaço do sagrado, onde seus pais, irmãos e até mesmo eles se casaram, local este onde apadrinharam filhos de escravos, filhos naturais, crianças expostas, onde batizaram seus rebentos e por último sepultaram os seus mortos.

Vejam empiricamente estes três momentos, ou mesmo rituais de passagem no mundo colonial português, que na nossa concepção gerava um sentimento de pertencimento do colono, não com a freguesia num todo, mas com a capela, que representava o espaço onde viviam. Primeiro vejamos o seguinte caso

*Ignacia filha de Theresa de Jesus solteira natural desta freguesia neta por parte Materna de Antonio de Andrada de Araujo e de sua mulher Bernarda de Jesus Paleiro naturais do Jundiahi nasceo aos nove de Oitubro de mil setteCentos e oitenta e seis, e foi baptisada na Capella de Nossa senhora da Conceição do Jundiahi Com os Santos Oleos pelo Reverendo Padre Manoel Antonio de Oliveira aos quatro de Março de mil settecentos e oitenta e sette forão Padrinhos Ruberto de Sá Bizerra Casado e Francisca Marcodes Emcarnação solteira filha de Roque da Costa Nogueira mais no dito asento de que mandei fazer este em que por verdade me asigno. Pantaleão da Costa de Ar<sup>o</sup>.<sup>123</sup>*

Para Jacques Gélis, o batismo era considerado um rito de socialização da criança,<sup>124</sup> e espaço da capela era o lugar onde o colono oficialmente apresentava o seu filho, fosse ele

<sup>123</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVROS: 1786-1795 / F, 10v – Ignacia.

<sup>124</sup> GÉLIS, Jacques. "A individualização da criança". In: ARIÈS, Philippe, DUBY, George. (Dir.), ARIÈS, Philippe, CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. p. 312.

legítimo ou natural, à comunidade e onde a existência da criança ficaria registrada. Ainda salientamos, que tanto a pequenina Ignacia como sua mãe Theresa de Jesus e seus avós maternos nasceram na ribeira do Jundiá e, possivelmente sempre viveram naquela região da freguesia. Assim, conjecturamos que tais situações possibilitaram a criação de laços de ligação, de identidades da dita família com a capela de Nossa Senhora da Conceição. Santa essa que tinha sua invocação difundida em todo Império português.<sup>125</sup>

Houve casos em que alguns pais batizaram seus filhos em capelas que não pertencia ao local em que eles viviam na freguesia. Talvez por um pedido da mãe, do avô, do padrinho. Mas podemos supor, que algumas pessoas nesse rito social se identificavam com a pequena igreja.

As capelas também foram lugares onde os colonos realizaram suas uniões matrimoniais. Como ocorreu,

*Aos nove de Março de mil setecentos e trinta e quatro annos na capella do senhor Sam Gonçalo do Potengy destas freguesia de Nossa Senhora Apresentação do Rio grande do Norte feytas as denunciações nesta Matris e na ditta capella onde he moradora a contraente, e na freguesia do Assû donde He o contraente Sem se descobrir impedimento de Licença minha em presença do Padre Francisco \_\_\_\_\_ de Barros sendo presentes por testemunhas o Alferes Paschoal Gomes de Lima, o Capitão Ruberto de Sá Bezerra, dona Antonia de Albuquerque Barbosa mulher do dito, e Maria de feytas mulher de Manuel da Costa pessoas todas conhecidas e moradores desta freguesia Se casarão solememente em face da igreja João Bezerra Cavalcante preto forro natural de Angola escravo que foy do Coronel Leonardo Bezerra Cavalcante morador no Assû assistente na fazenda do Oytû ha muytos annos, e Luisa da Costa solteyra forra filha de Joanna da Costa Tapuya forra solteyra, e de Jacinto Monteyro escravo do Alferes Paschoal Gomes de Lima, natural e moradora no*

<sup>125</sup> MOTT, Luiz. "Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu". In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 164.

*sitio de Sam Gonçalo de Potengy desta ditta freguesia, e logo lhes deo as bençoens \_\_\_\_\_ e dando \_\_\_ em tudo a forma do sagrado Concilio Tridentino. E pelo assento que veio do ditto Padre mandei fazer este. Em que por verdade asignei. Manuel Correa Gomes / Vigario.<sup>126</sup>*

É importante saber que o casamento acima dos colonos João Bezerra Cavalcante preto forro e Luisa da Costa, também forra, foi um matrimônio em meio a centenas de matrimônios que ocorreram nas várias capelas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no século XVIII.

Ronaldo Vainfas comenta que casar no mundo colonial português não era uma tarefa muito simples e fácil. Primeiro, corria um processo de investigação da vida do noivo e da noiva, para saber se não existia impedimentos, tais como, impureza de sangue (ascendentes judeus, árabes ou negro) ou mesmo descendentes que foram trabalhadores manuais, o representaria uma falha mecânica na família, caso os noivos fossem filhos de uma elite, o que não foi a situação citada. Além disso, um dos cônjuges ou mesmo os dois teriam que mandar buscar cópias de documentos em regiões distantes da colônia, ou até mesmo em Portugal, o que necessitava um investimento considerável de tempo e sobretudo de dinheiro.<sup>127</sup>

Na união de João Cavalcante de Bezerra e Luzia da Costa, podemos afirmar que as denúncias também chamadas de banhos feitas pela Igreja, na matriz e nos locais de origem dos mesmos, considerando a condição social deles, estavam relacionadas a descobrir uma possível bigamia de ambos. Já com relação à escolha da capela de São Gonçalo para realização do casamento, podemos apontar a proximidade com o local de moradia da noiva e provável espaço de habitação do casal, conformando-se também com a própria estratégia da Igreja, pois a existência das capelas era a garantia que os colonos de diferentes condições

<sup>126</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1727-1740 / F, 22v – João e Luisa.

<sup>127</sup> Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.

sociais realizassem os sacramentos, mesmo distantes da matriz, evitando a composição de famílias ilegítimas e as práticas de mancebia.

Ressaltamos também que o solo das pequenas capelas da freguesia teve a função de receber para o repouso eterno os corpos das pessoas que moravam nas proximidades das mesmas. Foram corpos de crianças das mais variadas idades, de homens e mulheres, como também dos idosos da comunidade. Assim, foi o enterramento de

*Francisco fº natural de Theresa rebocas e Antonio Jose pardo faleceo da vida presente a vinte seis de oitubro de mil setecentos oitenta, e hum pelas 3 horas da tarde, e foy sepultado no dia seguinte na capela de S. Gço dos deggraos pª baixo envolto em túnica branca de bertanha emcomendado pelo R.do Coadjutor o Pe. Luis Felix de Vasconcelos tendo de ide. Quatro annos pouco mais, ou menos, e não se continha mais em dito asinto de que pª constar o mandes lançar, e para claresa me asino. Francisco de Sousa Nunes / Vice vigr. do Rio grad.(Grifo nosso)<sup>128</sup>*

João José Reis, afirma que a localidade do sepultamento do corpo no espaço do sagrado revelava o nível de importância das pessoas na comunidade em que vivia.<sup>129</sup> No caso do rebento Francisco, podemos supor que o tal teve o seu corpo enterrado em um lugar comum da capela, dos degraus para baixo, no espaço da nave da igrejinha, ambiente mantido pelos fregueses e possivelmente pelos pais do dito. Independentemente do lugar de enterramento, se no mundo colonial português, o espaço do sagrado das capelas eram lugares para batizados, casamentos, enterramentos e missas semanais, podemos dizer que os mortos estavam integrados na vida dos vivos.

<sup>128</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVROS: 1780-1784 / F, 12v – Francisco.

<sup>129</sup> REIS, João José. "O cotidiano da morte no Brasil oitocentista". In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil** – Império: a Corte e a modernidade nacional. p. 127-129.

Assim, colonos que sepultavam seus filhos recém-nascidos, seus pais, maridos e esposas, compadres e sobrinhos quase diariamente tinham contato com o local de enterramento do seu ente querido, por freqüentar a capela, portanto cremos que isso contribuiu para a formação de uma certa “identidade” com aquele espaço, conforme Reis:

*As pessoas desejavam um enterro em território conhecido, perto daqueles com que tinham dividido a vida cotidiana. As atitudes diante da morte traduziam uma concepção de viver em que a paróquia, e o que ela continha, representava a referência espacial mais significativa.<sup>130</sup>*

Para Stuart Hall, o sentimento de pertencimento possibilitava que o indivíduo estivesse cada vez mais ligado ao espaço em que vivia .<sup>131</sup> Ainda, segundo o mesmo pensador, [...] *a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através dos processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.*<sup>132</sup>

Lembramos, que o fio condutor de nossas inferências sobre uma possível sentimento de pertencimento dos colonos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, com suas capelas e com suas ribeiras, foram os textos escritos pelos padres nos Assentos de batismo, casamento e óbito, na qual os vigários “identificavam” suas “ovelhas” com suas igrejinhas rurais e com as terras que eram banhadas pelos respectivos rios da freguesia, partindo do raciocínio, de Adalberto Marson que considera que o documento *não é espelho da realidade, mas essencialmente representação do real, de momentos particulares da realidade; sua existência é dada no âmbito de uma prática determinada [...].*<sup>133</sup>

<sup>130</sup> REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil** – Império: a Corte e a modernidade nacional. p. 126.

<sup>131</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. p. 12.

<sup>132</sup> Ibid., p. 42.

<sup>133</sup> MARSON, Adalberto. “Reflexões sobre o procedimento histórico”. In: SILVA, Marco. (Org.). **Repensando a História**. p. 53.

Por outro lado, Caio Prado Júnior apontou elementos que justificaram a predileção dos colonos pelas regiões próximas aos rios, tais como: *maior fertilidade das terras, abundancia de água e facilidade para obtenção do peixe [...]*.<sup>134</sup> Acreditamos que uma fixação de vários anos de determinados colonos nas terras bem próximas aos rios, o que compunham as ribeiras, possibilitaram uma certa identidade com aquele espaço, pelos motivos apontados por Prado Júnior, pois eram lugar onde os vassallos do rei de Portugal, podiam plantar suas roças, criar e espalhar o gado, já que havia abundância de água.

Dessa forma, podemos observar em um determinado assento de casamento, como o padre Antônio de Araújo e Sousa, identificou os colonos com suas ribeiras,

*Aos nove de Fevereiro de mil sette Centos e cincoenta e sette na capella de Nossa Senhora do O Dos da ribeyra do Papari desta freguesia de Nossa Senhora da Appresentação do Rio grande, feitos nella, nesta Matris, e na de goyaninha desta capitania, as denunciaçoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino, Sem haver impedimento, como dos banhos Seacham Correntes, consta, de Licença do Reverendo Vigario o Doutor Manuel Correas Gomes em presença do Revendo Padre Antonio de Arahujo e Sousa, capellão da ditta capella a ditta capella a das testemunhas q com elle o ssignaram o Capitão Mor joam de Oliveyra e Freytas, e Manuel de Arahujo Correa, Casados, conhecidos e moradores nesta freguesia, Se casaram Solememente em face de Igreja por palavras de presente Joseph Mateus, filho natural de Feliciana, com Jacinta Martins de Oliveyra, filha natural de Pedro Martins Bayam, e de Margarida de Oliveyra ja defuncta, ambos naturaes, e moradores nesta freguesia de Nossa Senhora da Appresentação, e logo lhes deo as bençaons con forme os ritos da Santa Madre Igreja, de que mandou o Muito Reverendo Senhor Doutor Visitador fazer este assento, em q o asignou. Marcos Soares de Olivr. / Visitador. (Grifo nosso)*<sup>135</sup>

<sup>134</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. p. 106.

<sup>135</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1752-1760 / F, 29v – Joseph Matheus e Jacinta.

A identificação da ribeira realizada pelo padre que fez o matrimônio de Joseph Mateus e Jacinta Martins de Oliveira, estava primeiro relacionada a uma necessidade de se saber onde moravam os colonos da freguesia e, por fim corrobora com o raciocínio de Prado Júnior, que os vassallos do Rei de Portugal na América buscavam as ribeiras para viver. Vejamos como uma parcela da comunidade da freguesia estava espalhada e fixada nas terras banhadas pelos rios,

*Caetana exposta em casa de Florência soltr<sup>a</sup> moradora em o Citio de Santo Antonio do Putigy foi exposto de madrugada as sinco para as seis horas da manha do dia trinta digo três de setembro de mil setteCentos e oitenta e oito Sem escrito foi batisada sob Conditione na Capella da Senhora Santa Anna do ferreiro Torto Com os Santos Óleos aos quinse do dito mes, e anno forão padrinhos Lino da Cunha Marques soltr<sup>o</sup> natural desta Freguesia e não se Continha mais em dito asento de que mandei faser este em que por verdade me asigno. Pataleão da Costa de Ar<sup>o</sup> / Vigr<sup>o</sup> do Rio grande.<sup>136</sup>*

Tomando a situação de abandono de Caetana como um contexto amplo, podemos visualizar no Assento de batismo que Florencia mulher solteira morava no Sítio de Santo Antônio do Potengi. Sítio este que estava localizado na ribeira de São Gonçalo, terras e águas que provavelmente fornecia o sustento da comunidade.

### **1.1.2. A população: batismo, casamento e óbito**

---

<sup>136</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVROS: 1786-1795 / F, 23 – Caetana exposta.

Para Lyra, o século XVIII representara o período do povoamento “completo” da Capitania do Rio Grande do Norte.<sup>137</sup> É nesse período em que a cidade do Natal, mais especificamente na segunda metade do século XVIII, teve um considerável crescimento em sua população. No ano de 1726, a mesma possuía em sua territorialidade apenas 30 casas, feitas de barro. Em aproximadamente 23 anos a povoação teve um aumento de 88 casas,<sup>138</sup> sendo isso uma consequência da política de doações de terras realizada pelo Senado da Câmara.<sup>139</sup>

Sobretudo, o mais importante, não é conhecermos as cifras exatas de quantos moradores havia em Natal e regiões vizinhas na segunda metade do século XVIII, para o século XIX, mas termos a consciência da população que vivia naquela espacialidade, a qual em grupos familiares ou não, se multiplicavam, nesse período.

Não são apenas as cifras saídas de fontes quantitativas, que nos permitem imaginar como era a população da cidade do Natal no período estudado, mas também as fontes qualitativas, como por exemplo, os relatos dos viajantes que nos oferecem informações complementares para compreensão do espaço, e nesse sentido para podermos dar coerência ao conhecimento temos sempre que possível confrontar essas fontes, com as outras.<sup>140</sup>

Uma dessas fontes qualitativas, que tivemos a disposição para o nosso processo de historicização do passado setecentista da cidade do Natal e seus espaços vizinhos que compunham a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, foi a narrativa do viajante inglês Henry Koster, o qual se estabeleceu por algum tempo na colônia, temporada essa suficiente para percorrer o espaço entre a Capitania de Pernambuco e a Capitania do Ceará, no período correspondente aos primeiros anos do século XIX, registrando ao longo do percurso suas impressões sobre aquele ambiente.

---

<sup>137</sup> LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. p. 193.

<sup>138</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. p. 109-110.

<sup>139</sup> FILHO, Olavo de Medeiros. **Terra natalense**. p. 91-135.

<sup>140</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**: orientações técnicas e metodológicas. p. 39

Foi entre as notas realizadas pelo viajante, que afloram as impressões sobre a cidade do Natal, cidade essa que foi erigida à “sombra” de uma fortaleza,<sup>141</sup> e que na época da passagem de Koster contava com um pouco mais de 200 anos de fundação. Lugar esse que parece ter despertado a sua atenção, tudo indica que por sua pequenina dimensão e pelo título de cidade que há muito trazia consigo.

*Cheguei às onze horas da manhã à cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as villas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser no futuro.<sup>142</sup>*

É importante fazer menção a essa situação observada e comentada pelo viajante, pois a cidade tinha passado por um crescimento no momento de sua estada, porém essa ascensão em seu contingente não foi suficiente para conter a surpresa de Koster, diante daquele punhado de casas, com igreja matriz, seguida de mais duas igrejas<sup>143</sup> e do Senado da Câmara, com pouquíssimos prédios públicos, a qual ele deve ter considerado, um lugarejo qualquer, “perdido” em algum lugar da América lusitana, suspensa na margem mais alta de um rio, por questões de segurança no passado.

<sup>141</sup> MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUMA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte: 1597 / 1822.** p. 26-30.

<sup>142</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** p. 109-110. Cf. também sobre o mesmo viajante, RICCI, Maria Lúcia Souza Rangel. “Koster, Henry”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil.** p. 470-471.

<sup>143</sup> As tais igreja eram, a de Nossa Senhora Rosário e a de Santo Antonio dos militares.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, podemos observar que na segunda metade dos anos de setecentos, foram batizados em torno de dois mil e cem recém-nascidos. A tabela 1 demonstra que 1084 crianças receberam o primeiro sacramento de suas vidas em capela, indicando onde estava localizada a maior parte da população da freguesia: na área rural. Também demonstra que os recém-nascidos livres eram batizados em quase todos os lugares, em domicílio, como também na igreja de Nossa Senhora do Rosário, ambiente muito mais restrito para os cativos. Lembrando que apenas 0,09% do total foi batizada nesse ambiente sagrado.

**TABELA 1**  
**ESPAÇOS ONDE FORAM BATIZADAS CRIANÇAS LIVRES, 1753 – 1795.**

| Espaços  | Batizados |         |
|--|-----------|---------|
|  | Nº Abs.   | Nº Rel. |
| Ig. matriz                                       | 787       | 37,4%   |
| Ig. de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário | 2         | 0,09%   |
| Ig. de Santo Antonio                             | 82        | 3,9%    |
| Capelas  | 1084      | 51,6%   |
| Domicílios                                       | 37        | 1,7%    |
| LNI  | 102       | 4,8%    |

Obs.: LNI = local não identificado.

**Fonte:** L. B. F. N. S. A.

Dos batismos, 37 foram em domicílios, que corresponderam a 1,7% do total, apenas dois realizados na igreja de Nossa Senhora do Rosário. Supomos que os batizados que ocorreram na igreja citada, foram realizados por devoção ou mesmo por simples necessidade.

Além disso, nos primeiros oito dias pós-parto, a criança deveria ser levada à presença de um sacerdote, para receber os Santos óleos, pois, *acreditava-se que os inocentes que morriam logo depois do batismo iam logo para o céu.*<sup>144</sup> Com isso acreditamos, que tais batizados ocorridos em domicílio estavam diretamente relacionados a este pensamento.

A tabela 2, construída a partir de um número de 615 Assentos de casamentos, nos apresenta uma amostragem dos locais onde os colonos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação realizaram suas uniões matrimoniais e em que intensidade fizeram isso.

Primeiro, devemos considerar que as capelas anexas da igreja matriz e o próprio espaço da matriz de Nossa Senhora da Apresentação, foram ambientes de predileção de homens e mulheres, ou mesmo, das famílias para realizarem as uniões de seus filhos. Segundo, a tabela 2 confirma o resultado da tabela 1, pois 65,5 % dos colonos da freguesia se uniram matrimonialmente nas capelas, onde 51,6 % das crianças livres foram batizadas, fortalecendo a hipótese que a maior parte da população da dita freguesia morava nos sítios e fazendas.

**TABELA 2**  
**ESPAÇOS ONDE FORAM CASADOS OS COLONOS, 1727-1782**

| Espaços  | Casamentos |         |
|--|------------|---------|
|  | Nº Abs.    | Nº Rel. |
| Ig. matriz                                       | 186        | 30,2%   |
| Ig. de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário | 10         | 1,6%    |
| Capelas  | 403        | 65,5%   |
| Fora da Freguesia                                | 8          | 1,3%    |
| Domocílios                                       | 2          | 0,3%    |
| LNI  | 6          | 0,9%    |

<sup>144</sup> DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. p. 34.

Obs.: LNI = local não identificado.

**Fonte:** L. C. F. N. S. A.

Os demais matrimônios foram celebrados na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em domicílio e fora do território da freguesia. Assim sendo, apenas 1,6% das uniões ocorreram no ambiente da igreja de Nossa Senhora do Rosário, o que correspondeu em números absolutos apenas 10 casamentos. Acreditamos que isso ocorreu em função da própria devoção de algum dos cônjuges, já tal cifra contrasta claramente com os números de uniões oficializadas na igreja matriz, já que eram duas igrejas próximas dentro da freguesia.

Raros também foram os casamentos realizados em domicílio, pois do período de 1727-1782, apenas dois matrimônios foram celebrados em casa, o que correspondeu em números relativos a 0,3% do total. Possivelmente eram membros da elite local, ou talvez alguém envolvido na união, como as testemunhas, que estava impossibilitado de chegar até alguma das capelas da freguesia ou mesmo em uma das igrejas.

No processo investigativo, apenas 0,9% dos casos não apresenta a localização onde os casamentos foram realizados, uma percentagem mínima, que correspondeu a seis matrimônios. Devemos chamar a atenção que os padres eram, em grande medida, muito cuidadosos nos registros de casamento, já que nos registros de batismo 4,8% dos casos não apresentavam os locais do sacramento. Sobretudo por que o mais importante era salvar a alma dos pequenos.

A tabela 3 é em suma um complemento das tabelas anteriores, contribuindo para confirmação da distribuição populacional na espacialidade da freguesia. Dessa maneira, fica claro que provavelmente os ditos colonos viviam no espaço rural, já que 51,9% dos indivíduos tiveram o solo sagrado das capelas como lugar de seus sepultamentos ou

sepultamentos de seus filhos. Acreditamos que tal escolha possa estar relacionada à distância do domicílio do colono e a capela em que o mesmo era enterrado.

**TABELA 3**

**ESPAÇOS ONDE FORAM SEPULTADOS ADULTOS E CRIANÇAS, 1760-1802<sup>145</sup>**

| Espaços  | Sepultamentos |         |
|--|---------------|---------|
|  | Nº Abs.       | Nº Rel. |
| Ig. matriz                                       | 392           | 31,1%   |
| Ig. de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário | 35            | 2,8%    |
| Capelas  | 634           | 51,9%   |
| Ig. de Santo Antonio                             | 140           | 11,4%   |
| Fora do sagrado                                  | 1             | 0,08%   |
| LNI  | 18            | 1,4%    |

Obs.: LNI = local não identificado.

**Fonte:** L. O. F. N. S. A.

Salientamos que o número bem menor de pessoas, entre adultos e crianças, foram enterrados no interior da igreja matriz. Foi arrolado para os tais sepultamentos um percentual de 31,1%, o que correspondeu em números absolutos a 392 indivíduos, em comparação aos 634 enterros que foram realizados nas capelas anexas. A igreja de Nossa Senhora do Rosário, tal como nos batizados e casamentos, não foi um local de predileção dos colonos para serem sepultarem seus familiares. Pois, na segunda metade do século XVIII ocorreram apenas 35

<sup>145</sup> Queremos deixar claro que apesar das tabelas serem de períodos diferentes, todas estão enquadrada na segunda metade do século XVIII.

enterramentos, o que convertidos em números relativos seria algo em média 2,8% do total de sepultamentos na freguesia.

Para termos uma visualização dessa população de mortos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, baseado em Harold B. Johnson Júnior que afirma os mortos faziam parte da vida da comunidade, podemos exemplificar com o caso do militar Francisco Pinto de Araújo, que na data de 30 de Setembro 1790, faleceu aos 30 anos e foi sepultado envolto em um habito de São Francisco na igreja de Nossa Senhora do Rosário.<sup>146</sup>

Acreditamos que a atitude do Cabo de Esquadra Francisco Pinto de Araújo, em possivelmente ainda em vida desejar parte do pequeno grupo de pessoas livres que foram enterradas no solo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, estava relacionado a uma última ação de humildade enquanto cristão. Tal ato de humildade diante da morte, também foi realizado por grandes funcionários da Coroa de Portugal na América, foi o caso de um governador da Paraíba no século XVIII, Pedro Monteiro de Macedo que pediu para ser enterrado na entrada da igreja matriz, para que todos os pisassem e, a todos pedia um pai nosso e uma ave Maria.<sup>147</sup>

Por outro lado, só 11,4% da população da freguesia foi enterrada na igreja de Santo Antonio, sobretudo por que no final do século XVIII, a dita igreja assumiu a função de igreja matriz. O que fica claro nos registros,

*Aos onse de maio de mil, sete, e centos, e noventa faleceo da vida presente hum engeitado de idade de quatro dias foui sepultado nesta igreja Sancto Antonio que serve de matriz envolto em habito de tafeté encarnado encomendado pelo padre Ignacio Pinto de Almeida de licença minha de que mandei fazer ese*

---

<sup>146</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1784-1791 / F, 29v – Francisco.

<sup>147</sup> MENEZES, Mozart Vergetti de. “Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século”. In: BICALHO, Maria Fernanda B, FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX.** p. 340.

*asento, e por verdade me asino. Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande.<sup>148</sup>*

O que não era comum no mundo colonial português era que as pessoas, adultas e crianças fossem sepultadas fora das igrejas e capelas. Porém, tal situação se revelou em meio a população da jurisdição eclesiástica de Nossa Senhora da Apresentação, que por sua vez correspondeu a apenas 0,08% do total. Tal situação ocorreu,

*Aos desaseis de setembro de mil setecentos e noventa faleceu da vida presente ao nascer hum parvolu branco filho legitimo de Tomas Soares e sua molher Josefa Maria foi sepultado no semeterio da Pedra do navio fazenda na ribeira do Potigi envolto em habito branco. Doque fis este asento que por verdade assignei. Feliciano Jose Dornelles / Vigario collado.<sup>149</sup>*

Apesar de ser um cemitério, o recém-nascido não foi enterrado em solo de uma capela ou mesmo de uma igreja. Lembrado que na ribeira do Potengi, havia duas capelas, a de Santo Antonio do Potengi e a de São Gonçalo do Potengi.<sup>150</sup> Por fim, somente 1,4% dos casos estudados na população da freguesia não foi possível identificar o local de enterramento. Pode-se concluir com base na análise das tabelas de batizados, casamentos e sepultamentos da população da freguesia, que a maior fração dos colonos viviam no espaço rural, espaço este que passou por uma fragmentação na segunda metade do século XVIII.

<sup>148</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1784-1791 / F, 22v – Enjeitado.

<sup>149</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 51 – Parvolo.

<sup>150</sup> Considerando que, o cemitério em questão só foi reconhecido como solo sagrado pela Igreja na data de 5 de setembro de 1798. A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Dom Joaquim da Cunha ... 1798, f, 94.

### 1.1.3. A fragmentação da freguesia

A partir da década de 1760, a freguesia sofreu alterações de duas ordens, no seu espaço geográfico, e na redistribuição de seus ambientes de adoração, capelas e igrejas. No que diz respeito à modificação territorial, tal ocorrido está relacionado com a política do Estado português durante o reinado de Dom José I. Política essa que, segundo o brasilianista Kenneth Maxwell, foi dirigida pelo maior representante do despotismo esclarecido em Portugal, o Marquês de Pombal, que influenciado pelas idéias do Iluminismo, configurou uma administração de caráter civil em todos os níveis.<sup>151</sup>

Por exemplo, a criação do Diretório dos Índios, em 1758, substituiu a administração religiosa dos aldeamentos pela civil.<sup>152</sup> Para Caio Prado Júnior, “*as reformas de Pombal não ficavam nisto. A escravidão dos índios é definitiva e integralmente abolida; eles são em tudo equiparados aos colonos brancos.*”<sup>153</sup> Com essas determinações do governo pombalino, os aldeamentos foram transformados em vilas, originando assim as primeiras na região do Rio Grande do Norte.<sup>154</sup>

Com isso, o poder civil foi se consolidando a partir de outras decisões, como: a expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus do reino e de seus domínios de além-mar, (determinação tomada pela carta régia de 3 de setembro de 1759),<sup>155</sup> antecedida da ordem de estabelecimento das novas vigararias em Pernambuco e Capitanias anexas (Alagoas, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), em 1758, reafirmado pelo ofício régio de 5 de agosto de 1764, que autorizou

<sup>151</sup> Cf. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Ver também, NEVES, Guilherme Pereira das. “Marquês de Pombal”. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial**: 1500-1808. p. 377.

<sup>152</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “Pombal, Marquês de”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 647.

<sup>153</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. p. 71.

<sup>154</sup> MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. p. 114.

<sup>155</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. p. 92.

*Para o Bispo de Pernambuco. Exmo e Rmo Sor. Fiz a S. Mage a carta de V. Exa de 15 de março do presente anno, respectiva aos estabelecimentos das novas Vigararias das Povoações dos Índios, que s: mage mandou erigir em Villas e Lugares nesse Bispado, e foy o mesmo Senhor servido resolver o que vou participar a V. Exa. Para o estabelecimento destas Povoações rusticas dos Índios, q. com escândalo de toda a Christandade se conservaram tantos annos da adeministração dos abomináveis chamados Jesuitas em hua ignorancia total do que era Christianismo, e sociedade humana; passarem a povoações Christaans Civis e decorozas, foy geral em todos os dominios do mesmo Senhor, havendo o dito estabelecimento principiado no Grão-Pará e Maranhão no qual na ocasião, em que se publicou, e pôz em praxe a Ley da Abolição do Governo Temporal, que os referidos chamados Jesuítas e outras Religiões setinhão arrogado, se erigiram logo incontinente em toda a extensão do dito Estado mais de cem Paroquias, que hoje vão florecendo com grande adiantamento e aproveitamento daquelles até agora infelices homens[...]<sup>156</sup>*

Frisamos que todas essas atitudes tomadas pelo governo de Pombal transformaram as dimensões da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, pois, em 3 de maio 1760, surgiu a vila nova de Estremoz do Norte e, concomitantemente, é instalada a Freguesia de São Miguel, localizada na região do Ceará-Mirim. Em 22 de fevereiro de 1762, surgiu a vila de São José do Rio Grande<sup>157</sup> e, com ela, a Freguesia de Nossa Senhora do Ó e Santana do Mipibu.<sup>158</sup>

---

<sup>156</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA / PORTUGAL (CÓDICE 583, fl. 87-89v., 05/08/1764 – Ofício do Ministro Francisco Xavier de Mendonça ao Bispo de Pernambuco). Microfilme da Divisão de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco. [transcrição] In: LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. p. 278.

<sup>157</sup> Segundo Cascudo, o nome da vila representou uma triplíce homenagem, ao Santo, ao Rei e ao Príncipe neto, filho da Princesa Dona Maria. CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p. 112.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 111-114.

Sendo assim, algumas capelas se desligaram da administração da igreja matriz, localizada na cidade do Natal. Eram elas: a capela de Nossa Senhora dos Prazeres do Guajirú e do Senhor São Miguel, da antiga Missão do Guajirú, que agora ocupavam o espaço religioso da recém criada Freguesia de Estremoz. Fizeram parte também desse desligamento administrativo eclesiástico, as capelas de Nossa Senhora do Ó da antiga Missão do Mipibu e a de Nossa Senhora de Santana, as quais passaram a compor a paisagem da também recém instalada Freguesia da vila de São José do Rio Grande.

Nesse processo, outras vilas e freguesias surgiram na Capitania do Rio Grande do norte, tirando jurisdição do Senado da Câmara da cidade do natal e, sobretudo da Freguesia de Nossa senhora da Apresentação. As 15 de junho de 1760, foi criada a vila de Arez e com ela, a Freguesia de São João Batista, lembrado que o santo era o mesmo orago da Freguesia do Assú. Em terras mais distantes da Câmara de Natal, como também da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, foram criadas a vila de Portalegre no sertão da Capitania, especificamente na serra do Regente em 1761. Tendo sua freguesia formada apenas no ano de 1764, sendo seus oragos São João Batista e Nossa Senhora da Conceição. Por fim, houve a criação da vila Flor em 10 de outubro de 1762.<sup>159</sup>

Mediante a formação das novas zonas de assistência religiosa e vigararias, a Freguesia de Nossa senhora da Apresentação diminuiu o seu raio de atuação, passando a sua jurisdição a corresponder ao seguinte conjunto: a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Jundiáí; Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga; Nossa Senhora do Socorro de Utinga; Nossa Senhora de Santa Ana do engenho de Ferreiro Torto; Nossa Senhora de Solidade da Aldeia Velha; da fortaleza dos Santos Reis Magos da barra do Rio Grande; do Senhor São Gonçalo do Potengi e do Senhor Santo Antonio do Potengi.

---

<sup>159</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII. p. 102-160.

A desagregação territorial da paróquia de Nossa senhora da Apresentação, também padroeira da cidade do Natal, correspondeu a uma diminuição nas receitas da igreja matriz, já que o contingente de colonos que viviam sob a sua jurisdição diminuiu.

Nessa nova dimensão tomada pela freguesia, a comunidade local viu surgir novos ambientes de devoção. Um deles foi a igreja de Santo Antônio, que inclusive foi conhecida por outras denominações como: igreja de Santo Antônio dos Militares, igreja de Santo Antônio dos Soldados, que ocupou por várias vezes a função de matriz da freguesia, em razão das reformas realizadas na igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Surgiu, também, a capela do Senhor Bom Jesus das Dores, localizada na ribeira da cidade. Os dois espaços sagrados estão registrados na documentação da segunda parte do século XVIII.<sup>160</sup>

Cascudo complementa nossa investigação documental quando afirma que a capela da Ribeira foi o último ambiente de devoção erigido na cidade durante o século XVIII.<sup>161</sup> Provavelmente criada para dar assistência de caráter espiritual aos colonos que, com o crescimento populacional e estabelecimento de sítios,<sup>162</sup> povoaram aquele espaço e sobretudo dando ao mesmo o sentido de ser freguesia.

## 1.2. O sentido de ser freguesia

Retomando o raciocínio do historiador Harold B. Johnson Júnior, que apresentamos no início deste capítulo, frisamos que o povo na figura dos colonos foi um elemento fundamental

---

<sup>160</sup> Documentos de Batismo e óbito, da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Capitania do Rio Grande do Norte. (ARQUIVO DO IHG/RN).

<sup>161</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. p. 104.

<sup>162</sup> Sobre os sítios, Bacellar comenta: *O uso do termo (sítio) foi comum no período colonial para descrever genericamente uma propriedade rural. Ao contrário da significação atual – de pequena propriedade rural. [...] De uma maneira geral, a documentação indica uma total falta de precisão na terminologia de identificação da propriedade rural, que era usada sem critérios, sem qualquer relação com a dimensão, a localização e tipo de exploração agrícola. Assim, sítio, fazenda, terreno, posse de terras, uma sorte de terras, são palavras e expressões que podiam ser usadas indistintamente em referência à mesma terra.* (BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Sítio". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 766-767.)

para dar ao espaço o sentido de ser freguesia. Não só por que mantinham a igreja matriz, suas capelas anexas e se organizarem em Confrarias e Irmandades. Mas sobretudo por que participavam efetivamente dos problemas de assistência religiosa e praticavam o espírito de caridade.

### **1.2.1. O mundo da participação**

O ser freguês já demonstrava a participação dos colonos no universo do espaço de assistência religiosa. Os mesmos provavelmente em sua maioria, eram ativos nas atividades da freguesia, no que diz respeito à manutenção de suas capelas, participação das missas e festas religiosas, como também praticando a solidariedade como sinônimo de misericórdia e caridade.

Na segunda metade do século XVIII, após a fragmentação do espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que resultou com a instalação das Freguesias de Estremoz Arez, São José do Rio Grande, Vila Flor e Portalegre, os colonos, e possivelmente fregueses da jurisdição eclesiástica em questão, que moravam nas terras de além Rio Grande ou Rio Maré,<sup>163</sup> apresentaram um requerimento ao clero secular com o objetivo de desmembrar as capelas daquela região da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

Devemos considerar que naquele ano de 1762, os vassalos do Rei de Portugal, demonstraram primeiro a necessidade de serem católicos praticantes de sua fé, em segundo gostariam de ver valer os direitos paroquiais que existiam sobre eles. Os colonos reclamavam da imensa dificuldade que tinham em cruzarem o Rio Grande, para ouvirem as missas ou mesmo se confessarem. Lembrando que tal dificuldade não apenas dos colonos, mas o próprio

---

<sup>163</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Regimento de uma portaria ... 1762, f. 44.

vigário também tinha problemas em administrar os sacramentos aos moradores daquele espaço da freguesia por ter que atravessar o mesmo rio.<sup>164</sup>

Naquela situação, os homens e mulheres livres que moravam na discutida região da freguesia ficaram sem assistência religiosa, por parte da igreja matriz da cidade do Natal. Nem os colonos chegavam a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, nem muito menos o sacerdote chegava aos vassallos do Rei, frisando que o vigário da matriz de Natal tinha os direitos paroquiais sobre as capelas de além Rio Grande.

No entanto, a necessidade de uma assistência espiritual católica, diante dos problemas cruzar o Rio Grande, forçou os fregueses de Nossa Senhora da Apresentação a buscarem a atenção cristã do pároco da Nova Vila de Estremoz e antiga Missão do Guajirú. Sobretudo por que, [...] *quem melhor os pode Paroquiar, por não haver entre eles Rios, que passar, e, com efeito, a maior parte deles moradores vão ouvir missa, e confessar-se a dita Matriz da Vila de Extremoz, para lhes ficar mais conveniente.*<sup>165</sup>

Mediante a necessidade dos colonos serem freguesia de fato, não em tese, de terem uma vida católica ativa, é que os colonos se representaram diante da Igreja, que em um primeiro momento decide pelos colonos, afirmando que

*Desmembrássemos aos ditos moradores da banda de além do Rio da sua Matriz antiga da cidade do Natal, e os anexássemos para paroquianos da dita vigararia da vila de extremos, para que o dito vigário e seus coadjutores fossem sus párocos próprios, e lhes administrassem os sacramentos, como a seus fregueses. E ouvindo-nos seu requerimento, como faz bem ou vindo aos ditos párocos do Rio Grande, de Extremos, e ao nosso visitador, e outras informações que tomamos, e sobre tudo estarmos muito lembrados, que o imediato defunto vigário da Cidade do Natal, Manoel Correa Gomes, três ou quatro anos antes do seu falecimento, nos requereu que nós criássemos em*

<sup>164</sup> A. I. M. N. S. A. / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Regimento de uma portaria ... 1762, f. 44.

<sup>165</sup> Ibid., Loc cit.

*curato aqueles moradores, pela grande dificuldade, que tinha em os paroquiar pela passagem do dito Rio Grande. Por cujas razões desejando-nos que as nossas ovelhas sejam assistidas com o parto espiritual de suas almas com a possível prontidão, e facilidade pelos seus respectivos párocos e concordarem todas as informações da felicidade desta divisão ou desmembração em grande benefício dos ditos moradores.*<sup>166</sup>

O clero secular tinha consciência que era mais conveniente para os colonos se tornarem fregueses oficiais da Freguesia de Estremoz. Porém, reconhece com toda clareza que aquela outra fragmentação do território da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, prejudicava os interesses do vigário da cidade do Natal. Dessa maneira encerra a questão,

*[...] assim deferindo a seu Requerimento havemos para desmembrados os ditos moradores da banda de além do Rio Grande da Maré da sua antiga paróquia e Matriz da cidade do Natal, e os adjudicamos a paróquia, e vigararia da vila de Extremos, de cujos vigários, ficam sendo fregueses; para serem por eles paroquiados, e administrados todo o parto espiritual, de que carecerem. E os ditos vigários ficam sendo seus próprios Párocos para os apresentarem como os seus fregueses, e receberem deles os emolumentos e direitos paroquiais, com que até agora costumam corresponder aos seus vigários da Cidade, em que não se altera coisa alguma. E agora para que assim se aceite esta nossa divisão, desmembração e determinação: ordenamos aos Reverendos Párocos e Vigários, assim da cidade como da Vila de Extremos, que depois desta portaria registrada, sendo-lhes apresentada em sua exclusão, seja publicada e lida em ambas as paróquias e trasladada no livro [...].*<sup>167</sup>

Quando anteriormente comentamos que em um primeiro momento, a Igreja decidiu pelos colonos das terras de além Rio Grande, foi por que no ano de 1765, três anos após a

<sup>166</sup> A. I. M. N. S. A. / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Regimento de uma portaria ... 1762, f, 44v-45.

<sup>167</sup> Ibid., f, 44v.

decisão de atrelarem os ditos colonos a igreja matriz da vila de Estremoz, o senhor Visitador da Sé de Olinda, reintegrou todas as capelas e seus fregueses ao rebanho de Nossa Senhora da Apresentação. Desde que o vigário da cidade do Natal se responsabilizasse, em por um padre permanente na capela de São Gonçalo, para a assistência espiritual.<sup>168</sup>

Com isso, mais uma vez o clero secular redimensionou a geografia da fé nas terras de além Rio Grande. Ressaltamos, que a atitude de desligar as capelas daquela região da freguesia da igreja matriz da cidade do Natal, partiu dos próprios colonos. Porém, a reunião das mesmas capelas e de seu povo, para a administração da matriz já citada, foi consequência de um requerimento,

*[...] que lhe havia feito o Reverendo Padre Pantaleão da Costa de Araújo, Vigário da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande na Reunião que pretendia do povo de São Gonçalo, Ribeira do Potengi, Rodrigo Moleiro, Aldeia Velha para sua Matriz, e atendendo ao que por mim foi proposto com verdade, e em benefício da Matriz da Cidade do Rio Grande e suas confrarias; houve por bem ordenar-me que pondo o dito Reverendo Vigário administrador dos sacramentos na Capela de São Gonçalo, afim de executar por ser minha essa diligencia e nesta conformidade, hei por bem de reunir a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, o povo de São Gonçalo, Ribeira do Potengi, Rodrigo Moleiro, Aldeia Velha e Redinha, ficando o povo da Ribeira do Ceará Mirim, unido a freguesia da Vila de Extremos na mesma forma, que até o presente estava servindo de divisão para uma e outra freguesia a Lagoa do Guajiru, de sorte que todos os moradores, que se acharem da dita Lagoa para a parte do Norte, e Vila de Extremos por ela e pelo Rio Ceará Mirim acima lhe confinar com as extremas da freguesia do Assu, ou por ela e o dito rio abaixo lhe sair ao Mar ficam sendo freguesias da sobredita vila. E os que ficarem pela parte do sul e cidade do Rio Grande pela lagoa abaixo lhe sair ao mar ou por ele e Rio Potengi, acima lhe os*

<sup>168</sup> A. I. M. N. S. A. / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Regimento de uma portaria ... 1762, f, 52-52v.

*confins da mesma freguesia, ficam sendo fregueses da Matriz da Cidade do Rio Grande, e mando ao Reverendo Padre Pantaleão da Costa de Araújo, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande que ponha Sacerdote administrador dos Sacramentos na Capela de São Gonçalo do Potengi para com [...] aludir aos ditos seus fregueses novamente Reunidos a sua Matriz e evita-lhes o detrimento que poderá lhes causar a passagem do Rio Grande para procurarem ao Pároco nas suas necessidades espirituais, e o uso se, como as capela de São Gonçalo, Santo Antônio e Nossa Senhora da Soledade ficam sendo filiais da sua Matriz.<sup>169</sup>*

É importante que fique claro que a Igreja neste segundo momento, defendeu os interesses da matriz com relação a criação de outra paróquia. Provavelmente o vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, o padre Pantaleão da Costa de Araújo, deve ter percebido e sentido a falta que os dízimos e emolumentos das ovelhas da região de além Rio Grande fazia nos direitos paroquiais.

No entanto, o sentido de ser freguesia não estava simplesmente nestas ações amplamente coletivas dos colonos de caráter estrutural. Mas também, em ações individuais geradas pelo sentimento ou pela obrigação de ser cristão, que algumas vezes podia ser direcionada para alguém, porém em muitos momentos tocava a coletividade, tecendo uma espécie de teia de caridade, a partir do ato da caridade.

### **1.2.2. O mundo da caridade**

---

<sup>169</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Translado do Edital de reunião do povo ... 1765, f, 52v-53v.

O espaço de uma freguesia era o lugar da ajuda mútua, como pensou Harold B. Johnson Júnior. Principalmente no momento da morte, situação que muitas vezes possibilitou que os colonos se reunissem em Irmandades e Confrarias, claro que os tais grupos tinham outros compromissos, mas o bem morrer e o sepultamento digno dos membros daquelas organizações católicas eram um consenso.

Porém, conseguimos detectar nas várias atitudes do coletivo, na forma de solidariedade, se materializando em atos de caridade. Os atos encontrados foram: o sepultamento de crianças com ajuda de esmolas<sup>170</sup>; o sepultamento de crianças expostas, anônimas ou não.

Primeiro queremos discutir os casos das colonas, Joana de Tal<sup>171</sup>; Escolástica Maria<sup>172</sup>; Antonia de Tal<sup>173</sup>; todas elas mulheres solteiras. Joanna sepultou o seu filho batizado com o nome de José, que tinha apenas dois dias de vida com ajuda de esmolas dadas pelos moradores da freguesia. Tal ação de solidariedade, movido pelo sentimento de caridade para com o pequeno José, se repetiu em função do enterro dos pequenos corpos de Joaquim e Pedro, nascidos das mulheres citadas respectivamente.

A localização específica dos sepultamentos de crianças no espaço do sagrado, não foi algo comum nos documentos setecentistas da freguesia. No entanto, o caso de Joaquim é de extrema importância, pois revela o sentido de ser freguesia, já que o recém-nascido foi sepultado no corredor da igreja matriz, ou melhor, na nave, espaço da igreja que provavelmente era mantido pelos colonos, os mesmos que concederam as esmolas.

Também com ajuda de esmolas foram enterrados, Manoel com 12 dias de vida<sup>174</sup>, Maria com cinco anos de idade<sup>175</sup>, Pedro também com apenas 12 dias de vida<sup>176</sup>, Damiana

<sup>170</sup> Sobre esmolas no mundo colonial português, Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Esmola". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 308.

<sup>171</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 31 – Jose (sic).

<sup>172</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 47v – Joaquim.

<sup>173</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 58 – Pedro.

<sup>174</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 50v – Manoel.

com dois dias de nascida<sup>177</sup>, Cosme com um ano de idade<sup>178</sup>, Antonia com seis dias de vida<sup>179</sup> e por último uma outra pequena Maria, com seis meses de nascida<sup>180</sup>. Todos eram filhos de mulheres declaradas solteiras na freguesia.

Os recém-nascidos expostos no espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, também foram alvo da caridade dos colonos. Não só por que houve um recolhimento dos pequenos abandonados, mas pelo encaminhamento dos mesmos até a pia batismal mais próxima<sup>181</sup>, isso quando o sacramento não era administrado em casa, já que era uma necessidade primordial em uma sociedade católica.

No entanto, nem todos os recém-nascidos que eram enjeitados na freguesia tiveram muitos anos de vida. Quando morriam com poucos dias ou meses de nascidos, era a solidariedade em forma de caridade daqueles que um dia os havia recolhido, que os enterravam. Na maioria das vezes, os expostos recebiam nomes cristãos, porém encontramos situações de pequeninos abandonados, que faleceram muito cedo sem ter recebido a graça de um nome.

Podemos destacar as situações dos seguintes expostos: José<sup>182</sup>; João<sup>183</sup>; Manoel<sup>184</sup>. Os ditos faleceram com sete meses, nove dias e dois dias de vida, respectivamente. O pequeno José morreu na data de 13 de maio de 1784, havendo sido deixado na casa do mestre Agostinho da Silva, que realizando um último ato de caridade, para com aquele enjeitado, movido pelo espírito de solidariedade que havia na freguesia, sepultou o exposto na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá.

---

<sup>175</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 56v – Maria.

<sup>176</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 58 – Pedro.

<sup>177</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 61 – Damiana.

<sup>178</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 61 – Cosme.

<sup>179</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 61 – Antonia.

<sup>180</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 61v – Maria.

<sup>181</sup> Tais situações serão discutidas com mais profundidade nos próximos capítulos.

<sup>182</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1780-1784 / F, 44 – José exposto.

<sup>183</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1795-1802 / F, 20v – João exposto.

<sup>184</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1795-1802 / F, 24v – Manoel exposto.

João exposto não respirou por muitos dias, o recém-nascido tinha sido abandonado em um domicílio que ficava próximo de um rio, em casa de uma viúva que atendia pelo nome de Teresa Josefa de Jesus, que enterrou na capela de São Gonçalo aos 25 de abriu de 1802. Possivelmente a dita viúva deve ter arcado com todas as despesas do sepultamento, uma última caridade.

O pobre Manoel, após ter nascido e sido abandonado na porta da casa do colono José da Costa de Veras, não viveu mais que 48 horas. Provavelmente o batizado do exposto foi encaminhado pelo dito colono. Porém, no dia 16 de janeiro de 1803, o enjeitado Manoel foi enterrado também na capela de São Gonçalo, provavelmente os gastos do sepultamento foram pagos por José da Costa de Veras.

Apesar da inexistência de uma Irmandade da Misericórdia, de uma Santa Casa ou mesmo de uma Roda dos expostos, o sentimento de solidariedade cristã se materializou nas ações caritativas de Antonio da Câmara<sup>185</sup>, Jerônimo Teixeira<sup>186</sup> e um outro colono que não teve seu nome registrado nos Assento de óbito<sup>187</sup>. Todos estes colonos receberam expostos em seus domicílios, mas podemos inferir que eram criaturas tão frágeis que sobreviveram pouquíssimos dias, ao ponto de nem receberem um nome. Ficando apenas os emolumentos dos sepultamentos para serem pagos por Antonio, Jerônimo e pelo outro colono que não podemos identificar. Conseqüência da responsabilidade de cada cristão.

Como podemos observar, o sentimento de solidariedade cristã construiu o sentido de ser freguesia. Isso pode ser analisado mais precisamente de uma maneira individual, no testamento de Dona Catharina Peralta Rangel, que era natural da Capitania de Pernambuco, freguesa da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e viúva de Antonio Martins Prassa<sup>188</sup>.

---

<sup>185</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1767 / F, 1v – exposto anônimo.

<sup>186</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1767 / F, 4 – exposto anônimo.

<sup>187</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1784-1791 / F, 22v – exposto anônimo.

<sup>188</sup> IHG-RN / CAIXA DE TESTAMENTO / LIVRO: 1767-1792 / F, 4-8v.

Salientamos, que o dito seu marido recebeu uma exposta em sua casa, na ribeira da cidade, sendo encontrada na parte de trás do domicílio na data de 13 de abril de 1764 pela senhora Catharina Peralta Rangel. A enjeitada foi levada até a pia batismal da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação no dia 24 do mesmo mês e ano de seu abandono, sendo batizada como o nome de Lina. Foram seus padrinhos e respectivamente pais espirituais, Antonio Martins, homem solteiro, filho de Antônio Martins Prassa, e Dona Catharina Peralta Rangel<sup>189</sup>.

Agora algo deve ser esclarecido, o padrinho de Lina, que estava plenamente envolvido no ato de solidariedade e caridade em favor da exposta, não era filho de Dona Catharina, pois a mesma revela em seu testamento não ter tido filhos nem no primeiro, nem no segundo casamento que foi com Antonio Martins Prassa.

Porém, mesmo com as atitudes de solidariedade e caridade de Antônio Martins Prassa em recolher a pequena vida abandonada e Dona Catharina junto com seu enteado em apadrinhar a enjeitada, não foi um esforço suficiente para salvá-la da morte. Lina provavelmente deve ter chegado ao dito domicílio com a saúde muito debilitada, já que a pequena morreu com pouco mais de 15 dias de vida. Ela foi sepultada na mesma igreja que foi batizada, com uma mortalha de tafetá azul<sup>190</sup>.

Mais uma vez a ajuda mútua se repetiu na freguesia, pois provavelmente o batizado e posteriormente o sepultamento da exposta, de pais incógnitos, foi pago por uma das três pessoas presentes naquele processo de solidariedade e caridade.

Consideramos que tais ações de solidariedade e caridade no espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, era sobretudo uma verdadeira necessidade. Daí os moradores do lugar concederem esmolas para o sepultamento dos filhos das mulheres solteiras da freguesia, recolherem e sepultarem os recém-nascidos abandonados.

---

<sup>189</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 11 – Lina exposta. Provavelmente o nome da exposta estava relacionado com a vida de Dona Catharina.

<sup>190</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1762-1765 / F, 11 – Lina exposta.

Por fim, a participação dos colonos na necessidade de serem assistidos pelo Clero secular, dava o sentido de serem freguesia. Como também, as suas primárias identidades com o conjunto de capelas, que eram verdadeiros braços da igreja matriz, na qual por vezes os assistia e os enquadrava em um mundo amplamente normatizado. É o que veremos no próximo capítulo, como essa Igreja enquadra a vida dos colonos e como os mesmos transgrediram as regras.

# SEGUNDO CAPÍTULO

## O DISCURSO NORMATIVO E OS FILHOS DE EVA

“Esse afastamento entre a norma e a realidade derivava em grande parte da dinâmica dos grupos sociais”

Luciano Figueiredo

A sociedade do mundo colonial português, estando inserida na realidade do Antigo Regime, tinha sua conduta normatizada e vigiada.<sup>191</sup> Tais normas eram impostas pelo Estado e principalmente pela Igreja, vista como intermediadora das relações entre Deus e os homens. Homens que compunham famílias, que transgrediam as normas da sociedade em que viviam, praticando concubinato, gerando filhos ilegítimos e em alguns momentos deixando seus filhos mesmo legítimos, abandonados a própria sorte.

## 2.1. O discurso “normatizador”

O documento referencial para a ação da Igreja Católica Apostólica Romana estabelecida na América de Portugal, a partir dos anos de setecentos, foi as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, redigida principalmente em função das especificidades do clero da colônia. As regras impostas pela Igreja à própria Igreja eram difundidas a partir das visitas, em que o bispo ou mesmo seu representante se dirigia às freguesias para averiguar necessariamente dois pontos: [...] *as questões referentes à adequação do culto e observância da religião [...], o comportamento cotidiano da população no seu aspecto mais geral [...]*.<sup>192</sup> Dessa maneira a Igreja buscava controlar a si mesma, para estabelecer um controle sobre os colonos, enquadrando todos em seu mundo de normas.

### 2.1.1. A Igreja que controlava a Igreja

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foi consequência do sínodo de 1707, realizado em Salvador com a função de adequar as regras e normas no Concílio de

---

<sup>191</sup>Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão.

<sup>192</sup>MELLO E SOUZA, Laura de. **Norma e conflito**: aspectos da História de Minas no século XVIII. p. 20.

Trento à realidade da América portuguesa. Tal documento trata de questões específicas como, *escravidão, a presença marcante do concubinato em determinadas regiões, a falta de padres e / ou a licenciosidade deles e a distancia das paróquias.*<sup>193</sup> Segundo a pesquisadora Mirian Moura,

*As Constituições estariam presentes na Sé catedral e Cabido, em todas as Igrejas paroquiais e curadas, deveriam tê-las também o provisor, o vigário geral, desembargadores, o promotor, vigário da Vara e advogados, além do Meirinho Geral e o escrivão da Câmara. É definido que os párocos leriam trechos específicos em voz alta a seus fregueses em datas determinadas, para que eles tomassem conhecimento do caminho correto a seguir.*<sup>194</sup>

Além das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a Igreja buscou estabelecer um “verdadeiro” controle sobre ela mesma nas regiões mais distantes de determinados bispados, por via das cartas pastorais, como foi o caso da Sé de Olinda e as terras da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Nelas ficaram estabelecidas as obrigações e deveres paroquiais:

*[...] administração dos sacramentos é a via reta para salvação das almas, e a doutrina cristã é o pasto espiritual, com que se apascentam as ovelhas de Jesus Cristo, esta é a primeira obrigação de todos, os que tem o seu cargo a cura de almas; e por isso se lembrem todos os párocos [...], que por preceitos divinos, natural, e positivo, estão obrigados a ensinar a seus fregueses a doutrina Cristã, necessária para salvação [...].*<sup>195</sup>

<sup>193</sup> LOTT, Mirian Moura. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. p. 1. In: [www.geocities.com.br](http://www.geocities.com.br), Acessado em 18/06/2009.

<sup>194</sup> Ibid., Loc cit.

<sup>195</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma Pastoral ... 1760, f, 32v.

Dessa maneira, a Igreja continuava a orientar a si mesma, orientando os padres que tinham um contato direto com os moradores dos lugares mais distante da sede do bispado. Assim determinando:

*[...] o púlpito, como cadeira do Espírito Santo é o lugar próprio da Sagrada, Evangélica doutrina, e não teatro de apresentações aéreas e sutilezas infrutíferas, recomendamos [...], e sob pena de obediência ordenamos a todos os reverendos Pregadores, seculares ou regulares deste Bispado que o objeto de seus sermões seja condenar os vícios, e exercitar as virtudes [...].<sup>196</sup>*

Por via de seus sacerdotes, a Igreja buscava também uma maior valorização do espaço da freguesia, para que as “ovelhas” que lá viviam não fossem realizar os seus sacramentos em outras freguesias. Assim, os reverendos padres não tinham permissão para dar licença para que se realizassem batizados ou mesmo casamentos fora da jurisdição de suas igrejas matrizes, principalmente aos moradores das cidades e vilas e mais povoações que tivessem condições de se locomover as suas igrejas matrizes. Tal orientação se dava pois alguns colonos buscavam [...] *por motivos menos reto [...] batizar seus filhos em capelas particulares, ou por Regulares em [...] menos reverência aos sacramentos da Santa Madre Igreja o que só pode ter lugar nas largas distancias das freguesia rurais [...].<sup>197</sup>*

Sobre isso, dois pontos podem ser observados. Primeiro, a Igreja queria seus fieis sobre o seu domínio, não desejando que algum morador de uma determinada freguesia, fosse batizar seu filho ilegítimo em outras jurisdições eclesiásticas, ou até mesmo casamentos indesejados como os co-sanguíneos. Segundo, queria impedir a evasão de recursos da igreja

<sup>196</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma Pastoral ... 1760, f, 33.

<sup>197</sup> Ibid., f, 35v.

matriz, pois como sabemos os batismos e matrimônios eram todos pagos e, tais quantias ficavam sobre a administração do Vigário.

Esta mesma igreja, também apresentava uma grande preocupação com a conduta de seus párocos, principalmente nas regiões mais distantes das sedes dos Bispados, pois eram aqueles padres que tinham o dever de orientar a conduta moral dos muitos moradores da colônia. Dessa forma a instituição se expressava:

*Tem disposto as constituições Canônicas, e Diocesanas e repetidas pastorais o que sacerdotes, e pessoas eclesiásticas devem observar em casa, na rua, e na Igreja, e nós também ordenamos que os nossos eclesiásticos viviam com honestidade e recolhimento, livres de coabitarem com mulheres em suas casas, não sendo Mães, ou irmãs, ou primas, nem se sirvam com mulheres escravas ou forras, que forem infamadas de desonestas [...] <sup>198</sup>.*

Tal orientação não foi seguida por muitos sacerdotes na América portuguesa, não sendo diferente nas terras de Nossa Senhora da Apresentação, pois em meados do século XVIII, mais especificamente na década de 1750, o padre da igreja matriz, Manuel Cardoso Andrade, foi denunciado ao Tribunal do Santo Ofício pela sua má conduta com mulheres que juraram pelos Santos Evangelhos que o padre Manuel havia feitos propostas indecentes no momento da confissão.<sup>199</sup>

Das mulheres que denunciaram o padre da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, quatro delas eram escravas. Rita, uma crioula, acusou o padre Manuel de tê-la possuído por duas vezes; já Lucrecia, de nação Angola, Joana, mulata, e Ana Maria, outra crioula, simplesmente afirmaram terem sido convidadas pelo vigário para atos torpes.

<sup>198</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma Pastoral ... 1760, f, 37v.

<sup>199</sup> MOTT, Luiz. "A Inquisição no Rio Grande do Norte". p. 3. **O Poti**, Natal, 13 de julho de 1986.

Devemos frisar que entre as mulheres que foram alvo do sacerdote, também figuraram uma senhora e uma donzela, livres e brancas, da pequena comunidade da cidade do Natal. Segundo Luiz Mott, foram

*[...] Teodósia Maria, casada com um tal Capitão Dias [...], a mais ilustre desta lista, foi a moça Josefa, filha do Capitão Albuquerque Maranhão, descendente direto do primeiro comandante da Fortaleza dos Reis Magos, ascendente do Coronel André Albuquerque Maranhão, corifeu da Revolução de 1817. Talvez temendo represália do pai da ilustre donzela, com esta penitente o Vigário da Matriz de Natal não foi além ‘aperta-lhe um dedo no confessionário’.*<sup>200</sup>

O padre Manuel Cardoso Andrade não chegou a ser julgado pelo Santo Ofício, pois o sacerdote morreu em 2 de junho de 1762, na mesma freguesia com uma idade que aparentava sessenta e dois anos. Apesar de seu comportamento, o mesmo teve um sepultamento solene, enterrado na igreja matriz, com missa de corpo presente, tendo a presença de todos os clérigos que se achavam na freguesia.<sup>201</sup>

Não eram apenas as condutas de ordem sexual que a igreja buscou controlar na vida cotidiana de seus padres. Mas também como eles deveriam se portar no ato de seu ofício dentro dos templos:

*[...] assim também o proibimos neste Bispado para que nenhum sacerdote possa celebra com peruca, ou cabelo postiço sem licença, da Santa Sé Apostólica, a quem pertence; com que não podemos dispensar, nem também com anel no dedo com pedra, ou sem ela, ainda que só aos Cônegos he permitido dizer missa com anel, mas sem pedra, em Imagem alguma, o que satisfarão todos sob pena de suspensão ipso facto do exercício, das ordens, e*

<sup>200</sup> MOTT, Luiz. “A Inquisição no Rio Grande do Norte”. p. 3. **O Poti**, Natal, 13 de julho de 1986.

<sup>201</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO DE 1760-1765 / F, 24 – Padre Manuel.

*de seis mil reis para Sé e Meirinho, de que os não livra o frívolo subterfúgio de virar a pedra para dentro [...].*<sup>202</sup>

Em uma Carta Pastoral de 1759, o bispo de Olinda cobrava um bom comportamento dos sacerdotes, pois, segundo o documento eclesiástico, aqueles que deveriam orientar os seculares a zelarem pelos bons costumes no ambiente dos templos, eram os primeiros a se corromperam: *[...] profanam a santidade do lugar sagrado, conversando, tratando com menos reverências as causas sagradas, e provocando aos mesmos seculares, a quem deveriam dar bom exemplo [...].*<sup>203</sup>

Luiz Mott observa que o mesmo Reverendo Marcos Soares de Oliveira, representante do bispo de Olinda em uma visita a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na segunda metade do século XVIII, não tinha um comportamento ético, pois, o padre em questão, *[...] quebrava o sigilo da confissão, dizendo aos senhores os pecados carnis das escravas e a alguns maridos as infidelidades de suas esposas.*<sup>204</sup>

Portanto, era este mesmo clero desregrado, desviante das normas estabelecidas pela Igreja de Roma, que às duras penas eram orientados pelos seus respectivos bispos, muitas vezes sem êxito, que buscava estabelecer um controle sobre o comportamento moral dos moradores na América portuguesa.

### **2.1.2. A Igreja que controlava os colonos**

<sup>202</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma Pastoral Diocesana ... 1760, f, 38.

<sup>203</sup> Ibid., f, 37.

<sup>204</sup> MOTT, Luiz. "Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu". In: NOVAIS, Fernando, A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 214.

Quanto ao controle da Igreja sobre o comportamento de homens e mulheres na colônia, havia uma preocupação da instituição com a postura de seus fieis no espaço dos templos. Em visita às terras da Capitania do Rio Grande do Norte, especificamente a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, o Doutor Manuel Garcia Velho do Amaral orientou que,

*[...] Reverendo Pároco não consinta que lhe entrem na sua Matriz homens com chinelas de talam, advertindo aos seus fregueses que a Igreja de Deus não são casas de pessoas particulares para que entrem nela com traje referidos em que mostram a pouca reverencia, que tem ao Santissimo Sacramento e a Mãe de Deus, e demais Santos, que se acham na Matriz com as sobreditas chinelas e ainda algum sacerdote, que deverá não concorrer ou servir de exemplo para tão irreverência.*<sup>205</sup>

O visitador Doutor Manuel Garcia Velho do Amaral, também buscava condicionar os moradores da freguesia a freqüentarem as missas na igreja matriz ou em alguma das capelas anexas. Dessa maneira orientou o representante do bispo de Olinda,

*[...] que o Reverendo Pároco ponha todo cuidado para que na sua freguesia não diga missas em casa particulares, sacerdotes algum Regular nem secular, exceto em administração de Sacramento, por assim o haver determinado o Excelentíssimo Reverendissimo Senhor Bispo, mando a esse sobredito visitador, que extinga altares portáteis e missas em casas particulares [...].*<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> A. I. M. N. S. A. / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Doutor Manuel Garcia Velho ... 1764, f, 49.

<sup>206</sup> Ibid., f, 49v.

Apesar dos “incentivos” para que os moradores fossem ouvir as missas nos espaços sagrados, parece que os mesmos fugiam à regra. Já que essa foi a impressão que o visitador Joaquim Monteiro da Rocha teve dos homens e mulheres da freguesia, quando esteve na cidade do Natal no ano de 1779.

*É abominável a falta de religião que se observa em muitos fregueses desta freguesia, os quais sem justa causa que os desculpe deixem de ouvir a Santa Missa nos dias de preceitos e de concorrer para que haja capelão nas capelas desta freguesia e não cessão de trabalhar nos domingos e dias santos, antepondo os lucros temporais aos interesses eternos.<sup>207</sup>*

Os agentes eclesiásticos exortavam também que os padres não realizassem o sacramento do matrimônio à noite e nem abrissem as igrejas após a Ave Maria para realizarem as novenas, já que eram muitos os abusos realizados dentro dos templos naquelas horas.<sup>208</sup> Tais medidas proibindo a da missa durante a noite, tal como o casamento, poderia estar relacionado a um controle da sexualidade dos seus fieis, pois, segundo Ronaldo Vainfas:

*Lugares privados do prazer eram poucos na colônia. Mas, afora a difícil privacidade, o sexo podia ser buscado e praticado em muitíssimos lugares, inclusive na igreja, o santuário do catolicismo, o que mais uma vez confirma a confusão entre o sagrado e o profano nas moralidades populares. E não é de admirar que assim ocorresse, sendo a igreja o espaço por excelência das sociabilidades, do encontro dominial das famílias, das festas religiosas. Era*

<sup>207</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Joaquim Monteiro da Rocha, Prebítero Secular ... 1779, f, 69v.

<sup>208</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO, LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Translado da Pastoral do Excelentissimo ... 1775, f, 65v.

*ali, em meio as missas e ofícios divinos, que se iniciavam muitos flertes e namoros, quando não adultérios.*<sup>209</sup>

Apesar da proibição, alguns casamentos noturnos aconteceram na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como o ocorrido às quatro e meia da manhã, em 24 de maio de 1772 quando casaram na igreja matriz, José Rodrigues Pinheiros e Tereza de Jesus Barbosa. Duas coisas chamam a atenção neste matrimônio, hora da cerimônia e as testemunhas: o próprio pai da noiva, o Tenente José Barbosa Gouveia, e o padre coadjutor Bonifácio da Rocha Vieira.<sup>210</sup> Acreditamos que foi uma cerimônia de um público bastante resumido, em função do horário e que tais testemunhas estivessem relacionadas com um caráter de urgência. Talvez se tratasse de uma noiva raptada, mas não sabemos ao certo.

Alguns moradores chegaram a pedir autorização da própria Igreja para que o casamento fosse realizado no período noturno e conseguiram, como de Felis Gomes e Brisida do Ó,<sup>211</sup> o de Miguel de Oliveira e Mello com Isabel Francisca de Jesus,<sup>212</sup> do preto Manoel dos Santos Lopes e Thamasia da Costa de Oliveira do gentil de Angola,<sup>213</sup> e o de Bernardo de Farias e Freitas viúvo com Dona Anna Maria Pimentel.<sup>214</sup> É importante lembrar que o momento da união era também uma das ocasiões que a Igreja tinha para confirmar a fé de suas “ovelhas”, examinando os noivos sobre a doutrina cristã.<sup>215</sup>

<sup>209</sup> VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasileiras: deleite sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. p. 258.

<sup>210</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1769-1782 / F, 11v – José Rodrigues Pinheiro e Teresa de Jesus Barbosa, 1772.

<sup>211</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1769-1782 / F, 13v – Felis Gomes e Brisida do Ó, 1772.

<sup>212</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1769-1782 / F, 3 – Miguel de Oliveira e Mello e Isabel Francisca de Jesus, 1772.

<sup>213</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1769-1782 / F, 4v – Manoel dos Santos Lopes e Thamasia Costa de Oliveira, 1770.

<sup>214</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1769-1782 / F, 5 – Bernardo de Faria e Freitas e Anna Maria de Pimentel, 1770.

<sup>215</sup> IHG-RN / CAIXA DE CASAMENTO / LIVRO: 1769-1782 / F, 20 – Francisco Xavier da Cruz e Lourença dias da Rosa, 1774. F, 20v – Jose Teixeira da Silva e Thereza Duarte de Jesus, 1774. F, 20v – Jose Tavares de Castro e Josefa Maria do Espírito Santo, 1774.

A partir destas muitas situações em que a Igreja buscava controlar a si mesma, orientando seus sacerdotes no caminho da retidão, percebe-se que o mesmo caminho deveria ser tomado pelos moradores das freguesias. Percebemos o discurso da Igreja Romana como um grande tecido que cobria padres e colonos na América de Portugal, mas que ao mesmo tempo era marcado por múltiplos rasgos, por onde passava a vida cotidiana de homens e mulheres que tinham seus lugares próprios na sociedade, mas que algumas vezes se descolavam.

## 2.2. O homem e a mulher

No mundo colonial, o lugar dos homens era a esfera do público, eram eles que saíam para conseguir o sustento de sua família, fosse ele senhor de engenho, minerador, comerciante ou mesmo um pobre que circulava prestando serviços. A mulher estava recôndita à esfera do privado, ao lugar da casa. Ela deveria educar a prole na fé cristã católica, instruindo-lhes nas primeiras noções na arte de ler e escrever, caso a mesma soubesse, pois, foram raros os casos de mulheres bem instruídas na América portuguesa, mesmo quando faziam parte de famílias ricas. Sua função na esfera do privado era cuidar do marido e obedecê-lo, gerindo também o domicílio.<sup>216</sup>

Os homens chegaram inicialmente no Novo mundo, leigos ou religiosos: uns, com o objetivo de obter riquezas, outros cumprindo a missão de administrar e cuidar das terras do El Rei e outros buscando dilatar a fé católica, convertendo os filhos da terra de Santa Cruz. A presença de mulheres brancas foi uma necessidade apontada pelos religiosos da Companhia de Jesus, para que aqueles vassalozos colonizadores não “pecassem” com as filhas da terra, as

---

<sup>216</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla de Oliveira. **As mulheres no espaço público colonial de Natal: “daninhas” e “mal procedidas”**. p. 11.

índias. O padre Manuel da Nobrega chegou a pedir e a explicar ao Rei que enviasse para colônia, órfãs e meretrizes, pois havia muitos homens solteiros de varias condições sociais.<sup>217</sup>

Com a chegada das mulheres brancas, fossem de boa origem ou mesmo órfãs ou meretrizes, essas eram destinadas à esfera do privado, porém, segundo Myrienne Carla de Oliveira Albuquerque, as mulheres pobres tinham sobre si um controle muito mais frouxo sobre sua sexualidade e as mesmas rompiam com a norma imposta pela Igreja quando saiam de suas casas para trabalharem nas ruas em buscar de proverem o sustento de seu grupo familiar.<sup>218</sup>

Por outro lado, conforme, Suely Creusa Cordeiro de Almeida, mulheres muito bem posicionadas na sociedade colonial também transgrediram as normas, como quando se representavam diante do Conselho Ultramarino, pedindo ao Rei formas de viverem dignamente pois muitas vezes eram viúvas ou filhas de homens que um dia tinham servido na África, nas Índias ou mesmo na América.<sup>219</sup>

Contudo, em geral, a mulher do colonizador ocupava um lugar de destaque no cotidiano dos domicílios, desenvolvendo tarefas de gerenciamento da casa e também se ocupado de coisas próprias de seu sexo e, posição social quando era senhoras de engenho, costurando bordando e rezando.<sup>220</sup> Para Emanuel Araújo, *a todo – poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina [...]*. Para isso, o argumento da instituição era muito simples: o homem estava em um nível de superioridade quando comparado com a mulher. Sendo assim eles deveriam impor sua autoridade.<sup>221</sup>

---

<sup>217</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla de Oliveira. **As mulheres no espaço público colonial de Natal: “daninhas” e “mal procedidas”**. p. 12.

<sup>218</sup> Ibid., p. 14.

<sup>219</sup> Cf. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no império português séculos XVI-XVIII**.

<sup>220</sup> DEL PRIORE, Mary. “Ritos da vida privada”. In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 290.

<sup>221</sup> ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. p. 45-46.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, da mesma forma que em outros lugares da colônia, os homens tinham poderes sobre suas mulheres, mas também sobre aquelas que não eram suas. Uma situação dessas foi registrada em uma vereação de 1789, quando, em comum acordo, os vereadores da cidade do Natal mandaram chamar a parda Ignácia Maria, por representação do Vigário, e determinaram que ela estava expulsa da cidade por “ruim conduta”.<sup>222</sup>

Sobre o caso, Myrienne Albuquerque comenta que os homens da Igreja e do Estado, estavam juntos para reprimir e condenar as mulheres nos espaços públicos da colônia. Tanto que o banimento da parda Ignacia Maria não foi algo singular na freguesia.

Houve casos também em que os camaristas tiveram uma preocupação com as mulheres que viviam sem ocupação na cidade do Natal. Na data de 28 de junho de 1786, os camaristas mandaram notificar algumas [...] *mulheres solteiras, ociosas, daninhas* [...], para que se ocupassem trabalhando em atividades próprias do sexo como, fiar, fazendo tudo com [...] *honestidade e bons costumes* [...].<sup>223</sup> Albuquerque, frisa ainda que tal preocupação com essas mulheres era uma forma de controlar, e sobretudo evitar, o concubinato e a prostituição.

No ano de 1789, os vereadores da cidade do Natal mandaram chamar a índia Maria da Conceição, também por requerimento do vigário, e deram um prazo de cinco dias para que fosse embora da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob pena de ir presa para o Maranhão. Anna Maria da Silva, também foi vítima das autoridades camarárias do Termo de Natal, também com denúncia partida do Vigário por [...] *ser mal procedida em ofensas de Deus lhe foi determinada que em cinco dias saísse para fora da jurisdição dessa Câmara*

---

<sup>222</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla Oliveira. **As mulheres no espaço público de Natal: “daninhas” e “mal procedidas”**. p. 18-19. Sobre o controle da Câmara sobre as mulheres, ver também, DIAS, M. O. L. S. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**.

<sup>223</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla Oliveira. **As mulheres no espaço público de Natal: “daninhas” e “mal procedidas”**. p. 29.

[...].<sup>224</sup> Sob a interpretação de Arilda Inês Miranda Ribeiro, esses casos ocorriam porque [...] *brancas empobrecidas, índias e negras, carregaram sobre si a promiscuidade da colônia.*<sup>225</sup>

O interessante é que na visão de Myrienne Albuquerque com base na documentação, essas mulheres mesmo pobres e desprovidas da arte de ler e escrever, não eram totalmente passivas às vontades misóginas. A própria Anna Maria da Silva, não aceitou sair tão rápido da cidade e da freguesia, e pediu mais tempo, alegando ter dívidas para cobrar e estar [...] *carregada de filhos [...]*. Dessa maneira os homens da Câmara do Natal lhes concederam quinze dias. Porém, caso Anna não cumprisse com o compromisso seria presa e degredada para o Maranhão.<sup>226</sup>

Mas houve momentos em que os homens da administração decidiram a favor das mulheres e mulheres pobres. Foi em 1790, quando a Câmara decidiu pedir a ajuda ao governo para que fossem presos aqueles que perturbavam as mulheres que iam lavar suas roupas no rio, ou mesmo buscar água para suas casas.<sup>227</sup>

Visualizamos que a mulher tinha seu lugar na sociedade colonial, espaço este que foi determinado por um discurso construído pela Igreja e pelo Estado, instituições que regulavam as atitudes do sexo feminino e restringiam seu raio de ação. Ações estas que, segundo as normas deveria se delimitar ao domicílio não importando a posição ocupada por ela na sociedade, rica ou pobre. Mas foram muitas as que burlaram as normas estabelecidas, demonstrando a flexibilidade da vida prática, umas sendo denunciadas pela igreja, outras condenadas pelo Senado da Câmara, ou mesmo se representado diante do Conselho

<sup>224</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla Oliveira. **As mulheres no espaço público de Natal: "daninhas" e "mal procedidas"**. p. 23.

<sup>225</sup> RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher no Brasil - colônia**. p. 37-38.

<sup>226</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla Oliveira. Op. Cit. p. 23. A atitude do Senado da Câmara em banir ou mesmo degredar pessoas que perturbavam a ordem datava do século XVI. Em 1570 a Câmara de Lisboa, deu a todos homens e mulheres que não tinham trabalho um prazo de vinte e um dias para saírem da cidade. Pelo contrário seriam degredados para as colônias de ultramar. (COATES, Timothy J. **Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império português, 1550-1755**. p. 48. Sobre os degredados, ver também, PIERONNI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia**).

<sup>227</sup> ALBUQUERQUE, Myrienne Carla Oliveira. **As mulheres no espaço público de Natal: "daninhas" e "mal procedidas"**. p. 19.

Ultramarino. Os homens construíam um mundo regido por discurso normativo, as mulheres contrariavam as normas, mesmo que muitas estivessem enquadradas em aspectos de boa conduta como o matrimônio.

### 2.2.1. O matrimônio

Segundo Laura de Mello e Souza, a mulher branca portuguesa era algo raro na colônia ainda no século XVII.<sup>228</sup> No entanto no século XVIII as mesmas passaram a chegar em maior número<sup>229</sup> ou mesmo vindas como degredadas para o outro lado do oceano Atlântico por serem mal procedidas na sociedade do Reino.<sup>230</sup> Porém, o mais importante é que indiferente que elas fossem brancas, vindas de Portugal ou nascidas na colônia, mestiças, ou mesmo índias e negras forras, elas eram importantíssimas na composição da família, já que ela era matriz geradora dos novos colonos. E eram com estas peças fundamentais do jogo da colonização que os matrimônios podiam se consolidar não só na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, mas nas várias partes da América portuguesa.

Segundo a Igreja, o matrimônio tinha três fins: *o primeiro é o da propagação humana, ordenada para o culto, e Honra de Deos. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente. O terceiro é o da inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de christo Senhor nosso com a Igreja Catholica.*<sup>231</sup>

<sup>228</sup> Cf. MELLO E SOUZA, Laura de. "Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.**

<sup>229</sup> Cf. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no império português séculos XVI-XVIII.**

<sup>230</sup> Cf. PIERONNI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia.**

<sup>231</sup> COSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA ... p. 107

O casamento, união estável ante a Igreja, tinha uma finalidade de procriação, mas existiam espécies de regras para que a cópula ocorresse: a relação deveria ocorrer com muita frieza entre o casal, sem paixão, com movimentos corporais lentos. Tais atos segundo a Igreja não poderia ser realizado em lugares públicos, nem em período do ano, como: Natal, Quaresma, domingos e dias Santos.<sup>232</sup>

No mundo colonial português, o matrimônio poderia ser anulado por uma série de motivos como: a morte de um dos casados, caso um dos nubentes tenha casado contra vontade, não tendo o matrimônio sido consumado em no máximo 12 meses, tendo o marido 14 anos somente e, a mulher 12 anos, a vida não mútua, fornicção carnal (adultério), fornicção espiritual (crime de heresia e apostasia da Santa fé católica) e maus tratos com riscos de vida.<sup>233</sup>

Mas, para Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, a maior parte dos pedidos de anulação de casamento que ele descobriu para a América portuguesa estavam relacionados a questão de violência e adultério.<sup>234</sup> A força física contra a mulher, a infidelidade contra a mesma, ratifica a postura misógina da sociedade colonial, porém de contra partida Figueiredo detectou casos mulheres que romperam com o discurso da inseparabilidade dos corpos casados, pedindo a anulação do casamento.<sup>235</sup>

No que é relativo ao ritmo dos matrimônios dos colonos da América portuguesa, incluso os da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, estavam relacionados com os períodos do ano. Que segundo o texto do Lunário perpétuo,

*[...] reparte-se em quatro tempos, a saber: Primavera, Estio, Outono e Inverno; e cada parte destas contém três meses. A **Primavera** tem principio a 21 de Março a acaba a 21 de Junho; sua qualidade é quente e húmida, e nesta*

<sup>232</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Mulher e família na América portuguesa**. p. 17.

<sup>233</sup> COSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA ... p. 126-129.

<sup>234</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Op. cit.** p. 19.

<sup>235</sup> *Ibid.*, Loc cit.

*primavera parte do ano predomina o sangue; [...] O Estio ou Verão começa a 22 de Junho, e acaba a 22 de Setembro: sua qualidade é quente e seca e nesta segunda parte do ano predomina a cólera. O Outono tem principio a 23 de Setembro, e acaba a 21 de Dezembro; sua qualidade é fria e seca: e nesta terceira parte do ano predomina a melancolia. O Inverno começa a 22 de Dezembro e acaba a 20 de Março: a qualidade desta quarta parte do ano é fria e húmida, na qual predomina a fleuma. (Grifo do autor)<sup>236</sup>*

Sergio Odilon Nadalin, propõe que [...] a distribuição sazonal das núpcias constitui principalmente função cultural, econômica e social.<sup>237</sup> Dessa maneira o pesquisador faz a seguinte observação,

*[...] sem dúvida, a tradição, que parece eleger alguns meses tidos como mais felizes e propícios para o casamento, como o mês de maio, mês das noivas, mês de Maria. O interessante é observa que, no passado mais distante, esta consagração do quinto mês do ano a Maria poderia ser muito mais um motivo de rejeição do que de preferência para se casar. Existem alguns meses, por outro lado, que definitivamente são escolhidos por exceção. Preciso falar em agosto, mês do desgosto.<sup>238</sup>*

Tal sazonalidade do matrimônio no mundo colonial foi marcado por algumas crenças, como: não se deveria casar no dia da festa de Sant' Ana, pois a noiva estaria condenada a morrer de parto. A nubente no dia do casamento não deveria causar sangue, matando determinados animais, nem ajudar na cozinha, não deveria sair de casa, a não ser para ir a igreja e no caminho não deveria olhar para trás,<sup>239</sup> isto eram normas para um bem casar.

<sup>236</sup> CORTEZ, Jerónimo. **Lunário perpétuo**: prognóstico geral e particular para todos os reinos e províncias. p. 11-12. Lembramos que os períodos do ano apresentados pelo Lunário são referentes à Europa.

<sup>237</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. p. 89.

<sup>238</sup> Ibid., Loc cit.

<sup>239</sup> DEL PRIORE, Mary. "Ritos da vida privada". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. p. 314.

Analisado os documentos de casamento da região sul da América portuguesa Nadalin, afirma:

*[...] As pessoas, de modo generalizado, evitavam casar-se em março e, segundo lugar na rejeição, em dezembro. Tal comportamento caracteriza, como tem sido demonstrado por todos os trabalhos realizados no Brasil ou no exterior envolvendo populações católicas, influências quase sempre permanente do calendário religioso, segundo o qual a **Quaresma** e o **advento** eram períodos a serem evitados, não propícios à celebração do casamento. (Grifo do autor)<sup>240</sup>*

Lembrando que as normas da fé católica Romana no século XVIII não permitiam que se realizassem matrimônios no primeiro domingo do Advento até a Quarta-feira de cinzas.<sup>241</sup> Provavelmente a rejeição a realização de matrimônios por parte dos colonos nos mês de agosto, outubro e novembro estivesse relacionado ao calendário agrícola. Dessa forma, ocorriam muito mais casamentos nos períodos de recesso agrícola, nas colheitas que ocorriam nos mês de maio e junho e o começo dos trabalhos com a terra em agosto.<sup>242</sup>

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, detectamos que os moradores livres e forros, seguindo a normas da Igreja católica, também evitaram casar nos meses de março e dezembro.

**TABELA 4**  
**SAZONALIDADE DOS MATRIMÔNIOS, 1727-1782.**

| Meses     | Nº absolutos | Nº relativos |
|-----------|--------------|--------------|
| Janeiro   | 84           | 13,6%        |
| Fevereiro | 131          | 21,3%        |

<sup>240</sup> NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. p. 90.

<sup>241</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA ... p. 121.

<sup>242</sup> NADALIN, Sergio Odilon. **Op. cit.** p. 91-92.

|          |    |       |
|----------|----|-------|
| Março    | 20 | 3,2%  |
| Abril    | 29 | 4,7%  |
| Maio     | 87 | 14,1% |
| Junho    | 60 | 9,7%  |
| Julho    | 47 | 7,6%  |
| Agosto   | 46 | 7,4%  |
| Setembro | 36 | 5,8%  |
| Outubro  | 47 | 7,6%  |
| Novembro | 81 | 13,1% |
| Dezembro | 16 | 2,6%  |

**Fonte:** L. C. F. N. S. A

Analisando a tabela anterior, foi possível perceber que, mesmo havendo uma orientação para que não se realizasse casamentos no período do advento e quaresma, 2,6% dos casais da freguesia casaram em dezembro e 3,2% em março, contrariando plenamente as normas estabelecidas. Percebemos que os meses de janeiro e fevereiro, principalmente fevereiro, concentraram o maior volume de matrimônios, já que eram os períodos que intermediavam os momentos de proibição. Sendo assim, os colonos ou casavam no início do ano, ou para não contrariar as normas eclesiais só casariam a partir de maio, pois a frequência do mês de abril é bem semelhante à de março. Em maio o aumento nos matrimônios era significativo, de junho a outubro houve uma espécie de equilíbrio, mas em novembro, outro aumento já que era o mês que antecedia o advento.

As pesquisas recentes demonstram que o casamento diante da Igreja foi [...] *bem mais difundido na sociedade colonial do que se supunha tradicionalmente*.<sup>243</sup> O casamento representava o futuro de suas filhas e tal situação era preocupante aos pais. Isso não foi diferente na cidade do Natal, principal núcleo de povoamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Em agosto de 1763 chegou à pequena cidade um grupo composto de mais de sessenta homens, que segundo Luis da Câmara Cascudo, eram [...] *altos, vermelhos, robustos, falando arrevezado*. Os mesmos traziam consigo um interprete que afirmou serem os ditos homens ricos que viviam do comércio, na qual tinham sido vítimas de um naufrágio na altura de do Cabo de São Roque. Estes homens espalharam ducados e pedaços de ouro entre a população, demonstrando suas riquezas. Esses estrangeiros ficaram [...] *até a manhã de 25, bebendo, comendo, cantando, gritando e amando*<sup>244</sup>. Interpretamos o termo amando, como simplesmente namoricos, ou mesmo relações de cópulas que nove meses depois pudessem gerar algum filho natural, até mesmo de pai incógnito, ou mesmo também um exposto na casa de alguém.

Cascudo afirma que muitos ficaram noivos das jovens das senhoritas da cidade. No entanto o grupo dos ricos comerciantes partiu para Recife com o objetivo de pedir licença ao governador de Pernambuco para se estabelecerem em Natal e consolidarem os possíveis matrimônios. Porém, o grupo nunca retornou, a não ser a notícia que eles eram marinheiros e soldados insubmissos da Companhia das Índias Orientais e que tais riquezas eram consequência de um grande roubo, sendo eles presos em Pernambuco, enviados para Lisboa e recambiados para Holanda. Em Natal, nas terras de Nossa Senhora da Apresentação ficou somente a vontade de casar das moças e a vergonha dos pais.

---

<sup>243</sup> VAINFAS, Ronaldo. "Moralidades brasileiras: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista" In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 236.

<sup>244</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. **História da cidade do Natal**. p. 85.

Dessa maneira é possível ver que o ato de casar estava relacionado a um conjunto de normas, impostas pela Igreja e outras geradas pela própria população, desde as finalidades do matrimônio até a proibição das uniões em determinadas datas do ano.

Tal como o casamento, as crianças, que algumas vezes eram consequência dessas uniões, foram enquadradas em discursos e em um mundo de normas.

### 2.2.2. As crianças

Estudando de forma sistemática a documentação de batismo da freguesia, foi possível encontrar, em meio aos milhares de Assentos, situações corriqueiras mas também as extraordinárias. Um desses casos, foi o batismo das irmãs gêmeas: Florência e Feliciano. As pequenas “mobilizaram” três sacerdotes em seus batismos, demonstrando que o nascimento de gêmeos sempre podia ser problemático, e o batismo de uma delas em casa pode claramente nos revelar urgência na administração do sacramento, pois

*[...] foram batisadas Feliciano em casa por necessidade pelo **Padre coadjutor Bonifacio da Rocha Vieira**, o qual lhe pos os Santos oleos nesta Matris de Licença minha aos sete de Janeiro do anno de mil Setecentos, e Setenta e quatro; e Florência neste mesmo dia foi batizada por mim digo pelo **Padre Miguel Pinheiro Teixeira** de Licença minha com os Santos oleos nesta Matris, e eu fui o seo **Padrinho**, de que mandei Lançar este asento, em que me asiney. Pataleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande. (Grifo nosso)<sup>245</sup>*

Na segunda metade do século XVIII, foram raríssimos os trabalhos de parto em que nasceram crianças gêmeas na freguesia. Segundo a historiadora Mary Del Priore, os gêmeos

<sup>245</sup> ARQUIVO DO IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770-1777 / F, 73v – Florencia (sic) e Feliciano, gêmeas.

eram observados como uma espécie de monstros que tinham conquistado a normalidade, no entanto o parto dessas crianças era temido pelas parteiras, comadres e doutores, pois colocava em risco a vida tanto da mãe, como a dos recém-nascidos.<sup>246</sup>

Urgência no batismo de crianças de partos difíceis, como a das gêmeas acima, conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era para que não morressem sem o primeiro sacramento. A preocupação era tanta que orientavam principalmente as parteiras para proceder batismo em caso de urgência,<sup>247</sup> como foi o caso do pequeno recém-nascido que não resistiu, *aos seis de julho de mil settecentos e oitenta e nove faleceu da vida presente hu inocente filho de Gonçalo Soares baptisado em casa por necessidade pela propria parteira foi sepultado nesta igreja de Santo Antonio[...].*<sup>248</sup>

A salvação da alma de uma criança recém-nascida pelo batismo era alvo de muitas preocupações por parte da Igreja, que viam alguns pais como criaturas despreocupadas com a vida de seus próprios rebentos, como ficou registrado nos livros da freguesia da Apresentação:

*[...] muitos pais dilatam o batismo de seus filhos e frívolos pretextos, a os não levam a batizar aos oito ou quinze dias, que dispõem a constituição, com o risco, e perigo de morrerem algumas crianças sem batismo, [...]. Portanto exortamos a todos a que sejam muito cuidadoso nos batismos das crianças nos tempos destinados pela constituição, sob pena nela imposta; e para que os párocos executem o que são obrigados lhes impomos a pena pecuniária quatro mil reis para Sê, e meirinho por cada falta, que tiverem comissão e me executar nos fregueses a pena das constituições quando faltarem em trazerem seus filhos a batizar nos termos prescritos.*<sup>249</sup>

<sup>246</sup> DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. p. 192 et seq.

<sup>247</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA ... p. 25.

<sup>248</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1784-1791 / F, 15 – Um inocente.

<sup>249</sup> A. I. M. N. S. A / PRIEMIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma Pastoral Diocesana ... 1760, f, 36.

Os pequenos recém-nascidos também estavam submetidos a um discurso normativo, que deveria ser obedecido pelos seus pais, mas que muitas vezes, pelos mais variados motivos, eram transgredidos.

Para além das obrigações, Luiz Mott ainda comenta que o batizar era uma maneira dos homens e mulheres que viviam em colônia tecerem uma espécie de intimidade com a corte celestial, principalmente com a Rainha do céu, [...] *quando milhares e milhares [...] tiveram como madrinha a própria Mãe de Deus – relação sacramentada com a colocação da coroa ou bastião régio da Virgem Maria na cabecinha do batizando e a inclusão de um de seus títulos no seu nome ou sobrenome.*<sup>250</sup>

O pesquisador mineiro, Renato Júnior Franco afirma que geralmente a escolha dos padrinhos de uma criança versava no universo das pessoas livres. Apesar de que quando a criança corria risco de vida se deveria cumprir com o ritual de salvação da alma aceitando-se inclusive escravos como padrinhos. Contudo, os casos que ele encontrou de escravos sendo padrinho de crianças livres foram poucos.<sup>251</sup>

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foi possível localizar situações em que crianças livres, sem nenhum sinal aparente de risco de morte, foram apadrinhadas por cativos, como o caso da pequena Maria,

*Aos quinze de Agosto de mil settecentos e Sincoenta e Seiz de licenca do Reverendo Vigario o Doutor Manuel Correa Gomez na Matriz desta cidade baaptisou e pos os Santos oleos o Reverendo Padre Teodorio da Rocha Vieyra a Maria filha de Cosmo Pinto de Araejuo e de sua mulher Joana Gomez forão padrinhos Antonio de Araejuo Solteiro filho de Matias de Araejuo e **Maria escrava de Dionicio da Costa Soarez** de que mandou lançar este asento o*

<sup>250</sup> MOTT, Luiz “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 185

<sup>251</sup> FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas** – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII. p. 74-75.

*Muyto Reverendo Senhor Doutor Vesitador que abaycho asignou. Marco Soares de Oliveira (Grifo nosso)*<sup>252</sup>

No ano de 1787, no dia 26 de setembro, mais um recém-nascido livre recebeu o seu primeiro sacramento tendo como mãe espiritual uma escrava,

*Manoel filho de Francisco de Britto, e de sua mulher Maria da Silva neto paterno de Alexandre de Britto e de sua mulher Apolonia Dias, e pela materna de Felipe de Santiago, e de sua mulher Susana todos naturais da Villa de Ares nascio a vinte e seis de setembro de mil settecentos oitenta e sette na capella de Nossa senhora da Conceição do Jundiaí pelo Padre Manoel Antonio de Oliveira com os santos oleos forão padrinhos Manoel Antonio da Rocha e **Jeronima escrava de José Fernandes de Campos** todos desta Freguesia, e não se continha mais em dito asento de que mandei fazer este em que por verdade me asigno.*<sup>253</sup>

Devemos salientar, que Manoel tal como Maria, segundo a documentação não apresentavam problemas de saúde que pudessem tragar suas pequenas vidas, sem dizer que também eram filhos legítimos, frutos de uniões reconhecidas publicamente pela Igreja. No decorrer da pesquisa nos Assentos de batismo estes não foram os únicos casos encontrados. Tivemos outras ocasiões em que na pia batismal se firmou uma relação incomum: o afilhado livre e o padrinho escravo. Construimos um quadro para melhor visualizar isto na freguesia.

## QUADRO 2

### AFILHADOS LIVRES E PADRINHOS ESCRAVOS (1755-1795)

| Pais das crianças         | Afilhados e legitimidade | Padrinhos                 |
|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Cosme de Araujo, Joana de | Maria (legítima)         | Matias de Araujo e Maria, |

<sup>252</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755-1757 / F, 16 – Maria.

<sup>253</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 50v – Manoel.

|  |                     |   |
|--|---------------------|---|
| Cosmo  |                     | escrava de Dionicio da Costa Soarez   |
| José Pereyra índio, Francisca Pereyra  | Domingos (natural)  | Felix Soares e Gracia, escravos do Sargento-mor Rodrigo Alves Correa                        |
| Theodocio da Rocha, Anna Maria da Assunção                                     | Margarida (natural) | Theodozio Phelippe e Marianna, escrava da viúva Anna Maria da Conceição                     |
| Francisco Antonio Fernandes, Maria Fernandes pretos forros do gentio de Angola | Ignacia (legitima)  | Luiz Ferreira, casado, escravo da viúva Anna Maria da Conceição e Rita Maria solteira forra |
| Josefa da Silva, pai incógnito   | Ignacia (natural)   | Ignacio, escravo do Sargento-mor Joam de Sousa Nunes e Josefa Maria solteira                |
| José Gomes Monteiro, Luisa Lourença da Conceiçam                               | Jose (natural)      | Antonio Gonsalves Terso casado, e Rufina casada, escrava de Dona Angela Micaela de Moraes   |
| –  | Josefa (exposta)    | Antonio da Cunha Dias e Luisa, escrava de João de Sousa Nunes                               |
| Luciano Ferreira, Margarida de Jesus   | Anna (legitima)     | Calisto da Costa e Clara, escrava de Dona Rosa Maria Josefa                                 |
| Francisco de Britto, Maria da Silva  | Manoel (legitimo)   | Manoel Antonio da Rocha e Jeronima, escrava de José Fernandes de Campos                     |
| Anna Francisca, solteira   | Felipe (natural)    | Cipriano e Caetana solteiros escravos do capitão Manoel Alvares Correa                      |
| Manoel da Cunha Gomes, Luiza Maria da Rocha                                    | Maria (legitima)    | Manoel da Cunha solteiro e Basília, escrava do Capitão Manoel Martins Teixeira de Moura     |

**Fonte:** L. B. F. N. S. A.

Fazendo uma análise do quadro, podemos observar os seguintes pontos: dos 11 casos apresentados para segunda metade do século XVIII na freguesia, cinco eram filhos legítimos, cinco, naturais frutos de possíveis relações estáveis, ou mancebias e uma foi exposta. Dos naturais, dois eram filhos de mulheres declaradas solteiras e no caso Ignacia, filha de Josefa da Silva, o padre deixou registrado não saber quem era o pai. Observamos que os genitores

apresentados no quadro estavam entre os elementos mais pobres da comunidade, índios, pretos forros, portanto o apadrinhamento por elementos desse mesmo segmento social não é de todo inexplicável.

O ato de apadrinhamento por outro lado gerava laços de aproximação entre os compadres. Luciano Figueiredo comenta que o apadrinhamento foi uma estratégia utilizada pelas elites, mais também dos mais pobres e dos escravos, como uma forma de buscar uma espécie de segurança para a criança, o filho recém-nascido, já que se buscava na maioria das vezes um compadre em posição social diferenciada, com maior prestígio na comunidade.<sup>254</sup>

Dos onze batismos vistos acima, em nove, os padrinhos eram um livre e outro escravo, dessa forma, é na figura da pessoa livre que os elos da corrente normatizadora se restabelecia, pois o escravo poderia se vendido, emprestado para uma outra região e, na ausência dos pais, estaria a madrinha ou padrinho livre. Não que os padrinhos cativos não pudessem ter atitudes ativas na vida de seus pequenos afilhados. Sendo assim, podemos acreditar que [...] *a população pobre agia, reagia e possuía regras de condutas próprias*<sup>255</sup>

Segundo Jurandir Freire Costa, em sua pesquisa sobre a família, não existia uma infância na colônia, na América portuguesa. Para ele a criança dentro da família [...] *ocupava uma posição puramente instrumental* [...]. A criança era tratada como um utensílio ou coisa, que tinha direito apenas a uma atenção genérica, não específica:<sup>256</sup> [...] *era um acessório supérfluo*, já que, para o pai, quem importava eram os filhos crescidos que possivelmente herdariam os bens da família.<sup>257</sup> Mais enfático ainda, Costa afirma que a criança em colônia era um mal necessário,

<sup>254</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Mulher e família na América portuguesa**. p. 42.

<sup>255</sup> FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. p. 48.

<sup>256</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. p. 153

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 158.

*O filho-criança, segundo o catolicismo colonial, era o resultado inevitável da concupiscência humana. Sua vida era a marca do controle religioso sobre os desregramentos da carne. Como o próprio casamento, o filho representava a incapacidade do homem em renunciar aos prazeres do mundo. Já que não se podia coagir todo adulto ao celibato, aceitava-se o casamento. Mas como um <<mal menor>>. No melhor dos casos, a criança era mostrada e aceita com prova de obrigação do adulto em <<propagar o gênero humano>>.*<sup>258</sup>

Provavelmente, discursos como o do padre Jesuíta Antonil sobre a criança, tenha corroborado para a construção do raciocínio de Costa. Para o padre, o filho menor da família seria até mesmo capaz de pegar papéis importantes que ficavam sobre a mesa e transformá-los em pinturas de caretas, ou poderiam fazer [...] *barquinhos de papel, em que naveguem moscas e grilos [...]*.<sup>259</sup> Sendo dessa forma, é notório a visão negativa que o sacerdote tinha das crianças em colônia: elas eram para verdadeira ameaça para ordem da casa.

Na esfera do espaço doméstico, não existe menção a lugares específicos reservados para as crianças. Nem mesmo relatos sobre cuidados especiais com elas. Com certeza as crianças se misturavam com os adultos livres e escravos presentes no domicílio, segundo Leila Mezan Algranti.<sup>260</sup>

Porém, existem historiadores que claramente discordam das opiniões de Algranti e Jurandir Freire Costa. Discutem que quando as crianças nasciam em determinadas partes da América portuguesa, as mesmas recebiam de seus pais cuidados que podemos considerar como especiais, pelo menos nos primeiros dias de vida. Talvez tais práticas revelem uma luz para um sentimento de infância no mundo da precariedade colonial, fazendo valer o raciocínio

<sup>258</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. p. 159.

<sup>259</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. p. 78.

<sup>260</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. "Família e vida doméstica". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. p. 152-153.

de Colin Heywood, para o qual a infância é constituída pelas impressões que os adultos tem das crianças em lugar e tempos diferentes.<sup>261</sup>

Os cuidados começavam já com os primeiros minutos de vida: primeiro se banhava a criança com óleos espirituosos, manteiga ou outra substância oleosa. Os especialistas da época recomendavam um banho com água morna e sabão. A seguir teria enfaixado o corpo inteiro, tal como a cabeça, pois para essas pessoas, essa atitude modelaria o físico do recém-nascido.<sup>262</sup> Heywood ressalta,

*[...] A opinião médica foi aos poucos se tornando hostil à prática de enfaixar as crianças durante os séculos XVII e XVIII. Os críticos afirmavam que a prática restringia a liberdade dos membros jovens, arriscava impedir a respiração da criança e a deixava enrolada em suas próprias urina e fezes por longos períodos. Considerava também que pendurar uma criança enfaixada em um gancho por longos períodos era o máximo de negligência [...]*<sup>263</sup>

No entanto, as práticas de uma tradição popular geralmente apresentam muito mais força que os discursos de alguns estudiosos, que não viviam os dramas do cotidiano da colônia, vivendo nas terras de além-mar.

Era disseminado também que se devia tomar determinados cuidados com a proteção do recém-nascido, principalmente à noite, pois se acreditava que bruxas tinham poderes de atrofiar os corpos das crianças sugando o seu sangue. Para defender os futuros vassalos do Rei de Portugal, se defumava a casa e a cama do pequeno com arruda, se colocava no quarto relíquias e se fazia orações, assim como também se colocava cabeças e línguas de cobra,

<sup>261</sup> HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância:** da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. p. 22.

<sup>262</sup> DEL PRIORE, Mary. "Ritos da vida privada". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. p. 309-310.

<sup>263</sup> HEYWOOD, Colin. **Op. cit.** p. 96

espalhando seu fel pela casa inteira, como elementos protetores.<sup>264</sup> O profano e o sagrado simplesmente se misturavam em função de proteger os pequenos corpos.

Porém, a morte assolou a vida das crianças nas várias partes da América portuguesa. Sobre isso Sergio Odilon Nadalin, aponta algumas possíveis causas:

*[...] De fato, a mortalidade infantil e mesmo juvenil é, no geral, relativamente maior no verão do que no inverno. [...] A saúde das crianças amamentadas sofria então uma dupla ameaça, pela alteração do leite da mãe em função de longas jornadas de trabalho ao sol, ou pela diminuição da vigilância, inclusive em relação às crianças mais velhas. Aumentavam, pois, os riscos de acidentes, de infecções, de abusos na ingestão de frutos muito verdes ou muito maduros, resultando em problemas gastrointestinais.*<sup>265</sup>

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação não encontramos casos de acidentes com recém-nascidos, no entanto foi possível identificar alguns casos como, o da pequena parda Theresa que morreu aos trinta de junho de 1798, de comer terra, filha de Leandro Cardoso e Josefa Maria.<sup>266</sup> Semelhante situação se repetiu em 2 de julho do mesmo ano, com Luisa negra forra de apenas três anos de idade, filha de Nicomedio de Oliveira e Candida Teixeira.<sup>267</sup> De problemas possivelmente intestinais, febre e vômito, também morreu com apenas dozes meses de vida Joaquim, menino branco filho de Agostinho Rois e Josefa Maria na data de 12 de setembro de 1798.<sup>268</sup>

Nas terras da freguesia, houve também casos de domicílios nos quais a morte tragou a vida de duas crianças no mesmo ano. Foram as filhas de Vitoriano José: uma faleceu na data

<sup>264</sup> DEL PRIORE, Mary. "Ritos da vida privada". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** p. 311.

<sup>265</sup> NADALIN, Sergio. Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo.** p. 112.

<sup>266</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 43 – Thereza parda.

<sup>267</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 43v – Luisa negra forra.

<sup>268</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 45 – Joaquim.

de 12 de abril de 1793,<sup>269</sup> a outra aos 4 de outubro de 1793.<sup>270</sup> Assim também foi com os filhos de Manoel Araujo Correia, Dionicio que morreu com idade de quatro anos, aos 28 de julho de 1789,<sup>271</sup> seguido de sua irmã Eugenia um pouco mais jovem, com apenas três anos de idade, na data de 28 de setembro do mesmo ano.<sup>272</sup> Salientamos que o padre que escreveu os documentos não declarava a causa das mortes das crianças.

Portanto, no mundo em colônia até os pequenos corpos estavam submetidos a um conjunto de normas, impostas pela Igreja ou mesmo regras criadas pela própria sociedade, que se estendiam desde a forma de redigir os Assentos de batismo, ao tempo que deveriam ser levados a pia batismal, a forma de escolher os padrinhos e proteger os pequenos nos primeiros dias de vida. Mesmo que morressem cedo, não importando se eram filhos legítimos, naturais ou expostos, eram os filhos das muitas Evas da América portuguesa.

### 2.3. Os filhos de Eva

Segundo a Igreja Católica o sexo feminino estava praticamente condenado a pagar eternamente pelo primeiro pecado da humanidade, o erro de Eva. A fêmea que influenciou Adão ao pecado, tirando da espécie humana o direito futuro de gozar de uma inocência eterna.<sup>273</sup> Porém, a maternidade gerava uma aura de pureza, principalmente se o filho fosse concebido em um casamento legítimo, reconhecido pela Igreja e pela sociedade. No entanto, quando os recém-nascidos eram filhos ilegítimos, ou como afirmava o vocabulário da época, naturais, continuavam sendo filhos das muitas Evas. Caso fosse um exposto, para a comunidade da freguesia possivelmente continuavam a ser um filho do pecado, de relações

---

<sup>269</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1792-1793 / F, 16 – Bonifacia.

<sup>270</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1792-1793 / F, 16 – Joana.

<sup>271</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1784-1791 / F, 23v – Dionicio.

<sup>272</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1784-1791 / F, 23v – Eugenia.

<sup>273</sup> ARAÚJO, Emanuel. "A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. p. 46.

consensuais, ilícitas, ou mesmo filhos de mães e pais que não tinham amor pelo rebento e o abandonavam.

### 2.3.1. Os naturais

O concubinato, que gerava os chamados filhos bastardos, não era classificado pela Igreja somente quando um homem e uma mulher viviam juntos, mas também quando um solteiro e um casado mantinham uma relação que se aproximava do adultério, ou mesmo quando solteiro e solteiro estabeleciam relações sexuais estáveis.<sup>274</sup> No entanto, o discurso da Igreja dentro de suas normas era punitivo, o padre que tivesse em seu rebanho ovelhas que vivessem de “porta a dentro” sem serem casados, deveriam tentar oficializar a relação. Caso as “desgarradas ovelhas”, na terceira chamada, não buscassem o caminho da norma assim: *[...] o homem seria excomungado, a mulher expulsa da diocese, e o casal seria desonrado socialmente ao ser impedidos de assistir a missa e de receber os sacramentos.*<sup>275</sup>

Para Aliada C. Metcalf, os filhos ilegítimos corresponderam entre um terço e metade das crianças batizadas, na América portuguesa. A ilegitimidade foi um fenômeno presente em todos os grupos sociais, mas foi mais freqüente nas camadas populares, principalmente entre os escravos. A pesquisadora menciona que a legislação portuguesa reconhecia um status mais elevado aos filhos naturais do que aos filhos espúrios. Na concepção da mesma, os primeiros eram filhos de pessoas que não eram unidas pelo laço do matrimônio, mas que poderiam o fazer. Já os segundos eram frutos do pecado, de relações proibidas de pessoas casadas ou

---

<sup>274</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Mulheres e família na América portuguesa**. p. 27.

<sup>275</sup> *Ibid.*, p. 26.

clérigos. A autora ressalta ainda que as mulheres que faziam parte da elite e concebiam filhos naturais ou espúrios dificilmente os reconheciam.<sup>276</sup>

Em algumas regiões da América portuguesa houve casos de crianças que mesmo nascidas em meio a um casamento reconhecido pela Igreja, foram registradas como bastardas. Nadalin comenta, baseado no dicionarista do século XVIII D. Raphael Bluteau, que o termo bastardo também estava relacionado a questões degenerativas. No caso dos recém-nascidos filhos de colonos realmente casados, o historiador afirma que tal nomenclatura era aplicada aos pequenos em função da origem mestiça de seus pais, daí os mesmos terem uma origem degenerada racialmente e socialmente.<sup>277</sup> Por causa dessa situação Laura de Mello e Souza afirma que certas mulheres solteiras eram capazes de ocultar uma gravidez como por exemplo, nas viagens pelos sertões paulistas, só quebrando sua privacidade e tornando sua situação notória quando o rebento nascia.<sup>278</sup>

Segundo Sheila de Castro Farias, o concubinato era visto como um pecado muito mais grave que o casamento consanguíneo,<sup>279</sup> no entanto para Luciano Figueiredo, era visto como uma opção mais rápida, barata e desconectada das obrigações institucionais.<sup>280</sup>

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, encontramos uma situação que sugere o adultério: Antonio Joseph de Santa Maria (sic), batizou sua filha legítima com o nome Damiana na igreja matriz, na data de 3 de agosto de 1755, foram padrinhos Vitoriano Rodrigues de Sá e sua filha Ana Rodrigues.<sup>281</sup> Isto teria sido mais um simples batizado na freguesia, se não tivesse ocorrido na mesma data o batizado da filha bastarda do mesmo

<sup>276</sup> METCALF, Aliada. C. "Ilegítimos". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 409-410.

<sup>277</sup> NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. p. 31-32.

<sup>278</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. "Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. p. 71.

<sup>279</sup> FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. p. 63

<sup>280</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. p. 58.

<sup>281</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755-1757 / F, 6 – Damiana.

Antonio Joseph de Santa Maria, na capela de Santo Antônio. Algo importante a saber nisto é que os dois batizados são realizados pelo mesmo padre, havendo uma convivência do clero no adultério, outra é que o nome da mãe foi omitido no documento, sendo o padrinho da bastarda o mesmo da filha legítima, havendo apenas a troca de madrinhas.<sup>282</sup>

O caso citado é um exemplo da existência dos bastardos na freguesia na segunda metade do século XVIII que, num universo numérico de 2100 batismos, os filhos naturais somaram 416, correspondendo a (19,8%), do total de recém-nascidos livres. No desenvolvimento da pesquisa identificamos quatro categorias de filhos naturais: com o nome de ambos os pais; com o nome da mãe; de pai incógnito e, por último, só com o nome do pai.<sup>283</sup> A tabela abaixo nos apresenta aquela realidade.

**TABELA 5**  
**OS VÁRIOS FILHOS BASTARDOS DA FREGUESIA (1753-1795)**

| Os bastardos                   | Nº Abs. | Nº Rel. |
|--------------------------------|---------|---------|
| Bastardos com o nome dos pais  | 149     | 35,8%   |
| Bastardos só com o nome da mãe | 155     | 37,2%   |
| Bastardos de pai incógnito     | 98      | 23,5%   |
| Bastardos só com o nome do pai | 14      | 3,3%    |

**Fonte:** L. B. F. N. S. A.

É perceptível que a porcentagem de filhos naturais conseqüentes de uniões estáveis na freguesia, era quase igual ao percentual de filhos naturais que só tinham registrado o nome de

<sup>282</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755-1757 / F, 6 – Cosma.

<sup>283</sup> Lembramos que tal classificação também foi feita por Maria Adenir Peraro, para região do Mato Grosso no século XIX.

suas mães, as chamadas mulheres solteiras. Assim, o concubinato na América portuguesa era relativamente tolerado pelo clero quando o casal vivia publicamente como marido e mulher partilhando a mesma casa.<sup>284</sup>

Porém, devemos notar que o possível equilíbrio proposto por nós, entre os bastardos filhos de casais não casados e mulheres solteiras, é quebrado quando consideramos que os bastardos de pai incógnito e aqueles que apresentaram o nome somente do pai também são filhos de mulheres possivelmente solteiras. Dessa maneira eles atingem em números absolutos um total de 267, dando um percentual de 64%. Devemos frisar ainda que, isoladamente, o número de homens que batizaram e registraram seus filhos ocultando o nome das mães foi bastante pequeno, detectando apenas 14 casos, 3,3% do total.

Ainda na freguesia, encontramos no ano de 1764, mais especificamente na data de 18 de abril, o caso da viúva Francisca Antonia Xavier, que batizou sua filha com o nome de Ignacia. Porém o nome paterno não é incógnito, como os outros 23,5% dos casos daquela jurisdição eclesiástica, mas expressamente incerto: [...] e dizem que é [filho] do Capitão Manoel Alves de Moraez natural desta dita freguesia de Nossa Senhora da Apresentação nepta pela parte paterna do Sargento-mor José de Moraez Navarro, natural de Sam Paulo, e de Dona Francisca Bezerra natural da Parahiba [...].<sup>285</sup>

Apesar do concubinato, da mancebia e da gestação de filhos naturais terem sido condenados pelas normas da Igreja, tais práticas estiveram presentes na freguesia, como em outras localidades da América portuguesa. Os filhos naturais eram a prova da transgressão, do desvio do discurso eclesiástico. Algumas vezes, quando determinados pais pressionados por uma necessidade de se enquadrar nas normas do mundo em colônia, de não se submeter a criar um filho natural, os genitores abandonavam suas crias, deixando que outras pessoas orientadas por outras normas os conduzissem pela vida.

<sup>284</sup> DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. p. 48.

<sup>285</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 10v – Ignacia.

### 2.3.2. Os expostos

Qual era a norma, ou mesmo as regras, para alguém que encontrava um exposto? Na América portuguesa, caminho era o de se tentar salvar alma do pequeno abandonado. Pegava-se o corpo enjeitado e se levava para uma igreja, para ser batizado e receber um nome. No passo seguinte, o padre criaria um documento, tipo carta comprobatória, certificando para os devidos fins que o exposto estava morando na casa de quem o recolheu, e sendo bem cuidado. Essa carta, com a chancela da Igreja, era na verdade o instrumento que permitia o acolhedor buscar um ajuda financeira aos oficiais da Câmara. Tal ajuda, era muitas vezes julgada a partir de critérios de amizades e clientelismo: caso o auxílio fosse concedido, o enjeitado tinha o seu nome inserido no livro de matrícula dos expostos.<sup>286</sup>

Ressaltamos que o Livro no qual os camaristas registravam os recém-nascidos sustentados pelos fundos da Câmara não existiu na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. No entanto, era esta instituição responsável pela criação dos expostos fossem no Reino ou em suas colônias, pois,

*Em Portugal, os expostos contaram com atendimento público desde pelo menos o século X. Contudo, a primeira referência legal foram as Ordenações Manuelinas (1521) ordenando que recaísse sobre os concelhos a obrigação de sustentarem, até os sete anos de idade, os enjeitados nascidos sob sua jurisdição. Este item permaneceu na Legislação Filipina (1603), acrescentando somente a autonomia de a municipalidade lançar fintas sobre população caso não dispusesse de rendas. A legislação referida foi base da assistência oferecida à infância abandonada e vigorou sem grandes modificações até o século XIX.<sup>287</sup>*

<sup>286</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. "Maternidade negada". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. p. 190-191.

<sup>287</sup> FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas** – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII. p.25

Isabel dos Guimarães Sá afirma que a assistência às crianças era um problema extremamente sério. Sendo a Câmara responsável por criar os recém-nascidos expostos, e ficando as crianças desamparadas pelas ruas, já que não eram expostos mas crianças na qual seu contexto familiar tenha sofrido um processo desintegração.<sup>288</sup> Foi na segunda metade do século XVIII, em que o Estado português aumentou sua atenção e preocupação com os pequenos desvalidos. Dessa forma,

*O alvará de 24 de maio de 1783, sancionado pela rainha D. Maria I, é exemplo [...]. De acordo com a lei que reformava a assistência, as municipalidades submetidas ao império português deveriam instalar Casas da Roda: 'em todas as cidades, vilas do Reino há Casa da Roda, para expor os meninos, que se enjeitarem, e esta existir em lugar mais acomodado'.<sup>289</sup>*

Enquanto a Rainha determinava que as cidades e vilas de Portugal tivessem um lugar específico para se abandonar os recém-nascidos, na colônia só existiam duas Rodas estabelecidas: a da Bahia e a do Rio de Janeiro. Quando um recém-nascido era deixado na Roda, na instituição, o mesmo ficava em um período de observação, isolado para se saber se o enjeitado não era portador de nenhuma doença infecciosa. Logo após, os irmãos da Misericórdia passavam o exposto para casa de uma ama-de-leite, que se responsabilizava por sua amamentação em um espaço de tempo de três anos. As amas que na maioria das vezes eram negras forras ou viúvas, segundo as normas da Santa Casa, deveriam se apresentar a cada três meses para receber o seu pagamento. Em muitos momentos, a falta de supervisão

<sup>288</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1550-1800.** p. 111.

<sup>289</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX.** p. 33.

por parte dos irmãos da Misericórdia permitiu que as amas fossem negligentes com os expostos.<sup>290</sup>

Queremos comentar que tal negligência, poderia ser consequência dos baixos pagamentos feitos pela Misericórdia as suas prestadoras de serviços, pois em Portugal os salários das amas-de-leite eram bastante baixos. Sendo assim, havia uma compensação em privilégios concedidos a elas: Dom Manuel permitiu que todas as mulheres que tivessem servido com ama-de-leite por três anos à Misericórdia estavam isentas dos impostos da municipalidade. Como também eram beneficiados os familiares dessas mulheres, em decreto da segunda metade do século XVII, que afirmava que os filhos e maridos da amas estavam dispensados dos serviços nas milícias.<sup>291</sup>

Venâncio afirma que as vantagens oferecidas pelo governo português para as pessoas que cuidavam dos expostos foi a base para que o sistema de criação externa a Santa Casa perdurasse por dois séculos. No entanto, ele afirma, *[...] é difícil saber até que ponto leis promulgadas em Portugal no século XVII foram cumpridas ou mesmo conhecidas pelos irmãos da Mesa e pelos criadores de expostos [...]*.<sup>292</sup>

Mesmo quando havia uma Casa da Roda estabelecida, existiam pessoas que burlavam o ato de deixar o recém-nascido no cilindro de madeira instalado no muro da Santa Casa, mas mesmo assim geravam uma estratégia para o exposto fosse assistido pela instituição. Como era isso? Alguém simplesmente abandonava o pequeno desvalido na soleira da porta de algum membro da Irmandade da Misericórdia, que o levava direto para Casa da Roda. Ou mesmo

---

<sup>290</sup> RUSSEL-WOOD, A.C. A. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. p. 248.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 240.

<sup>292</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. p. 62.

um filho de alguma enferma que estava internada na Santa Casa, que entregava seu filho a alguma enfermeira para ser levado também para Casa da Roda.<sup>293</sup>

Por fim, podemos entrever que no mundo do Antigo Regime a norma tinha a função de regular o bom funcionamento das instituições e das pessoas, vivessem no Reino em Portugal ou mesmo nas colônias de além-mar. Como era o caso da Igreja que controlava a própria Igreja, e ao mesmo tempo buscava controlar a vida dos seus fieis, em alguns momentos com ajuda do Estado, fossem na frequência que iam as missas, os seus comportamentos dentro das igrejas, ou mesmo criando lugares na sociedade para homens e mulheres, quando deveriam casar e como deveriam tratar seus filhos nos primeiros momentos de vida.

No entanto, o tecido de regras que foi construído pelo discurso normatizador era marcado por inúmeros rasgos por onde homens e mulheres solteiras, casais, padres entre outros burlavam as normas em função de suas necessidades cotidianas, que ia de um casamento realizado à noite, até a Câmara que burlava as normas do Reino não dando nenhuma assistência aos recém-nascidos enjeitados, principalmente em regiões onde a Roda dos expostos não existia.<sup>294</sup> Em suma, era o Estado que contrariava as suas próprias normas. Agora, diante de tal transgressão, sobre quem recaia a responsabilidade sobre os expostos? É o tratamos no próximo capítulo.

---

<sup>293</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. 51.

<sup>294</sup> Ordenações Filipinas/ Livro primeiro / Título 88 / parágrafo 11.

# TERCEIRO CAPÍTULO

## **TEIAS DE CARIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SIMBÓLICO**

“Os atores dessa história são, portanto, atores coletivos e, quando um indivíduo dela emerge, é como referência exemplar para ilustrar um conjunto sempre maior”

Ângela de Castro Gomes

Mary Del Priore comenta que fora do quadro de uma família patriarcal pintado por Gilberto Freire, em *Casa-Grande & Senzala*, pode se observar a existência de famílias nucleares em outros espaços da colônia. Nessas localidades era muito comum maridos ausentes; companheiros ambulantes; mulheres chefiando seus lares. Como conseqüências disso, crianças circulavam entre os domicílios, sendo criadas por familiares, comadres e vizinhos.<sup>295</sup> Diante de tal afirmativa da historiadora, acreditamos que os recém-nascidos expostos também estavam incluídos entre as várias crianças que eram criadas em diferentes domicílios.

A origem dos expostos variava, assim como a maneira de abandonar guardava suas especificidades próprias. Muitas vezes se buscava não deixar os recém-nascidos ao “relento”, digamos, sem uma possível ajuda que viria. Foram muitos os que *depositavam a criança na soleira da porta, fazendo barulho e fugindo em seguida para os arredores, onde se escondiam até terem certeza de que a criança fora bem acolhida.*<sup>296</sup> Essa forma de agir caracterizou a maneira de abandonar na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, estabelecendo em seu território uma circulação de crianças e a construção de espaço simbólico para os expostos pela própria comunidade que abandonava.

### 3.1 Uma forma protetora de abandonar

O abandono de crianças na porta de casas alheias foi denominado por Venâncio como abandono-proteção. Diferentemente, quem deixava os filhos recém-nascidos em caminhos e logradouros realizava, segundo o pesquisador, um abandono selvagem, o que muitas vezes conduzia à morte da criança. Venâncio também chamou o abandono-proteção de abandono

<sup>295</sup> DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. p. 47.

<sup>296</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. p. 193.

civilizado,<sup>297</sup> pois tal prática garantia o mínimo de assistência ao exposto, como o recolhimento e o batismo.

Queremos deixar bem claro que essa era maneira de abandonar dos colonos da freguesia estudada. A investigação nos documentos de óbito nos revelou a existência de apenas um caso de abandono selvagem na comunidade, o que não muda a forma de homens e mulheres abandonarem seus filhos nesse espaço da colônia. O caso foi notificado na data de 17 de agosto, possivelmente o de 1768, pois o Assento de óbito esta localizado no Livro do mesmo ano: [...] *foi achada uma creansa morta junto à Matris [...]*.<sup>298</sup>

A citação documental claramente não nos diz muita coisa, porém fica evidente a existência de uma criança morta em um ambiente aberto, prática tão comum nos meios urbanos coloniais da segunda metade do século XVIII. Diante de um caso que destoava da forma geral de se abandonar as crianças recém-nascidas na freguesia, podemos acreditar ainda no denominado abandono-proteção. Pois uma mãe, ou mesmo pais que deixaram seu filho exposto próximo à igreja matriz, tinham a intenção que alguém o encontrasse, pois possivelmente era aquele local da freguesia bastante “movimentado”.

Segundo Rocha Pombo, as ruas da cidade do Natal eram cheias de vacas, cavalos, porcos e cães.<sup>299</sup> Contudo não encontramos nos Termos de Vereação nem nos Assentos de óbito investigados nenhuma notificação de recém-nascidos que foram expostos e em seguida mutilados ou mortos por alguns desses animais. O que reafirma a maneira protetora dos colonos das terras de Nossa Senhora da Apresentação na forma de abandonar os seus filhos. Porém, os porcos, foram motivo de preocupação dos camaristas na data de 01 de abril de 1797. Sendo assim, [...] *acordarão mandar afixar hú Edital para não andarem porcos soltos pellas Ruas, dentro de tres dias os donos os Recolherem, e na falta todo o porco que for*

<sup>297</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:** assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. p. 22-25.

<sup>298</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1768 / F, 3 – criança anônima.

<sup>299</sup> ROCHA POMBO. **História do Estado do Rio Grande do Norte.** p. 210.

*apanhado seja morto, e em Leilão a Rematado, e o seo produto seja para as despesas da Camara [...].*<sup>300</sup>

Em 20 de abril de 1799, dois anos após a vereação citada anteriormente, a preocupação de alguns colonos com os porcos continuava, tanto que, [...] *despacharão hua petição de Francisco Antonio Carrilho para poder Livremente matar os porcos que lhe entrassem no seo citio [...].*<sup>301</sup>

Fica, entretanto, evidente que a preocupação de certos colonos em combater os porcos com a permissão do Senado da Câmara, estava mais relacionada à proteção de suas roças e lavouras, meio de sobrevivência dos mesmos, do que à preocupação com recém-nascidos que eram abandonados na calada da noite. Tal suposição se confirma, já que, 40 dias após o despacho da petição de Francisco Antonio Carrilho, na data de 01 de junho de 1799, os vereadores se reuniram e [...] *acordarão em despachos Requerimento contra porcos, que avisados os donos para lhes botarem canga, e não a tendo, poderão matar qualquer porco que acharem nas Suas Lavouras ou junto a ellas, avisando os donos para os aproveitarem [...].*<sup>302</sup>

Nesse mesmo contexto, buscamos informações sobre o abandono de recém-nascidos no Livro de Tombo da igreja matriz da freguesia, onde eram registradas as visitas diocesanas, as quais Figueiredo, denominou de [...] *verdadeiras patrulhas a serviço da fé [...]*<sup>303</sup>, pequenas inquisições, segundo ele. Nada relacionado às crianças expostas no espaço da freguesia foi encontrado, nem sequer uma menção. O que mais chama atenção é que, especificamente no período de 1760-1766, o abandono de recém-nascidos chegou a cifra de 7,6%, o que correspondeu em números absolutos a 27 crianças deixadas nas soleiras das portas da comunidade, o momento de maior número de abandonos na segunda metade do

<sup>300</sup> IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1793-1802 / F, 88v

<sup>301</sup> IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1793-1802 / F, 127v

<sup>302</sup> IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1793-1802 / F, 130

<sup>303</sup> FIGUEIREDO, L. R. A. **Barrocas Famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. p. 41.

século XVIII. Mesmo assim esses enjeitados parecem não existir nos olhares cuidadosos dos bispos ou seus representantes que visitavam a jurisdição eclesiástica,<sup>304</sup> já que os expostos eram vistos como filhos do pecado e frutos de desvios morais.

Com isso temos mais uma confirmação da forma protetora de como os colonos daquele espaço abandonavam os seus filhos. O índice de abandonados totais na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, de apenas 3,9% dos batismos realizados, fez com que provavelmente aqueles expostos não chegassem à presença dos poderes públicos do lugar, como o Senado da Câmara. Os documentos de batismo e óbito impediam, entretanto, que os enjeitados passassem despercebidos.

Acreditamos que a omissão dos Termos de Vereação e no livro de Tombo sobre a prática de abandonar crianças com poucos dias de nascimento era algo simbiótico à comunidade, algo que não atrapalhava o cotidiano dos colonos. Segundo Ariès, o ato de se livrar de uma criança, [...] *fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da verdade, do esquecimento e da falta de jeito.*<sup>305</sup> Sendo assim, podemos afirmar categoricamente que foi a própria comunidade da freguesia quem resolvia o “problema” do abandono de crianças naquela localidade da capitania do Rio Grande do Norte.

Para resolver os problemas ocasionados pelo abandono de crianças, pela legislação portuguesa, era uma obrigação das Câmaras assistir os recém-nascidos expostos, caso não existisse uma Irmandade da Misericórdia ou uma Santa Casa, provida ou não de uma Roda.<sup>306</sup>

No processo investigativo dos documentos mencionados, buscamos encontrar alguma posição dos “homens-bons” da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no que diz respeito ao abandono de crianças recém-nascidas, como por exemplo: o pagamento de

---

<sup>304</sup> A. I. M. N. S. A / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO: 1725 – 1890 / F, 43-54.

<sup>305</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. p. XV – prefácio do próprio autor.

<sup>306</sup> MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.). **História da infância no Brasil**. p. 69.

subsídios para famílias criadeiras ou mulheres na função de amas-de-leite. No entanto, nada foi encontrado, a não ser uma decisão vinda do governo da capitania de Pernambuco com a finalidade de ajudar os desvalidos e entre esses os expostos:

*[...] por hua Carta do Ill.mo e Ex. mo General de Pernambuco Lido pello mesmo Ministro [o Desembargador Antonio Felipe Soares de Andrada de Brederos] em que disia estar findo o Hospital dos Lasarinos naquella Prassa, e que para ajudar da Sua Subsistencia pedia quisessem oferecer o tenue Donativo de trinta reis em Cada arroba de algodão que Se embarcar para o Reino pagos na Prença; o que ouvido todos, e vendo que era tanto do Bem Cumú destas capitancias todos aSentarão que era muito conviniente o dito Donativo, e o aprovarão, e pedião ao mesmo Ill. mo e Ex. mo General fissesse esta Sua representação na Real Presença, e alcanssase a confirmação deste Donativo. e de Como asim voluntariamente o prometerão, ficando o resto deste Donativo Se o houver para beneficio dos expostos Inocentes [...]*<sup>307</sup>

Devemos alertar que o donativo advindo do algodão não era diretamente para os recém-nascidos abandonados, os expostos, mas, caso restasse algum, deveria ser utilizado para o socorro dos mesmos. Também temos que frisar que, assim como outras capitancias, o Rio Grande do Norte fazia parte de um conjunto de capitancias anexas à capitania de Pernambuco, sendo assim, os trinta réis que possivelmente saíam de cada arroba de algodão que era enviada para Portugal, só devem ter beneficiado os núcleos de Pernambuco. Acreditamos que muito dificilmente tal ajuda tenha voltado para beneficiar os expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, por dois motivos: a distância entre as regiões e diminuta população dos expostos na freguesia.

---

<sup>307</sup> IHG-RN / CAIXA DE VERAÇÃO / LIVRO: 1784-1793 / F, 150v

Porém quando havia o auxílio, o que não foi o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, as quantias pagas às “famílias criadeiras” variavam. Era um valor que dificilmente permitia a compra de alguns quilos de farinha de mandioca e carne-seca por mês. Quem era subsidiado poderia optar pela forma de receber as cifras: a cada três meses, ou somente ao término da criação do exposto quando o mesmo completava sete anos. Ao cumprirem o sétimo ano de vida, o auxílio público terminava. Frisando que havia grandes chances do pequeno desvalido morrer no processo de criação.<sup>308</sup>

Apesar da responsabilidade que as Câmaras tinham com as crianças expostas, principalmente em regiões sem Irmandades da Misericórdia, sem Santa Casa, sobretudo sem Roda, Mello e Souza menciona que os camaristas de uma maneira geral estavam sempre alegando falta de recursos para criarem os enjeitados. Na segunda parte do século XVIII, na cidade de Mariana, a maioria das pessoas que procuraram a Câmara para se disponibilizarem na criação dos expostos visavam o subsídio da municipalidade. Possivelmente viam nessa atividade uma forma de complementar as rendas de seus grupos familiares.<sup>309</sup>

Na capitania do Rio Grande do Norte, a sociedade que abandonava era a mesma que recolhia e acolhia. Apesar do Senado da Câmara não ter subsidiado as famílias que aceitavam criar os pobres expostos, encontramos nos Termos de Vereação nomes de pessoas ligadas à administração do lugar e também ligadas aos expostos, que os recebiam em suas portas durante a noite ou eram padrinhos dos mesmos.

### 3.1.1. Benfeitores e assistidos

---

<sup>308</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. p. 191.

<sup>309</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. p. 49-52.

Em um espaço como o da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como também nos demais lugares da América portuguesa que não havia uma Santa Casa de Misericórdia nem mesmo uma Roda dos Expostos, como deveria proceder alguém que por ventura encontrasse um recém-nascido abandonado na porta de sua casa ou até mesmo na rua?

Primeiro, a pessoa que encontrasse o exposto deveria recolhê-lo e se dirigir rapidamente a uma igreja para que o pequeno desvalido fosse logo batizado, tendo a alma salva,<sup>310</sup> já que a passagem da criança pela pia batismal era simplesmente obrigatória no mundo colonial português. Para Marcílio, [...] *toda criança teria o direito à salvação e, portanto, ao batismo.*<sup>311</sup> Nadalin complementa, [...] *era o batismo que conferia a um determinado individuo seu certificado legal de existência [...].*<sup>312</sup>

A tabela 5 demonstra que era a própria sociedade que recolhia e amparava os expostos, já que 48,6% das pessoas que apadrinhavam os enjeitados estavam diretamente relacionadas ao domicílio receptor. Em suma, eram membros da família. Destacamos que: 6,1% dos padrinhos eram os próprios casais proprietários das casas onde ocorriam os abandonos; 14,6% eram apenas os chefes dos domicílios<sup>313</sup>; 9,7% eram mulheres dos chefes de domicílios; 17% os filhos dos mesmos, enquanto 1,2% eram outros familiares ligados ao domicílio. Tais cifras ficam bem melhor de serem compreendidas no raciocínio de Kátia de Queiros Mattoso, pois a historiadora afirma que *o padrinho, o comadre, a madrinha, a comadre, assumem responsabilidades idênticas às dos pais.*<sup>314</sup>

---

<sup>310</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. p. 60.

<sup>311</sup> Ibid., p. 43.

<sup>312</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. p. 101.

<sup>313</sup> Dentre os chefes de domicílios alguns eram mulheres.

<sup>314</sup> MATTOSO, Katia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. p. 132.

**TABELA 6**  
**PADRINHOS E AFILHADOS, 1753 – 1795**

| Padrinhos                    | Expostos |         |
|------------------------------|----------|---------|
|                              | Nº Abs.  | Nº Rel. |
| Casal dono do domicílio      | 5        | 6,1     |
| Chefe do domicílio           | 12       | 14,6    |
| Mulher do chefe do domicílio | 8        | 9,7     |
| Filhos do chefe do domicílio | 14       | 17      |
| Outros familiares            | 1        | 1,2     |
| Outras pessoas               | 36       | 43,9    |
| Padres                       | 3        | 3,6     |
| S.P                          | 3        | 3,6     |

Obs.: S.P = Sem padrinho.

**Fonte:** L. B. F. N. S. A

No entanto, 43,9% dos padrinhos dos enjeitados eram pessoas que, aparentemente, não tinham nenhuma relação familiar com o domicílio receptor. No entanto, os documentos investigados nos permitem entrever que algumas dessas pessoas que foram convidadas pelos colonos que receberam os recém-nascidos para serem padrinhos eram personagens que tinham condições de possibilitar a sobrevivência dos abandonados.<sup>315</sup>

Na visão de Heywood, que corrobora com a opinião de outros pesquisadores, o batismo era um momento de grande importância, principalmente para criança, pois:

<sup>315</sup> Essa questão será trabalhada mais especificamente no próximo sub-capítulo.

*O batismo era um marco importante [...], ao proporcionar-lhe padrinhos e um nome. Em principio, esses padrinhos deveriam supervisionar a vida espiritual da criança, ensinando-lhe o credo e o Pai Nosso, e lhe dando orientação moral geral. Também deveriam oferecer ajuda sempre que necessário, como indicavam os pequenos presentes trazidos ao batismo. Com escolha criteriosa de padrinhos, os pais procuravam fortalecer sua posição entre os parentes, amigos e patronos ou empregados, e ajudar o filho a se estabelecer nessas redes<sup>316</sup>*

Com relação a este primeiro ritual praticado pela Igreja sobre o corpo humano, Marcílio comenta que,

*[...] o meio de ingresso na vida do espírito, a iniciação na vida cristã [...], mas era ainda um meio de se conseguir a vida do corpo. A criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobrevida à primeira e mais difícil fase de sobrevivência.<sup>317</sup>*

Geralmente, os homens e mulheres que eram melhor posicionados na sociedade recolhiam e acolhiam os recém-nascidos enjeitados com a finalidade de aumentar o número de seus agregados e apaniguados, buscando conferir a si estima e status e não vantagens financeiras.<sup>318</sup> Venâncio, refletindo sobre o processo de apadrinhamento dos expostos, filhos de ninguém, mas que se tornavam responsabilidade de alguém, discute que os homens e mulheres que viviam na colônia estavam imersos em uma religiosidade que os aterrorizava com as imagens e possibilidade do fogo do inferno e do purgatório. Sendo assim, os mesmos *viram na caridade uma maneira de purgar os pecados cometidos durante a vida.<sup>319</sup>*

<sup>316</sup> HEYWOOD, Colin. **Uma História da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. p. 73.

<sup>317</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara:** terra e população – Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. p. 202

<sup>318</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. **Norma e conflito:** aspectos da história de Minas no século XVIII. p. 53-54.

<sup>319</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:** assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. p. 25.

Segundo Cascudo, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação eram os padres [...] padrinhos de uma parte da população e compadre da metade restante [...].<sup>320</sup> Entretanto, verificamos que na população de expostos apenas 3,6% foram apadrinhados por sacerdotes. Salientamos ainda que no decorrer da leitura dos Assentos de Batismo os padres também não apareciam freqüentemente como padrinhos da população em geral.

Carlos de Almeida Prado Bacellar comenta que, na vila de Sorocaba, 58% dos padrinhos de expostos eram membros da família que recebia a criança.<sup>321</sup> Em Goitacases 51% dos padrinhos de enjeitados eram pessoas ligadas ao domicílio de recebimento.<sup>322</sup> Enquanto na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como já foi mencionado, 48,6% dos padrinhos de expostos faziam parte da família receptora. O raciocínio de Venâncio sobre a questão do apadrinhamento de crianças fundamenta o entendimento dos números apresentados.

*O apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. Através do compadrio, o enjeitado ingressava na família (...), estabelecendo relações de parentesco espiritual. Para se ter idéia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança.<sup>323</sup>*

Nesse contexto, a reflexão sobre compadrio da historiadora Eliana Goldschmidt, completa a discussão de Venâncio:

<sup>320</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 11.

<sup>321</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX". In: FUKUI, Lia. (Org.). **Segredo de família**. p. 35.

<sup>322</sup> FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. p. 81.

<sup>323</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. "Maternidade negada". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. p. 220.

*Parentesco adquirido com a administração do sacramento do batismo na Igreja Católica, que considerava os vínculos espirituais tão válidos quanto os consanguíneos. Segundo os cânones eclesiais, eram parentes o que batizava e o batizado, seu pai e sua mãe; bem como os padrinhos e o batizado [...].<sup>324</sup>*

Frisamos que, apesar de não ter sido comum os convites para índios e escravos para se tornarem padrinhos de expostos, tais exceções foram presentes na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na qual envolveram a família Cunha.

Às cinco e trinta horas da manhã, na data de 7 de abril de 1776, o colono João da Cunha Dias encontrou abandonado em sua porta um recém-nascido do sexo masculino que ao ser batizado recebeu o nome de Francisco. No entanto, o mais importante dessa questão são as pessoas que foram convidadas para serem pais espirituais da criança: Antônio da Cunha, filho do dono da casa onde ocorreu o abandono, e Ana Maria, filha de Luiz Pereira, índios da vila de Estremoz.<sup>325</sup>

Pouco mais de nove meses depois, na data de 31 de janeiro de 1777, foi abandonado mais um recém-nascido na mesma casa de João da Cunha Dias. O exposto, agora do sexo feminino, foi encontrado ao romper do dia, por Vitória Francisca, mulher de Antônio da Cunha. Também chama a atenção os padrinhos da enjeitada, que foram: Antônio da Cunha, também padrinho de Francisco exposto, e Luiza escrava de João de Sousa Nunes. Isso na data de 26 de fevereiro de 1777, na igreja matriz.<sup>326</sup>

---

<sup>324</sup> GOLDSCHMIDT, Eliana. Compadrio. In: SILVA, M. B. N. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. p. 190.

<sup>325</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVROS: 1770-1777 / F, 127 – Francisco exposto.

<sup>326</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVROS: 1770-1777 / F, 126 – Josefa exposta.

Com tais situações percebemos como as pessoas relacionadas aos dos domicílios receptores se ligavam aos expostos. Mediante à apatia do Estado, foi a sociedade quem socorreu a pequena população de expostos. Isso também fica evidente em outras situações.

Em 23 de novembro de 1763, foi abandonada em casa de João Batista Dias uma menina que foi batizada com o nome de Maria. Teve como seus padrinhos, o próprio João Batista Dias e Ignácia Pereira, filha de João Luis Pereira, que ainda certificaram ao reverendo padre que não tinham batizado a exposta em casa, e jurariam sobre os evangelhos se caso fosse necessário. Observemos que foi o dono do domicílio receptor que apadrinhou a enjeitada, e mais, ela recebe como madrinha a filha do proprietário da escrava que a encontrou, a qual atendia pelo nome de Eva.<sup>327</sup>

Na freguesia, a documentação batismal deixou bastante claro que os colonos dividiram entre si, os “encargos” para manutenção das pequenas vidas abandonadas, sendo os moradores, os benfeitores, e os recém-nascidos abandonados, os assistidos pela misericórdia alheia. Com isso alguns expostos se tornaram verdadeiros fios de uma larga teia de caridade, pois alguns moradores não estavam ligados a eles por um simples acaso.

### **3.1.2 Teias de caridade – o socorro e a inserção na sociedade cristã**

Considerando que o universo religioso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação era católico romano, afirmamos que ação da caridade foi um elemento determinante para o socorro e inserção dos expostos, partindo do princípio que tal atitude estava ligado a um jogo de relações.

Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha apontam que esta ação devia ser considerada como uma magnificência, ou melhor uma categoria da economia moral do dom,

---

<sup>327</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 5v – Maria exposta.

que por sua vez *integrava uma tríade de obrigações: dar, receber e retribuir*<sup>328</sup>. No entanto, no caso da caridade ou magnificência, na primeira situação *designam as atitudes esperadas do pólo dominante da relação*,<sup>329</sup> que na freguesia eram possivelmente representados pelos colonos, homens e mulheres que recolhiam e batizavam os expostos (pólo dominante)<sup>330</sup>.

Lembramos, que Xavier e Hespânia afirmam que a magnificência como segmento da economia moral do dom, era uma ampliação da própria caridade e praticada por *pessoas que desempenham funções sociais que exigem uma especial grandeza (os príncipes e poderosos)*<sup>331</sup>.

Porém, acreditamos que na freguesia o dito segmento da economia moral do dom foi praticado por todos, desde um escravo até a mulher de um Capitão-Mor. Pois, apadrinhar um pequeno enjeitado representava a salvação do mesmo<sup>332</sup> e uma possível chance de sobrevivência caso o padrinho pudesse sustentá-lo.

Para tal inferência, tomamos como base os próprios teóricos anteriormente citados, já que para eles, [...] *benfeitor e o beneficiado [...] eram de natureza diversa e variavam consoante a posição das actores nos vários planos do espaço social [...]*<sup>333</sup>.

A economia moral do dom foi fundamentada na prática do dar, receber e retribuir. Sendo assim, qual seria a retribuição para alguém que tinha misericórdia por um recém-nascido abandonado? Conjecturamos, que a recompensa dos colonos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação seria um ganho simbólico, pois tal retorno só viria após a morte, pois ser padrinho de um exposto ou mesmo de um filho de alguém, talvez contribuísse para que a alma do colono não permanecesse muito tempo no purgatório. Acreditamos também que poderia haver um ganho material, mas somente se o exposto ou exposta chegassem à vida

<sup>328</sup> XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. "As redes clientelares". In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. p. 382-385.

<sup>329</sup> Ibid., Loc cit.

<sup>330</sup> Ibid., Loc cit.

<sup>331</sup> Ibid., p. 385.

<sup>332</sup> DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. p. 34.

<sup>333</sup> XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. Op.cit. p. 382

adulta e contribuíssem de alguma forma para o domicílio de seu benfeitor, que um dia na pia batismal gestou um espaço simbólico para o mesmo.

Para que tal “jogo” de dar, receber e retribuir fosse possível na freguesia, sobretudo na ausência de Roda dos Expostos, os homens e mulheres daquela área de assistência religiosa “teceram” teias de caridade em torno dos recém-nascidos expostos. Vejamos os casos que identificamos na documentação.

Aos 4 de maio de 1761, na capela de Santo Antonio do Potengi foi realizado o batizado de uma menina. Segundo o padre que realizou o sacramento e redigiu o Assento, a mesma seria uma suposta filha bastarda da viúva Maria José que foi esposa do colono Antônio Soares, com o licenciado João José Ferreira, cirurgião da cidade do Natal, natural da cidade do Porto. Possivelmente tais informações sobre a origem da criança devem ter sido passadas pelos próprios padrinhos, já que a pequenina foi abandonada na casa de Dona Tereza de Jesus da Rocha, mulher pobre e natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que a batizou juntamente com o capitão Antonio Vaz de Oliveira, homem casado, recebendo o nome da madrinha Tereza.<sup>334</sup>

Na situação apresentada, três pontos importantes devem ser destacados: o primeiro, é que a pequena Tereza, possivelmente foi conseqüência de relações sexuais consideradas para sociedade da época como ilícitas. Considerando os diminutos espaços de vivências da freguesia, foi fácil para se monitorar a suposta origem de Tereza exposta. Já que, se uma mulher viúva deixa a entender na comunidade que se relacionava com um determinado homem e aparecia grávida e, após alguns meses some a gestação, surgindo um recém-nascido abandonado, deveria parecer evidente para comunidade quem seriam seus genitores.

No entanto, a existência de filhos ilegítimos ou bastardos no espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação não era um indicador para o abandono obrigatório de recém-

---

<sup>334</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1760-1761 / F, 10 – Tereza exposta.

nascidos de uma maneira geral. Arrolamos um índice de 19,8% de filhos ilegítimos, frente a 3,9% de abandonados, demonstrando assim que eram muitos os rebentos frutos de relações tidas como ilegais ou irregulares pela Igreja. De fato, Del Priore, nos informa que *a rotatividade de crianças, sobretudo das tidas fora do matrimônio consagrado pela Igreja, era bastante comum.*<sup>335</sup>

O segundo ponto é que o processo de apadrinhamento da enjeitada Tereza não fugiu da realidade vivida pela pequena população de expostos da freguesia, na qual 48,6% dos enjeitados recebiam algum dos membros do domicílio receptor com padrinho ou benfeitores. Por último, esclarecemos que a viúva não abandonou sua criança recém-nascida no domicílio de Tereza de Jesus da Rocha, por um simples acaso. Mesmo sendo considerada uma mulher pobre na comunidade em que vivia, o domicílio da colona tinha plenas condições de possibilitar a sobrevivência da enjeitada, pois lá poderia existir leite materno ou um possível sentimento de caridade.

Analisando a documentação de óbito da freguesia nos revelou que aproximadamente oito meses antes do aparecimento da exposta, na data de 8 de setembro de 1760, teria morrido Bertoleza, na idade de nove meses *pouco mais ou menos* filha da colona Tereza de Jesus da Rocha.<sup>336</sup> Acreditamos que na posição de madrinha da exposta, e na ausência de uma filha, a dita mulher poderia ter se tornado a ama-de-leite da enjeitada, e nesse caso tenha possibilitado a sobrevivência da recém-nascida, no mundo de tantas precariedades como era a colônia luso-americana. Afirmamos isso, tomando como base os estudos Mattoso, já que:

*O padrinho tem obrigação de dar assistência ao afilhado: ajuda espiritual, sem dúvida, mas também material, e são raros no Brasil os padrinhos que não*

<sup>335</sup> DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. p. 74.

<sup>336</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1760-1765 / F, 7 – Berttoleza (sic).

*levaram a sério suas responsabilidades. Os laços de compadrio são o próprio fundamento da vida de relação.*<sup>337</sup>

Nas terras de Nossa Senhora da Apresentação, o caso de Tereza exposta é singular. Partindo do princípio de que nenhum outro padre que elaborou Assentos de batismo de recém-nascidos expostos na freguesia deixou tão evidente a possível origem da criança que foi abandonada por ser um filho natural. Lembrado que situações similares ocorreram em outras partes da América portuguesa, como o caso relatado por Marcílio:

*Antes de se casar, um jovem casal pertencente à elite de Vila Rica de Ouro Preto teve a filha Justina. Para salvaguardar a honra da família e da mãe da criança, expuseram temporariamente a pequena recém-nascida, que a fez batizar em 21/6/1798, e escolheu para padrinho o alferes José Pereira de Almeida. Pouco tempo depois, os pais se casaram e vieram buscar sua filha de volta, legitimando-a perante o vigário. ‘Justina, inocente’ – registra o padre da matriz do pilar – é filha legítima do capitão João Dias Magalhães Gomes e de sua mulher, Tomásia Francisca de Araújo, pelo matrimônio subsequente (5/12/1798). A honra da mãe ficou preservada com o remédio do casamento, e a pequena exposta teve direito a viver com seus pais.*<sup>338</sup>

Outro ponto que devemos ressaltar, é que a pequena Tereza exposta da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, muito provavelmente não teve o mesmo destino da exposta Justina da Vila Rica, não sendo reclamada pelos seus pais, sendo assim não passando por um processo de legitimação. Pois, em todo o desenvolvimento da pesquisa não encontramos nem se quer uma única situação de legitimação.

<sup>337</sup> MATTOSO, Kátia Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. p. 132.

<sup>338</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. p. 263.

É sabido pelos historiadores que no mundo social da colônia as “atividades” sexuais eram também da esfera pública, como da privada. Sendo assim, [...] *alguns relacionamentos sexuais poderiam ser disfarçados ou, mesmo, omitidos, mas as denúncias demonstram que era comum o conhecimento dos relacionamentos sexuais, principalmente pelos vizinhos, que tornavam públicos.*<sup>339</sup>

Situação semelhante a de Tereza de Jesus da Rocha também viveu a colona Rita Maria dos Santos, que teve abandonado em sua casa um menino branco<sup>340</sup>, que sobreviveu apenas oito dias após chegar no domicílio da mesma, isso na data de 6 de janeiro de 1797, sendo sepultado no solo sagrado da capela do Senhor Bom Jesus da Ribeira, envolto em um hábito azul.<sup>341</sup>

No entanto, a dita Rita Maria dos Santos tinha plenas condições de dar o mínimo de alimento ao exposto que recebeu em “sua porta”, pois a mesma tinha em seu domicílio uma filha recém-nascida, com mais ou menos seis meses de vida, e que faleceu na data de 24 de julho do mesmo ano, com idade de doze meses, sendo sepultada também de hábito azul, e na capela do Senhor Bom Jesus.<sup>342</sup> É evidente que quem buscou a casa da dita colona para enjeitar o recém-nascido, possivelmente procurou a proteção da criança, pois deveria saber da existência de uma mulher que estava amamentando naquele local.

Nos dois casos discutidos anteriormente, podemos claramente inferir que o potencial lactífero dos domicílios receptores era uma possível realidade. Porém, a existência de mulheres que provavelmente pudessem amamentar não explica todo o processo. Consideramos que o ato de Tereza de Jesus da Rocha e Rita Maria dos Santos, terem recolhido os pequenos desvalidos estava diretamente relacionados com a economia moral no segmento da caridade, que possibilitaria a elas um ganho simbólico bem mais certo que o

<sup>339</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** p. 65

<sup>340</sup> São raros na segunda metade do século XVIII na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, os documentos de batismo e óbito que revelavam a cor da pele das crianças.

<sup>341</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 31. v – Jose exposto (sic).

<sup>342</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1788-1802 / F, 36 – Rita.

material, para um dia na vida eterna, nos caminhos que as conduziriam para o céu. Em tais situações Xavier e Hespanha, afirmam

*A caridade cristã apaga deste universo textual as referências clássicas da liberalidade, mas evoca-a como uma alternativa empobrecida e laicizada. S. Tomás de Aquino distingue caridade de liberalidade, sublinhando o facto de que a primeira decorrer mais de uma afeição face a Deus do que face à pessoa que parece ser o destinatário do amor. Esta novidade é importante para a economia do exercício das virtudes e explica a insistências da moral cristã no carácter desinteressado das acções puramente caritativas, nomeadamente no que respeita à sua publicitação.*<sup>343</sup>

Também não foi casualmente que Dona Antonia Maria Soares convidou o capitão Braz Alvarez de Oliveira, homem casado, para apadrinhar um exposto de nome Joaquim, na data de 25 de agosto de 1773 na igreja matriz. O recém-nascido Joaquim foi posto no limiar da casa de Dona Antonia Maria 30 dias antes do batismo.<sup>344</sup> Salientamos que o ato de apadrinhamento do enjeitado pelo militar, estava diretamente relacionado com o sustento do mesmo, se considerarmos as obrigações do pai espiritual.

Declaramos isso por que o capitão era proprietário de uma escrava que atendia pelo nome de Ignácia, e que havia parido uma menina a aproximadamente 95 dias antes do batizado de Joaquim exposto, na data de 20 de maio de 1773.<sup>345</sup> O que indica que a dita Antonia Maria Soares, procurou alguém na comunidade que pudesse oferecer sustento ao enjeitado, pois segundo Julita Scarano:

<sup>343</sup> XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. "As redes clientelares". In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. p. 388.

<sup>344</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770-1777 / F, 57 – Joaquim exposto.

<sup>345</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770-1777 / F, 53 – Guardiana escrava.

*Quando uma escrava paria, se tornava possível a existência de uma ama-de-leite. O aleitamento era tido como importantíssimo, tanto pela Igreja, quanto pelos conceitos médicos da época. Dessa maneira, cativas que dispunham de leite eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de várias categorias.<sup>346</sup>*

Nos mecanismos e desdobramentos da economia moral do dom, Xavier e Hespanha detectaram a existência de um intermediário, tornando uma relação que era diádica em uma relação triárdica. Sendo assim, o intermediário era quem

*[...] detinha um conhecimento alargado dos interesses, dos interessados e dos faltosos, fazendo entrar em contacto uns com os outros, obtendo, assim, fortes dividendos políticos e acrescentando, desse modo, o seu próprio poder pessoal.<sup>347</sup>*

No terceiro caso analisado, que envolveu o exposto Joaquim, podemos classificar o pequeno recém-nascido como o beneficiado; o seu padrinho, o Capitão Braz Alvarez de Oliveira como benfeitor; e por ultimo a Dona Antonia Maria Soares como a intermediária.

Assim, acreditamos e classificamos a colona, não pelo simples fato da mesma ter conhecimento da existência de uma escrava parida na casa do Capitão, mas como uma cristã que detinha o conhecimento que o exposto necessitava do batismo e que sabia que quanto mais fossem os filhos espirituais do Capitão melhor ele estaria construindo o seu caminho para salvação de sua alma. Provavelmente, movido pela caridade e pelo interesse no ganho

---

<sup>346</sup> SCARANO, Julita. "Criança esquecida das Minas Gerais". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. p. 114.

<sup>347</sup> XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, Antônio Manuel. "As redes clientelares". In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. p. 388.

simbólico o Capitão Braz Alvarez de Oliveira apadrinhou o recém-nascido enjeitado. No entanto, não podemos esquecer que todo intermediário também era benfeitor.<sup>348</sup>

Marcilio considera que o componente religioso esteve presente na atitude de muitas pessoas que recolheram de suas soleiras os recém-nascidos expostos. A Igreja desde a Idade Média comentava *do amor ao pobre, e às criancinhas prometendo a salvação futura para os que a praticavam*.<sup>349</sup>

Discutindo esses atos de abandono, podemos nos aproximar um pouco mais desses pequenos protagonistas da história e demonstrar o caso de Lino exposto.<sup>350</sup> O que mais chamou atenção nessa situação, em meio a tantas outras, é que o pequeno enjeitado não recebe como padrinhos os moradores, ou pelo menos o proprietário da casa onde ele foi enjeitado: Lino foi apadrinhado por um casal que provavelmente representava a elite local - o coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e sua mulher Maria Rosa, sendo essa senhora natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, e seu marido, natural da Freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba.

Devemos considerar que o pequeno Lino foi abandonado em casa de uma viúva chamada Rosa Maria Josefa,<sup>351</sup> e que a atitude dela em convidar o casal para padrinhos não foi uma casualidade ou atenta exclusivamente à posição social de Francisco da Costa de Vasconcelos, que era coronel, mas também pela condição de sua esposa Maria Rosa. A documentação revela que o dito casal batizou o seu filho legítimo, na data de 3 de outubro de 1763, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, recebendo o nome de Roque<sup>352</sup> e o pequeno enjeitado foi batizado na data de 18 de dezembro do mesmo ano, na mesma capela.

<sup>348</sup> XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, Antônio Manuel. "As redes clientelares". In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. p. 382.

<sup>349</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. p. 136-137.

<sup>350</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 6.v – Lino exposto.

<sup>351</sup> Mulher rica da freguesia.

<sup>352</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 3 – Roque.

A saber, o pequeno Roque foi batizado pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira e teve como seus padrinhos: o sargento-mor Francisco Machado de Oliveira Barros, morador na mesma freguesia, e Dona Teresa de Gois Vasconcelos. Frisando que a madrinha era viúva do sargento-mor José Dantas, e mesmo residindo na cidade da Paraíba, tornou-se mãe espiritual do menino por meio de uma procuração apresentada por Dona Anna da Costa Teixeira, mulher do capitão Antonio de Gois. As pessoas envolvidas no batizado do filho do casal que foi convidado para apadrinhar Lino exposto servem para ratificar a nossa suspeita sobre a posição de destaque que os mesmos ocupavam naquela comunidade.

Porém, pode ser por outro motivo a escolha da viúva: Lino é abandonado em sua “porta”, mais ou menos 75 dias após a senhora Maria Rosa ter dado à luz, tendo ela plenas condições também de sustentar o exposto com seu leite. Sendo o pequeno Lino filho de pais incógnitos, restava a sua madrinha assumir o lugar de sua genitora, e tornar-se sua ama de leite. Em suma, movidos pela compaixão e pelo sentimento de caridade, os ditos apadrinharam a criança e assim abriram a possibilidade para sua sobrevivência em um ambiente que, segundo Del Priore, era de alta mortalidade infantil.<sup>353</sup>

Devemos lembrar que Dona Maria Rosa era esposa de um militar de alta patente e, como já foi mencionado, acreditamos que o casal era membro da elite local. Sendo assim, é bem possível que a tal senhora não alimentasse com o seu leite nem mesmo o pequeno Roque, seu filho, mas buscasse em algum lugar do espaço da freguesia, uma mulher, fosse livre ou escrava, também em condições de amamentar, para que lhe pudesse prestar os serviços de ama-de-leite, prática essa tão comum entre as mulheres abastadas da sociedade colonial.<sup>354</sup> Analisando cuidadosamente a documentação produzida pelos párocos, foi possível entrever que as relações interpessoais na freguesia não eram das mais simples.

---

<sup>353</sup> DEL PRIORE, Mary. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o Império”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. p. 84 et seq.

<sup>354</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. p. 160.

O batismo de uma escravinha de nome Luzia, filha natural de Januária e de pai desconhecido, é necessariamente o grande filão dessa história,<sup>355</sup> pois, tanto Januária como sua filha, eram propriedades da viúva Rosa Maria Josefa. Luiza foi batizada na mesma capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, espaço religioso onde também receberam os sacramentos Roque e Lino, isso na data de 30 de outubro do mesmo ano, 1763. Também foram seus padrinhos o coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e a senhora Dona Maria Rosa.

As coisas tornam-se bem mais claras, para não dizer evidentes. A pessoa ou as pessoas que tiveram a iniciativa de abandonar o pequeno recém-nascido na “soleira” da dita viúva, deveriam de ter conhecimento em maior ou menor grau, da existência de uma escrava parida naquele domicílio que supostamente viria a ser uma ama-de-leite em potencial do mesmo, caso a viúva Rosa Maria Josefa o apadrinhasse. Sendo assim, a presença de leite humano na residência deve de ter motivado os pais do pequeno desvalido a deixá-lo naquela casa, furtivamente durante a noite.

Outro indicativo importante a ser considerado é a relação que havia entre a viúva e o casal que em um curto espaço de tempo, de mais ou menos 50 dias, se tornou padrinho de duas crianças de uma mesma casa. Destacamos que as crianças não eram filhos legítimos do domicílio, sendo um escravo e outro exposto. No entanto, podemos conjecturar que os laços de compadrios estabelecidos pela senhora Rosa Maria podem ter “garantido” o alimento necessário para o enjeitado, pois, a mulher do coronel era comadre de Januária, escrava da viúva, e mãe espiritual de Lino. Percebemos que o recém-nascido estava envolvido em uma teia de relações.

Assim, podemos acreditar que a própria cativa Januária, apresentava certa relação de parentesco espiritual com Lino, via seus compadres, garantindo para o exposto o mínimo para

---

<sup>355</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 5 – Lusía escrava (sic).

sua existência, o leite. Sobretudo, não descartamos a possibilidade que a mesma cativa também fosse a ama-de-leite do pequeno Roque, filho do casal em questão, apesar da documentação não nos permitir confirmar tal suspeita.

Porém, nem a provável “boa condição financeira” do padrinho do pequeno Lino, nem a possibilidade de amamentação pela sua suposta ama Januária e muito menos a coincidência de sua madrinha poder sustentá-lo com o seu próprio leite, puderam salvar a vida do pequeno enjeitado, pois, dois meses depois de seu batismo, ele teve o mesmo destino de muitos recém-nascidos do mundo colonial português: a morte. No entanto, foi sepultado na mesma capela onde foi batizado, fechando seu curto ciclo de vida, envolto em uma mortalha azul.<sup>356</sup>

Acreditamos que a atitude do coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e sua mulher, a senhora Maria Rosa, estava totalmente fundamentada no princípio da caridade e da misericórdia. Pois, *a caridade [...] era obrigação mais forte (e mais dificilmente), cujo não cumprimento podia conduzir a pecado mortal [...]*.<sup>357</sup>

Podemos também exemplificar com um outro caso. Aos 6 de novembro do ano 1768 na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, nasceu Leandro, filho natural de Angela e de pai incógnito, todos escravos de Dona Isabel Rodrigues Santiago, sendo o pequeno cativo batizado na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá pelo padre João Tavares da Fonseca.<sup>358</sup> A partir daquela data, o domicílio que era proprietário da escrava parida teria grandes possibilidades de receber um recém-nascido enjeitado, já que existia leite humano e um sentimento de caridade que estava internalizado na comunidade católica da freguesia, que tinha na prática do recolhimento, apadrinhamento e acolhimento dos expostos uma forma notória de praticar sua caridade e construir a salvação de suas almas.

<sup>356</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1762-1765 / F, 11v – Lino exposto.

<sup>357</sup> XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. p. 388.

<sup>358</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 31v – Leandro escravo.

Assim seis meses e onze dias depois do nascimento de Leandro escravo, na data de 17 de maio de 1769 foi depositado na “porta da casa” de Dona Isabel Rodrigues Santiago um exposto do sexo feminino, encontrado por volta da meia-noite por uma escrava do domicílio que atendia pelo nome de Francisca. A exposta foi batizada subcondições na mesma capela que o pequeno cativo, um dia após de sido abandonada, e recebeu o nome de Igrave, e sendo seus padrinhos Joaquim de Moraes Navarro, homem casado, e Dona Isabel Rodrigues, filha da dona da casa.<sup>359</sup> Supomos que quem abandonou a pequena Igrave naquele domicílio sabia da cativa que amamentava e, buscou proteger a rebenta, possibilitando que a filha da dona da casa apadrinhasse a exposta, praticando uma boa ação, uma atitude de caridade.

A existência e notícia de uma escrava prenha, prestes a parir na casa de João da Silva, no ano de 1776, precisamente no mês de março, foi o ponto fundamental para se constituir uma teia de caridade em torno de um pequeno exposto.<sup>360</sup> Desta maneira em 3 de março foi exposto no domicílio de João da Silva um menino recém-nascido, que foi prontamente batizado no dia 4 de março<sup>361</sup>, tendo o próprio dono da casa como padrinho e uma mulher solteira como madrinha, por nome Luisa Duarte.<sup>362</sup> Deve-se considerar que a escrava de João da Silva pariu 20 dias depois do exposto ter sido colocado na “porta da casa”.

Assim, constituiu-se uma teia invisível de boas ações tecida com fios de misericórdia, gestando para o miserável abandonado um espaço simbólico na comunidade católica da freguesia, pois como outros, o dono do domicílio apadrinou o recém-nascido enjeitado, dando a ele uma sobrevivência espiritual, a salvação da alma, e, como padrinho, possivelmente disponibilizou o leite de sua cativa, como elemento para sobrevivência material.

---

<sup>359</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 19v – Igrave exposta.

<sup>360</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770-1777 / F, 109 – Luis escravo.

<sup>361</sup> O documento não trazia registro do local de batismo.

<sup>362</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1770-1777 / F, 108v – Joam exposto.

Assim, se estabeleceu o “jogo” da economia moral do dom, no aspecto da magnificência, pois João da Silva dá ao exposto o batismo, seu próprio nome - o menino era João, uma madrinha e provavelmente leite. Já o pequeno João exposto recebeu a salvação e o possível sustento de seu padrinho. Dessa forma, a retribuição que consolidaria o “jogo” de “dar, receber e retribuir” viria a longo prazo para João da Silva, pois o retorno viria de Deus, no processo de boas ações para salvação de sua própria alma.

A morte de um recém-nascido livre ou escravo, também foi um elemento indicador para transformar uma determinada casa em domicílio receptor e organizador de uma teia de caridade. Vejamos,

*Aos vinte de janeyro, digo de fevereyro de mil settecentos, e secenta e sinco faleceo da vida presente hua criança filha de hua escrava de Damisia da Sylva bautizada no mesmo dia em casa por Francisco meo escravo; foi sepultada no adro desta Matrix em volto em habito branco, e encommendada pelo padre coadjutor João Thavares da Fonceca, do que fis este assento, em que por verdade me assignei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigario do Rio grande<sup>363</sup>*

Era notório, portanto, que na casa de Damasia da Silva, havia uma cativa com potencial de amamentar, pois o pequeno escravo morreu no mesmo dia em que nasceu, sendo batizado pelo escravo do padre Pantaleão da Costa de Araújo como revela o documento. Sendo dessa forma, na data de 10 de março de 1765, mais ou menos 20 dias depois da morte do escravo recém-nascido, foi abandonada na soleira do domicílio da mesma Damasia da Silva uma criança.<sup>364</sup> Mais uma vez era uma muito provável que as pessoas que compunham a comunidade da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação soubessem da escrava parida de

<sup>363</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1762-1765 / F, 20 – Uma criança escrava.

<sup>364</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1762-1765 / F, 20 – Uma criança exposta.

Damasia da Silva, sobretudo que sua criança tinha morrido. A partir disso algum casal, ou mesmo uma mãe solteira, viu no domicílio uma possibilidade de proteger o rebento.

Porém, o recém-nascido chegou ao domicílio de Damasia da Silva possivelmente em péssimas condições de saúde, já que foi batizada em casa por Maria José, filha de Damasia. A intenção das pessoas ou pessoa que deixara o recém-nascido naquela porta não se consolidou, pois a criança morreu no mesmo dia: foi batizada, mas não recebeu um nome, sendo sepultada com uma mortalha azul na igreja matriz. No entanto, em um curto período de tempo, foi possível constituir o “jogo” da economia moral, quando Maria José, filha de Damasia deu o primeiro e último sacramento da vida daquele exposto, acreditando em uma retribuição divina em um longo espaço de tempo, que viria na vida eterna.

Essa “circulação de crianças”, especificada na figura dos expostos e ainda mais em situações em que eles representaram verdadeiros elos sociais, que em um contexto maior compuseram infinitas teias de caridade, ficou patente no caso de um recém-nascido que foi abandonado em casa de Francisco Pinheiro,<sup>365</sup> pois *a freguesia era uma família onde todos os membros estavam ligados.*<sup>366</sup> O interessante nesse caso, é que o colono recebeu o enjeitado em seu domicílio portando um bilhete que o responsabilizava de entregar a criança na casa do capitão-mor Francisco Nogueira. Dessa forma, o exposto foi entregue na data de 19 de junho de 1769, conforme pedia o bilhete.

No entanto, o enjeitado só foi batizado um mês após a entrega, na data de 24 de julho do mesmo ano, capela do Jundiaí, seguindo o que era prática corrente entre os colonos daquele espaço, em que na maioria das vezes o pequeno abandonado era apadrinhado por alguém do domicílio que o recebia. Sendo assim, o mesmo recebeu o nome de Antônio e foram seus padrinhos: João Rodrigues Sexas, homem casado, e Dona Ignes Maria de Araújo, mulher do capitão-mor Francisco Nogueira. Não sabemos o motivo que conduziu os pais, ou

<sup>365</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 21v – Antonio exposto.

<sup>366</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. p. 12.

mesmo a mãe, do pequeno enjeitado, em transformar Francisco Pinheiro em um intermediário no ato do abandono. Porém, sabemos o porquê do bilhete destinar o recém-nascido para tal domicílio, pois uma escrava estava para parir:

*Bento filho de Teresa e de pay incognito escrava do capitam-mor Francisco Nogueira neto por parte materna de Luis de Miranda, e sua mulher Maria escravos do capitam Jose Dantas Correa nasceo aos vinte e sete de Julho do anno de mil setecentos e secenta e nove e foi batizado com os santos oleos de licença minha na capela do jundiahi desta freguesia pelo padre Joam Tavares da Fonceca aos seis de Agosto do dito anno: foram seos padrinhos Francisco Delgado, e sua mulher Anna Soares Correa, de que mandey fazer este assento, em que me asiney. Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio Grande.<sup>367</sup>  
(Grifo nosso)*

No período em que o pequeno Antônio foi abandonado e entregue no domicílio do capitão-mor, levou ainda entorno de mais de 30 dias para que sua escrava viesse a parir e a gerar o leite que possibilitaria a sobrevivência do exposto, já que o mesmo era afilhado da esposa do homem que ocupava um dos mais importantes cargos da administração da capitania. Provavelmente, deveria ser de conhecimento quase que geral da comunidade que o capitão-mor tinha em sua posse uma cativa bem próxima a parir, tornando assim o seu domicílio uma localidade bastante atrativa para aqueles colonos os quais por algum motivo viram na prática do abandono uma das formas de buscar proteção para seus filhos, possibilitando também que pessoas como a mulher do capitão-mor e o padrinho do exposto, o senhor João Rodrigues Sexas, praticassem a caridade.

Identificamos outras situações de teias de caridade em que não foi possível detectar a presença de cativas em condição de amamentar. Como foi na casa do Tenente Coronel Feliz

<sup>367</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 22 – Bento escravo.

Barbosa Tinoco, natural da Vila de Santo Antonio do Recife, que teve um enjeitado posto no “batente de sua porta” na data de 22 de Agosto de 1765, encontrado das três para as quatro horas da manhã, sendo batizado aos 12 de setembro do mesmo ano na capela de Santo Antônio do Potengi, recebendo o mesmo nome do santo da capela, Antônio. Foram seus padrinhos, o próprio tenente coronel, chefe do domicílio, e sua mulher Antônia Maria da Conceição, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como já foi discutido, agora o exposto passou a ser filho espiritual dos donos da casa onde ele foi abandonado, gestando laços de familiaridade com o casal.<sup>368</sup>

Como foi dito, não encontramos leite escravo envolvido no caso, mas a própria madrinha de Antônio exposto, a esposa do Tenente Coronel, a senhora Antônia Maria da Conceição havia dado a luz a um menino, apenas 17 dias antes do exposto chegar a casa deles, na data de 5 de agosto de 1765. O casal batizou o filho na mesma capela que batizou posteriormente o exposto, dando a ele o mesmo nome do pai, Felis.<sup>369</sup> Chamamos atenção que o caso em específico envolve um casal da elite, não sabemos se a madrinha de Antonio exposto o amamentou, por ser uma mulher da elite, mas acreditamos que a existência do recém-nascido Felis e conseqüentemente o potencial leite de sua mãe atraiu o exposto. Deixado bem evidente a busca pela proteção, em três pontos: um domicílio, um casal e presença de leite humano. Mas indiferente da senhora Antônia Maria da Conceição ter amamentado ou não o Antônio exposto, possibilitando sua sobrevivência, foi amparo pela teia de fios invisíveis que os membros da elite deram ao enjeitado o batismo e a ele a salvação. O retorno do casal viria ao longo do tempo ou na outra vida.

Sendo dessa maneira, se aproximamos bem a lente da crítica histórica nesses casos, termos a certeza da existência de uma prática informal de acolhimento familiar, em que não tivemos envolvimento nem do Estado nem da Igreja, na qual os próprios colonos da freguesia

---

<sup>368</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1765-1766 / F, 3 – Antonio exposto.

<sup>369</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 24 – Felis.

assumiam e dividiam a responsabilidade sobre os enjeitados. Divisão de responsabilidade essa que proporcionou inicialmente a construção de um espaço simbólico para os pequenos desvalidos no ato do apadrinhamento, representado pelas teias de caridade fundamentadas na economia moral do dom, proporcionando que uma parcela da minúscula população de expostos chegasse à idade adulta.

### 3.2. Os que driblaram a morte

Pela ausência de uma Santa Casa de Misericórdia nas terras da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não dispomos de documentos que revelem a “marcha” dos expostos dentro da freguesia em seu processo de crescimento, quando os recém-nascidos abandonados deixavam de serem meninos para se tornarem pequenos rapazes e as expostas tornando-se pequenas moças.

Porém, em regiões bem diferentes da freguesia estudada por nós, as Santas Casas da Misericórdia não conseguiam cuidar de todas as crianças que retornavam após o período de sete anos de criação, que era realizada em casa de mulheres que eram pagas pelas Misericórdias. Como eram pouquíssimas as amas-criadeiras que aceitavam continuar com os enjeitados após esse tempo, por que deveriam fazê-lo sem receber nenhum subsídio, os expostos acabavam sem ter para onde ir. E, sem destino certo, os pequenos desvalidos terminavam [...] *perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos.*<sup>370</sup>

Diante dessa realidade, as Santas Casas ainda buscavam famílias que pudessem receber os expostos como aprendizes, no caso dos meninos, para ofícios ou ocupações como

---

<sup>370</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil”. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. p. 75.

ferreiro, sapateiro, caixeiro, etc. Salientado que nestas casas os expostos representavam uma mão-de-obra complementar, já que lá desenvolviam atividades domésticas, sem que os chefes dos domicílios tivessem obrigação de pagá-los. Para Venâncio, tais práticas chegavam a se confundir com a escravidão.<sup>371</sup> Não que alguns expostos, nos centros urbanos coloniais, não tenham sido vendidos como verdadeiros escravos por suas amas, mulheres que se articulavam em uma espécie de “contrabando de crianças”.<sup>372</sup> Outra possibilidade para os meninos enjeitados seria o encaminhamento para as Companhias de Aprendizes de Marinheiro, ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra, pois

*A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Daí instalarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha, a maioria delas ‘comia terra’ e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais.*<sup>373</sup>

Diane Valdez, concorda plenamente com Marcílio quanto aos projetos de proteção às crianças desvalidas de sexo masculino, que estavam basicamente fundamentados na pedagogia militar. De fato a historiadora confirma, *obedecendo a uma disciplina rígida, os meninos se viam em uma dura rotina de revista, marchas, aulas, oficinas, rezas e de*

<sup>371</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. p. 147.

<sup>372</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). p. 215-233.

<sup>373</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil”. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. p. 76.

*punições, à menor falta cometida.*<sup>374</sup> Era a sociedade colonial urbana criando espaços para os filhos de ninguém.

A capacitação da criança desvalida para o mundo do trabalho, teoricamente tem seu princípio quando São Basílio e São Pacômio redigem as normas dos mosteiros do oriente: dentre as normas estava um conselho de que deveria criar desde muito pequenas as crianças desvalidas, desprovidas de pai e mãe, ensinando-lhes uma profissão de acordo com aptidões.<sup>375</sup>

Venâncio, aponta outro caminho para os expostos de sexo masculino que se tornavam adultos: a carreira eclesiástica.

*Se durante a infância eles eram vistos como filhos do pecado, tudo se modificava quando conseguiam ser admitidos nos seminários. O sacerdócio os “purificava” socialmente, além de abrir possibilidades de ascensão social, seja na burocracia eclesiástica, seja na atividade política, como foi comum entre o clero do Império.*<sup>376</sup>

Paulo César Garcez Martins, corrobora com as pesquisas de Venâncio e nos revela que o padre Diogo Feijó, regente do Império brasileiro, foi batizado como exposto e declarado de pais incógnitos.<sup>377</sup> Miriam Dolhnikoff, realiza um comentário mais amplo sobre o ilustre enjeitado, exposto em uma porta domiciliar como tantos outros anônimos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação:

<sup>374</sup> VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX.** p. 20.

<sup>375</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** p. 50.

<sup>376</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX.** p. 147.

<sup>377</sup> MARTINS, Paulo César Garcez. “Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, século XVIII e XIX”. In: FUKUI, Lia. (Org.). **Segredos de família.** p. 55.

*Diogo Antônio Feijó, [...] nasceu em 1784 como filho ilegítimo de uma rica família paulista, os Camargos. Esta é a hipótese mais aceita pelos historiadores para uma origem não identificada, já que o recém-nascido foi abandonado por uma mãe provavelmente solteira que, para fugir à desonra, deixou a criança na porta da própria casa, de modo a criá-lo sem expor à condenação pública.<sup>378</sup>*

Nadalín, completa a discussão afirmando que [...] *existem evidências de que, entre as famílias de elite, parece ter sido relativamente comum o recurso à exposição de uma criança nascida fora do matrimônio.<sup>379</sup>* Faria também concorda que o abandono de uma criança significava manter a estabilidade familiar, a estabilidade da moral, [...] *para os mais ricos, esconder filhos naturais ou adulterinos poderia significar manter a herança dentro da legalidade e da moral católica.<sup>380</sup>*

Retornando a discussão sobre os pequenos trabalhadores, os chefes dos domicílios foram denominados de locatários. Recolhiam ou admitiam as crianças em suas casas a partir dos sete anos de idade quando ocorria, o retorno do exposto para Santa Casa para a criação do desvalido.

Com relação às meninas, os Irmãos da Misericórdia eram mais cuidadosos ao enviar as mesmas aos locatários. Criaram certas cláusulas para que as enjeitadas pudessem ir para tais criações, como: permanecer com a exposta durante todo período que falta para sua maioridade; a exposta deveria ficar sobre o poder do locatário, sem que ele pudesse transferi-la de domicílio; deveria ser pago à enjeitada um “salário”, da qual só poderia haver descontos

<sup>378</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. “Feijó, um liberal do século XIX”. **Nossa História**. p. 72.

<sup>379</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. p. 105.

<sup>380</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. p. 71.

caso a menina estivesse doente; também estava a cargo dos irmãos da Misericórdia regular os castigos que possivelmente seriam imposto a pobres meninas.<sup>381</sup>

Tal como o trabalho, o casamento com um homem também era um dos caminhos possíveis para o futuro de uma menina que fora enjeitada, por seus genitores na Roda e, por sua vez fora criada com apoio da Santa Casa de Misericórdia. Dessa maneira Venâncio comenta:

*[...] Os arquivos das Santas Casas conservam um ou outro ofício de pedido de casamento. Alguns deles eram encaminhados diretamente à administração do recolhimento; homens solteiros ou viúvos solicitavam que fosse indicada uma jovem disposta a se casar, mencionado apenas a cor e a idade que deveriam ter, [...]. Nos primeiros tempos, poucas meninas da Roda podiam desfrutar dessa chance.<sup>382</sup>*

Também foi possível identificar nas terras da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação a existência de alguns poucos adultos que foram abandonados quando recém-nascidos e driblaram a morte. No entanto, as informações obtidas sobre o pequeno conjunto de expostos-adultos que viviam na freguesia foram extremamente precárias e rarefeitas, principalmente pelo próprio conteúdo das fontes investigadas, Assentos de batismo e óbito pois, na concepção de Linhares, *[...]o limite do historiador é imposto pela documentação [...]³⁸³*, sobretudo por que a fonte *[...]não é objeto, mas meio de conhecimento[...]³⁸⁴*, que deve ser cuidadosamente tratado e analisado do ponto de vista da crítica.<sup>385</sup>

<sup>381</sup>VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:** assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. p. 143-144.

<sup>382</sup>Ibid., p. 146.

<sup>383</sup>LINHARES, Maria Yedda Leite, SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira:** combates e controvérsias. p. 74.

A documentação nos oferece poucos dados sobre esse protagonista da história, como: a localidade de onde eles eram originados; a condição de seus filhos, legítimos ou naturais; os seus gêneros e também o local de seus respectivos abandonos quando crianças, na condição de recém-nascidos.

O conjunto desses adultos, em um período de praticamente de 50 anos, na região da freguesia, não é significativo, como já mencionamos, pois em números absolutos eles correspondiam a 20 pessoas.

No relativo à origem dos expostos que conseguiram se projetar para uma vida adulta, podemos revelar que eles eram na maioria naturais da freguesia. Representados por uma cifra de 12 indivíduos (60%), enquanto arrolamos uma relação na qual seis desses enjeitados (30%), eram vindos de outras freguesias. Com relação a dois deles (10%) a documentação não apresentou suas naturalidades.

A documentação nos informa que 70% dos expostos adultos foram abandonados nas portas de domicílios, não fazendo nenhuma referência ao local onde os outros 30% foram deixados. Nota-se que o modelo de abandono seguia predominantemente o caráter de proteção, se equiparando à própria maneira de abandonar dos muitos genitores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que deixaram os seus filhos recém-nascidos pelas muitas “portas residenciais” da região, projetando os mesmo nas teias de caridade que socorriam e geravam espaços simbólicos de inserção social.

O mais curioso é a razão de sexo desses expostos-adultos que, ao ser calculada, mostrou-se extremamente equilibrada, na qual eram 10 homens (50%) e 10 mulheres (50%). Devemos frisar que tal aspecto equânime dos números da razão de sexo se aproxima do índice identificado por Barcellar, para vila de Sorocaba.

---

<sup>384</sup> RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. p. 234.

<sup>385</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. p. 91.

Saindo um pouco da discussão numérica e aproximando-se um pouco desses adultos que tiveram suas origens na prática do abandono, podemos destacar o caso do único exposto-adulto identificado nos documentos de óbito. O colono que tinha por nome José exposto faleceu em 1761, com idade de 68 anos, segundo constava em seu registro de enterramento. Ele deve ter vivido possivelmente toda a sua vida na freguesia, já que foi sepultado na capela do Senhor Santo Antonio do Potengi, envolto em mortalha de pano branco e na condição de homem solteiro, pois não existia menção a cônjuge algum.<sup>386</sup>

Houve momentos do cotidiano da freguesia na qual certo exposto-adulto se tornou compadre da uma colona, Maria de Oliveira, que era mestiça, solteira, e dizia não saber quem seria o pai de sua filha.<sup>387</sup> Nesse contexto de ilegitimidade, Vitória Gomes, que um dia fora abandonada em casa de Dona Nareuza, batizou sua filha Caetana, como sendo filha natural, na capela de São Gonçalo, na data de 04 de agosto de 1788.<sup>388</sup> Percebamos que o exposto-adulto, tal como Vitoria Gomes também exposta, repassam o dom que um dia receberam, o batismo, dando continuidade às longas teias de caridade.

No entanto, durante a segunda metade do século XVIII tivemos enjeitados que se tornaram adultos, homens e mulheres, e como outros colonos viveram seus dias superando as dificuldades do mundo colonial e perpetuando suas famílias. Como acreditamos ter sido esse o caminho de Francisco Xavier dos Santos, que foi pai dos recém-nascidos, José<sup>389</sup> e Sebastiana.<sup>390</sup> Ambos receberam os santos óleos também na capela de São Gonçalo.

Assim, casos comuns como esses vão se sucedendo no dia-a-dia da freguesia, como ocorreu com o exposto Luciano Ferreira da Costa, que foi pai de dois filhos legítimos: um não

---

<sup>386</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1760-1765 / F, 20v – José exposto.

<sup>387</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755-1757 / F, 22v – Ignacia.

<sup>388</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 18v – Caetana.

<sup>389</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1765-1766 / F, 6v – Jose (sic).

<sup>390</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 5 – Sebastiana (sic).

foi possível saber o nome, mas era um menino,<sup>391</sup> sendo o outro também de sexo masculino, recebendo o nome de Antônio.<sup>392</sup>

Mencionamos que o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não só acolheu seus expostos, independentemente da idade, mas inclusive aqueles que foram enjeitados longe dali. Uma situação dessas foi a de Ana de Mello, exposta na ribeira do Capibaribe, e que pariu Antonio, filho legítimo, nas terras da Apresentação, capitania do Rio Grande do Norte.<sup>393</sup>

### 3.2.1 Uma madrinha exposta e o caso de Domingo João Campos

Representando uma parcela diminuta da comunidade estudada, os ditos expostos-adultos chegaram a ocupar algumas posições de destaque na sociedade. Mesmo que tal status esteja relacionado às suas vidas privadas, mas tomavam forma na vida pública de cada um deles.<sup>394</sup> Status esse que se relacionava com os ritos espirituais e temporais, nos quais se configuraram em um corriqueiro ato de apadrinhar uma criança, até a realização de um matrimônio com um personagem tido como importante na comunidade.

Para consubstanciar esse raciocínio, tomamos Ronaldo Vainfas que considera que o cotidiano liga-se às estruturas e ao social global, contudo, a vida privada se ligaria à domesticidade e a familiaridade. Vainfas ainda esclarece que não existem motivos para pensá-

---

<sup>391</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1760-1761 / F, 6 – Anônimo.

<sup>392</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1761-1763 / F, 16 – Antonio.

<sup>393</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 3 – Antonio.

<sup>394</sup> DEL PRIORE, Mary. "Ritos da vida privada". In: NOVAIS, Fernando. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** p. 275 et seq.

los de maneiras excludentes, *uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade.*<sup>395</sup>

Todavia, Mello e Souza, escrevendo conjuntamente com Novais, realiza uma verdadeira ampliação da linha de pensamento de Vainfas, quando afirma que *cotidiano e vida privada assumem contornos específicos em situações históricas específicas*. Evidenciando que a diferença entre o espaço público e o privado vai além dos limites da familiaridade, já que *o âmbito privado deve ser associado ao indivíduo e simultaneamente oposto ao âmbito público onde se espraia o estado*. Sendo assim, ainda complementa que, *no mundo pré-capitalista, e na ausência de um estado definido, os contornos entre cotidiano e vida privada se esfumaçariam.*<sup>396</sup>

Retomando a discussão sobre os expostos-adultos que se destacaram em meio aos seus pares na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, podemos tecer alguns comentários. O primeiro, está relacionado a uma enjeitada que respondia pelo nome de Maria do Ó que, quando recém-nascida, foi exposta na “soleira da porta” da casa do colono Manuel de Souza.

Quase nada sabemos sobre esta exposta, tal como pouquíssimo se sabe sobre outros expostos-adultos que foram detectados em outras pesquisas executadas em outros espaços. O que tornou a até então anônima Maria do Ó em um elemento importante para nossa pesquisa, foram os convites que a mesma recebera, quase que “sucessivamente” para ser madrinha, ou seja, mãe espiritual de três meninos recém-nascidos, a saber: Domingos; Manuel e Pedro.

Não pudemos descobrir que tipo de posição social ocupava o “pai adotivo” da enjeitada, na comunidade, mas, não podemos esquecer que a sociedade colonial,

<sup>395</sup> VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**. p. 14.

<sup>396</sup> MELLO E SOUZA, Laura de, NOVAIS, Fernando. A. “Comentário IV”. In: VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**. p. 64-65.

independentemente da localidade, era bastante hierarquizada.<sup>397</sup> Sabemos que ele aparece como padrinho em dois dos três batizados. Porém, se a importância estivesse necessariamente nele, por que não ter sido sua esposa a madrinha das crianças, no lugar da exposta?

Na data de 25 de agosto de 1754, foi batizado, com licença do reverendo Vigário Doutor Manuel Correa Gomes, Domingos, filho legítimo do casal de colonos Pedro Correa e Eufrasia, na capela de Nossa Senhora do Ó de Mipibú, onde [...] foram padrinhos Manuel de Sousa, e sua emgeitada Maria do O.<sup>398</sup> Ora, é claramente perceptível que a madrinha de Domingos tinha o mesmo nome da santa da capela. É possível que a exposta tenha recebido esse nome por devoção de seu “pai adotivo” e, quem sabe, ela até fosse afilhada da santa.<sup>399</sup>

No entanto, em um intervalo de tempo de mais ou menos três meses e 20 dias, na data de 15 de dezembro do mesmo ano de 1754, e na mesma capela de Nossa Senhora do Ó de Mipibú, a exposta Maria do Ó, surgiu em companhia de seu “pai de criação”, ambos tornando-se compadres dos colonos Diogo Ferreira e de Maria Gomes. Dessa forma, a enjeitada e Manuel de Souza mais uma vez se tornaram familiares espirituais de um pequeno e futuro vassalo do rei de Portugal, o qual na pia de batismo recebeu, o nome de Manuel, o mesmo nome de seu padrinho.<sup>400</sup>

Neste contexto, a exposta Maria do Ó seguiu o seu caminho tornando-se mãe espiritual daqueles que seriam os novos colonos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, tanto que:

<sup>397</sup> FERLINI, Vera Lucia do Amaral. “Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. p. 21 et seq.

<sup>398</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1753-1755 / F, 15. v – Domingos.

<sup>399</sup> Torna-se afilhado de um santo católico, era uma prática relativamente comum na América portuguesa. Cf. VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás**: séculos XVIII e XIX. p. 22.

<sup>400</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1753-1755 / F, 21. v – Manuel.

*Aos Vinte e dois de setembro de mil e settecentos e Sincoenta e Sinco de licença do Reverendo Vigario o Doutor Manuel Correa Gomes na Cappela de Nossa senhora do O de Mipibû baptisou e pos os Santos oleos o Reverendo Padre Antonio de Araujo e Sousa a **Pedro** filho de Nasario Pinto, e de sua mulher Feliciana Gomes **forão padrinhos Manuel Raposo da Camara e Maria do O exposta em casa de Manuel de Sousa Gomes de que mandou lançar este aSento o Muyto Reverendo Senhor Doutor Vesitador que abaycho asignou**". Marcos Soares de Oliveira / Visitador.<sup>401</sup> (Grifo nosso)*

Acreditamos claramente que os convites dos moradores daquela freguesia para que a exposta fosse madrinha de seus filhos materializava a construção de um espaço simbólico: a sociedade que a tinha enjeitado, agora a absorvia e colocava a mesma em uma posição de destaque, ela era madrinha mãe espiritual de três recém-nascidos. É importante perceber que a exposta Maria do Ó, passou a frente o dom ou dádiva que recebera, o batismo, não deixando se romper os fios da teia de caridade e, sobretudo, construindo seu caminho de boas ações. Já que *a salvação da alma dependia, portanto, de não se romper com a corrente infinita de dádivas que se movimentava verticalmente (Deus-homens) e horizontalmente (entre os homens)*.<sup>402</sup>

Por outro lado, temos o caso de outra enjeitada que ocupou muito claramente uma posição de destaque na freguesia, já que a mesma foi casada com o Alferes Domingos João Campos, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Campo, Bispado de Viseu. Além disso, a exposta, que atendia pelo nome de Dona Rosa Maria de Mendonça, tinha sido quando recém-nascida, abandonada em casa do Sargento-mor Mario de Crasto Rocha.<sup>403</sup>

Consideramos que a expressão *Dona* que antecedia o nome da exposta no Assento de

<sup>401</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1755-1757 / F, 7. v – Pedro.

<sup>402</sup> GANDELMAN, Luciana. "As mercês são cadeias que não se rompem: liberdade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português". In: SOIHET, Rachel. Et al. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. p. 114.

<sup>403</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1765-1766 / F, 8 – Bernardo.

batismo, era um sinal de sua diferença quando comparada a outras enjeitadas da freguesia. Pois, [...] *supõe-se que essa designação revelava um status social e somente era empregado às mulheres pertencente à elite local. Em outras palavras, mulheres que descendiam de famílias, cujo homens (maridos ou pais) haviam se destacado na sociedade [...]*<sup>404</sup>

Nota-se que o destaque da dita exposta-adulta na sociedade local, a construção de seu espaço simbólico, advinha principalmente do seu matrimônio, pois o seu marido era detentor de uma patente militar que, desde o ano de 1739, concedia-se apenas a homens que fossem moradores de comunidades com mais de cem habitantes.<sup>405</sup> Destacando que o marido da exposta também era proprietário de escravo.

*Aos vinte, e oito de Setembro de mil Settecentos, e Secenta, e quatro de licenca minha na capella de Nossa Senhora da Conceição do jundiahi bautizou e pos os Sanctos Oleos o Padre Jozé Rodrigues Ferreyra a Manoel **filho de Domingo Pinto escravo do Alferes Domingo João Campos**, e de Izabel de Moraes Sua mulher forra, e naturais desta freguezia, cujo dia do nascimento, e Avos não expresso por não vir declarado na certidão. Forão padrinhos Antonio Pinto crioulo forro, e Anna Dinis de Penha escrava, que foi do Capitão Francisco de Denis, do que fis este assento, em que por verdade me assinei”.*  
*Pantaleão da Costa Araújo / Vigário do Rio grande.*<sup>406</sup> (Grifo nosso)

Ora, tudo indica que Dona Rosa Maria de Mendonça fosse, juntamente com seu esposo, moradora em uma propriedade rural, pois, os seus três filhos, dos quais se tem notícia

<sup>404</sup> PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. p. 82.

<sup>405</sup> SALGADO, Graça. (Coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. p. 314.

<sup>406</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 18 – Manoel escravo.

na documentação, foram todos batizados com os santos óleos na capela de Nossa Senhora do Jundiá. Eram eles: Bernardo<sup>407</sup>; Lourenio<sup>408</sup> e Patricio.<sup>409</sup>

Sobretudo, o que mais chamou atenção foram as atitudes tomadas pelos familiares da nossa exposta-adulta, mediante a outros enjeitados da freguesia. Na data de 30 de novembro de 1768, às dez horas da noite, foi encontrado por João Gomes de Mello, um recém-nascido abandonado em casa de Antonio Ferreira. O tal exposto em questão fora levado à pia de batismo oito dias após ter sido encontrado, aos 8 de dezembro do mesmo ano, onde recebeu o mesmo nome de seu padrinho, Manoel. Apadrinharam o pequeno desvalido, Manoel Fernandes Campos,<sup>410</sup> filho do alferes Domingos João de Campos, o mesmo acima, e Teresa de Jesus Maria, filha do proprietário do domicílio em que Manoel fora abandonado.<sup>411</sup>

Devemos levar em conta o seguinte ponto, Manoel Fernandes Campos tornou-se familiar espiritual de uma criança que tinha a mesma origem de sua suposta mãe. Por outro lado, a esposa desse colono também era uma exposta.<sup>412</sup> Sendo assim, notamos a real expansão das teias de caridade, que foram construídas com fios de misericórdia que não se rompiam: Manoel Fernandes Campos passa para o pequeno abandonado não apenas seu nome, mas também a dom que um dia foi concedido a mulher de seu pai e a sua própria esposa, o batismo e a salvação, esperando um dia o retorno que viria de Deus.

Na realidade, o que detectamos nessa análise, foram expostos que se ligavam a expostos, mesmo que fosse colateralmente. No ano anterior, o Alferes se tornou padrinho de seu próprio neto, o qual teve por madrinha a própria tia. Sendo assim;

---

<sup>407</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / Op. cit.

<sup>408</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1761-1763 / F, 6. v – Lourenio.

<sup>409</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1763-1765 / F, 12. v – Patricio (sic).

<sup>410</sup> Manoel Fernandes Campos não aparece nos documentos consultados como filho de Rosa Maria, podendo ser filho de uma primeira esposa.

<sup>411</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 33 – Manoel exposto.

<sup>412</sup> A condição de exposta da esposa de Manoel Fernandes Campos é apresentada pelo Assento de batismo da filha do casal.

*Maria filha de Manoel Fernandes Campos, e de Dona Antonia Maria de Mendonça exposta em casa da Dona Maria Magdalena de Mendonça já defuncta foi bautizada com os sanctos oleos na capella de Nossa Senhora da Conceição de Jundiahi de licença minha pelo padre Jose Vieyra Afonço aos vinte, e nove de dezembro de mil settecentos, e secenta, e sette. Forão Padrinhos o Alferez Domingos João de Campos, e sua filha Dona Anna Guiteria todos desta freguesia, e não constava mais da Certidão, doque fis este termo, em que por verdade me-assinei. Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande.<sup>413</sup> (Grifo nosso)*

Nota-se também que a mãe da pequena Maria, a exposta Dona Antonia Maria Mendonça herdou o sobrenome da proprietária do domicílio onde foi abandonada, possivelmente concedido pela Senhora Dona Maria Magdalena de Mendonça, que já era falecida em 29 de dezembro de 1767. Por ventura, consideramos que a própria transmissão de nome da proprietária do domicilio receptor para Dona Antonia Maria de Mendonça exposta, foi uma estratégia daquela casa para gerar o espaço simbólico da mesma.

Por outro lado, a transmissão de nomes na colônia era extremamente complicada, como já foi discutido. Ainda mais quando se trata de crianças expostas, que algumas vezes não recebiam os donos do domicílio onde foram deixados como padrinhos, e sendo assim, cresciam como agregados. Na vila de Sorocaba foram pouquíssimos os enjeitados que contraíram o sobrenome das famílias receptoras.<sup>414</sup>

Uma pergunta, tal como muitas outras perguntas sobre o mundo colonial, ficará sem resposta. Será que mesmo tendo sido enjeitada na casa do Sargento-mor Mario de Crasto

<sup>413</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1768-1770 / F, 4 – Maria.

<sup>414</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX". In: FUKUI, Lia. (Org.). **Segredos de família**. p. 26.

Rocha, Dona Rosa Maria de Mendonça não foi criada na residência da finada Dona Maria Magdalena de Mendonça? Ou será que a dita finada era sua madrinha? É clara a semelhança entre os nomes de Dona Rosa Maria de Mendonça exposta, e Dona Antonia Maria Mendonça exposta, direciona para Dona Maria Magdalena de Mendonça. Mas não sabemos, já que a investigação sobre recém-nascidos abandonados nos permite um alcance longitudinal muito curto.

Assim, anos mais tarde quando se contabilizava em torno de vinte e cinco anos desde aquele batizado da pequena Maria, tivemos conhecimento que o Alferes Domingo João Campos, voltou a se ligar por laços de apadrinhamento a pessoas com origem no abandono domiciliar. Foi no ano de 1792 que o colono José Rodrigues Silveira, teve abandonado em sua casa um recém-nascido do sexo masculino. Isso ocorreu mais especificamente na data de 6 de julho. No ato do batismo o enjeitado recebeu o nome de Nicacio, e teve como seus padrinhos o dito militar Domingos João Campos, e Josefa Joaquina, filha de José Martins Prassa. Sendo batizado no espaço religioso da capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, dois dias depois de ser encontrado na “porta do colono”.<sup>415</sup>

Dessa maneira, mesmo que superficialmente, podemos entrever uma “afinidade” de Domingos João de Campos por pessoas de genitores “desconhecidos”. Simples acaso? É obvio que não! Domingo João Campos era católico, freguês da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e, estava envolvido em uma grande e longa teia de caridade, que se expandia a cada batismo, como foi o caso de Nicacio, teia esta que se baseava na passagem do dom, no jogo de dar, receber e retribuir. Na situação de nosso Alferes ele estava envolvido no aspecto da misericórdia, o retorno viria após a sua morte.

---

<sup>415</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 141. v – Nicacio exposto.

Nesse mesmo contexto, destacamos que a escolha da madrinha de Nicacio exposto não foi uma atitude aleatória, posto que, a família de Josefa Joaquina já tinha experiência no acolhimento desses desvalidos. Pois, já havia acolhido um exposto em sua casa:

*Rita filha legitima de Joaquim Lino Rangel exposto em casa de Antonio Martins Prasa Junior e de Anna Francisca Barbosa naturais desta Freguesia neta materna de Felis Barbosa (...) natural de Pernambuco e de Antonia Maria da Conceição natural desta Freguesia nascio aos vinte e sete de junho de mil settecentos e oitenta e sette e foi batizada com os santos oleos aos vinte e quatro de julho do dito anno de licença minha nesta Matrix pelo padre Francisco Manuel Marciel de Mello e forão padrinhos José Teixeira casado e Maria Ignacia solteira e não se continha mais em dito asento do que mandei fazer este em que por verdade me assigno. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigario do Rio grande<sup>416</sup> (Grifo nosso).*

Apesar de ter um padrinho e uma madrinha em suas famílias, tal como muitas outras famílias da freguesia estavam envolvidos no recolhimento e acolhimento e na gestão dos espaços simbólicos para os expostos, o pobre Nicacio não foi capaz de chegar a idade produtiva e reprodutiva, o exposto morreu como tantos outros, quatro meses após ter sido abandonado, foi sepultado na capela de Nossa Senhora do Jundiá.<sup>417</sup>

Domingos João Campos, também teve abandonada em sua casa outra uma menina que recebeu o nome de Joana, no entanto a exposta não resistiu vivendo apenas 11 meses, morreu na data de 14 de maio de 1767. Foi enterrada na capela de Santo Antonio do Potengi, teve seu corpo envolto em uma mortalha de tafetá azul.<sup>418</sup> Quinze anos após a morte de Joanna, em 11

<sup>416</sup> IHG-RN / CAIXA DE BATISMO / LIVRO: 1786-1795 / F, 4 – Rita.

<sup>417</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1792-1793 / F, 6 – Nicacio exposto.

<sup>418</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1767 / F, 3 – Joanna exposta.

de março de 1782 morreu mais um enjeitado que fora deixado na soleira do domicílio do mesmo colono em questão. Domingo João Campos recebeu um menino que não sobreviveu às precariedades do mundo em colônia, o recém-nascido recebeu o nome de Januário, foi sepultado na capela do Jundiáí, com hábito branco.<sup>419</sup>

Um questionamento que podemos fazer, sem que tenhamos uma resposta plausível para ela, é: por que o alferes Domingo João Campos estabeleceu laços de matrimônio com uma exposta? Perguntamos isso já que

*Não se pode, igualmente, deixar de perceber a importância das relações de parentesco na construção de uma dada rede de poder. Neste âmbito, os casamentos ganhavam um peso considerável, uma vez que segundo Mafalda Soares da Cunha, 'a escolha do cônjuge constituía um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais.'*<sup>420</sup>

O que podemos conjecturar é que o morador da freguesia que também era um militar, deveria ter tido relações estreitas com a casa que criou sua esposa, deixando claro que desconhecemos quaisquer informação sobre alguma vantagem ou benefício material que ele tenha tido casando com a enjeitada, pois, [...] *as alianças matrimoniais não eram motivadas por laços afetivos, mas sim por estratégias sociais, políticas e econômicas.*<sup>421</sup>

Em última análise, podemos supor que a união de Domingos João Campos e a exposta da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, poderia estar relacionado a um elo de afetividade, negando o que afirma os especialistas no assunto. Já que casar com alguém que

<sup>419</sup> IHG-RN / CAIXA DE ÓBITO / LIVRO: 1780-1784 / F, 14v – Januario exposto.

<sup>420</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, ET AL. "Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735" **Topoi**. p. 100.

<sup>421</sup> *Ibid.*, p. 106.

um dia foi exposto era se unir com uma pessoa de origem incerta. Por fim, acreditamos que unido ao laço de afetivo estava o processo de expansão das teias caridade, pois casado com a enjeitada, o colono consolidava a inserção social dela e trazia para o centro da sociedade um dos elementos mais marginalizados em colônia, o exposto. Ela deixou de ser uma exposta qualquer, para ser a esposa do militar e senhor de escravos Domingo João Campos, criando para ela um espaço social.

Não sabemos com precisão, e provavelmente nunca saberemos, que motivos reais do íntimo da pessoa de Domingo João Campos possibilitaram sua ligação com tantos expostos no decorrer de sua vida. Marido de uma exposta, sogro de uma exposta, recebeu expostos na soleira de sua casa e também foi padrinho de exposto. Sendo assim, podemos afirmar que o sentimento de caridade cristã que existia em seu imaginário serviu como mola propulsora para toda aquela articulação. Pois,

*O dispositivo da caridade, gestado e colocado em funcionamento através do discurso e da prática da igreja Católica, se consolidou como uma prática de poder, de dominação e de controle. Se, por um lado, estimulava o acolhimento dos expostos por parte dos fiéis, por outro, virava moeda de troca, à medida que abria para o católico mais uma possibilidade de dar visibilidade a sua fé, ampliando seu campo de exercício da misericórdia e da piedade, e com a prática de mais essa boa ação adiantava seus passos em direção a salvação eterna.<sup>422</sup>*

Nascimento ainda comentou que o sentimento caritativo dava as bases à prática de socorro aos expostos, como demonstramos anteriormente, dando força paradoxalmente à ação

---

<sup>422</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). p. 35.

do abandono de recém-nascidos, que por sua vez gerava uma “tolerância social” reconhecida pela Igreja. E continua:

*[...] na medida em que era complacente com as relações geradoras de filhos indesejáveis ao acobertar os genitores no anonimato desresponsabilizando-os pelos filhos que procriavam, e, por outro lado, dava mais uma oportunidade para os católicos externarem o quanto eram temente à Deus e o quanto almejavam a salvação com o acolhimento e a criação dos pequenos enjeitados, davam visibilidade as suas ações e gestos piedosos.<sup>423</sup>*

Gestos piedosos, a materialização da caridade, a busca pela salvação da alma. A economia moral do dom ou da dádiva (dar, receber e retribuir). Assim, conjecturamos que o morador da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, o senhor Domingos João Campos fez, às vezes, da Santa Casa de Misericórdia: recebeu, batizou, casou, fez a inserção e ascensão social de alguns daqueles expostos em um lugar da América portuguesa onde o Roda dos expostos não existia, como também a própria Câmara simplesmente fazia de conta que os enjeitados não existiam. Em suma, ele como tantos outros da freguesia provavelmente esperavam a retribuição de suas atitudes na vida eterna, de onde partiu o dom, de Deus.

---

<sup>423</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). p. 35.

# CONCLUSÃO

Apesar dos grandes avanços nas linhas de pesquisa sobre a história da infância, fazer a história da criança abandonada ainda não é nada fácil. As dificuldades se encontram em duas vertentes, tanto nos referenciais teóricos que ainda são poucos, principalmente na bibliografia produzida no Brasil, como no elemento principal da pesquisa, as fontes. O grupo de historiadores que se dedicam à investigação do passado do abandono de crianças na história do Brasil ainda é bastante pequeno, os trabalhos ainda não são capazes de produzir um panorama amplo. No que é relativo à documentação, a maior parte das pesquisas foram realizadas a partir de arquivos institucionais (Santas Casas de Misericórdia ou Câmaras municipais), organizações responsáveis pela criação dos expostos, tendo os documentos paroquiais, como, Assentos de batismo, casamento e óbito ou mesmo as Listas nominativas, como fontes auxiliares ou complementares.

No caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que pesquisamos todo século XVIII, seguimos o caminho das pedras, o caminho árduo da investigação histórica, pois naquela jurisdição eclesiástica não houve a organização de uma Irmandade da Misericórdia, logo a Santa Casa e a Roda dos expostos também não existiram. Sendo assim, tivemos que nos deter em indícios, nos vestígios deixados por aquela comunidade cristã, como tantas outras comunidades cristãs, sobre seus recém-nascidos abandonados nos registros da igreja matriz.

Foram os Assentos de batismo, casamento e óbito, seguido de outros registros como, o Livro de Tombo da freguesia, que possibilitaram a construção da pesquisa, em que não somente observamos a presença do abandono de crianças, mas também outros aspectos da formação daquele território eclesiástico.

Uma comunidade composta pelos mais variados tipos sociais, como: militares; padres; escravos; índios; mulheres solteiras; viúvas e vadios. Lugar onde a igreja matriz, como tantas

outras igrejas matrizes do mundo colonial português, estava sob responsabilidade da própria comunidade. Suas capelas seguiram os caminhos dos rios, e estavam onde os colonos estavam, já que sua principal função era dar assistência religiosa aos muitos moradores que viviam espalhados nas várias ribeiras. Elas se configuravam como braços da fé católica que se estendiam às partes mais distantes e periféricas da freguesia.

Além da composição física e estruturante de uma igreja matriz e suas capelas, era a presença de um clero secular que dava à freguesia o seu real sentido. Mas sua existência se consolidava principalmente com a participação dos próprios moradores, denominados de fregueses, em assuntos que os atingiam profundamente, sendo a “identidade” cristã daquele grupo fortalecida pelas práticas de caridade, já que eram eles mesmos que assistiam os mais pobres e necessitados daquele espaço.

A freguesia, representada na figura dos moradores, estava imersa em um mundo de normas, que não eram próprias dela, mas pensadas e criadas inicialmente no Reino e também aplicadas nas terras de além-mar na América. Um discurso normativo desenvolvido e estabelecido pelo Estado e pela Igreja. Em um panorama mais amplo, percebemos que a Igreja dispunha de regras para controlar a si própria, no controle da imagem de seus sacerdotes, na América portuguesa a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Portanto tal controle se difundiu, espalhando-se entre os bispados e entre eles estavam o Bispado de Pernambuco e suas sub-unidades, as freguesias.

As cartas pastorais que advinham das sedes dos Bispados, no caso de nossa freguesia as que vinham da Sé de Olinda, foram instrumentos para regular a vida do clero secular que estava bem mais próximo dos colonos, como para manter cada vez mais normatizada a vida dos moradores. As orientações foram muitas, da Igreja para os padres, dos padres para os moradores, para que todos vivessem em um ambiente controlado. No entanto, os sacerdotes

que tinham a função de orientar e regular a vida prática dos colonos, em alguns momentos transgrediram as normas, seduziram mulheres, realizaram casamentos noturnos, revelaram confissões. Na mesma tendência, vinham os moradores, mulheres que penetravam o espaço público que era dos homens, contrariando as normas e sendo penalizadas pelo Estado. Casais que convidaram escravos para serem padrinhos de seus filhos, os inúmeros filhos naturais conseqüente de uniões ilegítimas e os vários recém-nascidos abandonados nas portas contribuíram para o inverso da norma.

Em um mundo, em que o obedecer e o desobedecer marcava as micro-estruturas do cotidiano, os recém-nascidos enjeitados, visto na época como filhos de Eva ou da imoralidade, eram uma verdadeira representação do inverso da norma. Rebentos que nem sempre foram expostos por questões morais, no entanto, como no resto da América portuguesa, não sabemos os motivos específicos para os abandonos das crianças nas terras de Nossa Senhora da Apresentação.

O que descobrimos em poucos documentos paroquiais foi a existência de uma prática informal de acolhimento familiar, em que não houve envolvimento nem do Estado nem da Igreja, de forma direta. Sendo assim, os próprios moradores da freguesia assumiram e dividiram a responsabilidade sobre os enjeitados. Divisão de responsabilidade que foi “forçada” pela falta das instituições que normalmente cuidava dos expostos. A falta de tais instituições para cuidar dos pequenos enjeitados, possibilitou a formação de teias de caridade, que envolviam os colonos e expostos, firmadas no princípio da misericórdia.

Em suma, os expostos que eram considerados resultado de desvios de conduta, foram elementos importantes na freguesia para que os cristãos se tornassem mais cristãos e construíssem seus caminhos em direção à salvação. Na falta da Irmandade da Misericórdia, da Santa Casa e da Roda dos expostos, se teceram teias de caridade com fios de misericórdia, que estava fundamentada na economia moral, no jogo de dar, receber e retribuir. Nela era

estabelecida uma relação desigual entre homens livres, em que todos eram beneficiados. No ato de recolher e batizar um exposto, tanto o adulto que recolheu, como o enjeitado e seu padrinho tinham um ganho espiritual simbólico, ambos seriam contemplados com a salvação.

Por fim concluímos que, o exposto que era batizado recebia na pia de batismo a salvação, sua primeira inserção social. Ele passava a ser um habitante da freguesia, recebia um nome e ao mesmo tempo um lugar socialmente construído e aceito pela comunidade, o espaço simbólico de exposto. Quando o enjeitado casava consolidava sua inserção, a freguesia ratificava seu lugar social, ele gerava filhos legítimos, era marido ou esposa de alguém, mas o estigma o acompanhava até fim de sua vida.

Por último, afirmamos e demonstramos que os homens no passado construíram e delimitaram espaços, territórios que estavam sob a égide do Estado, mas moralmente controlados pela Igreja, como foram as freguesias, fossem no Reino ou nas colônias de além-mar. Dentro delas se criam espaços institucionais e simbólicos, sendo o discurso normativo determinante para se delimitar os lugares socialmente aceitos, pois as transgressões muitas vezes geravam os indesejados e, estes necessitavam de seus lugares na comunidade, no caso específico dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a sociedade que abandonava era a mesma que acolhia e os inseria na mesma sociedade.

**FONTES**

**E**

**BIBLIOGRAFIA**

## FONTES

### Manuscritos:

#### **A - ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

1 - LIVROS de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação / Capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1753 – 1755.

LIVRO: 1755 – 1757.

LIVRO: 1760 – 1761.

LIVRO: 1761 – 1763.

LIVRO: 1763 – 1765.

LIVRO: 1765 – 1766.

LIVRO: 1768 – 1770.

LIVRO: 1770 – 1777.

LIVRO: 1786 – 1795.

2 - LIVROS de casamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação / Capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1727 – 1740.

LIVRO: 1740 – 1752.

LIVRO: 1752 – 1760.

LIVRO: 1761 – 1769.

LIVRO: 1769 – 1782.

3 - LIVROS de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação / Capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1760 – 1765.

LIVRO: 1762 – 1765.

LIVRO: 1767.

LIVRO: 1768.

LIVRO: 1780 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1791.

LIVRO: 1788 – 1802.

LIVRO: 1792 – 1793.

LIVRO: 1795 – 1802.

4 - LIVROS de termos de vereação da cidade do Natal / Capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1737 – 1738.

LIVRO: 1738 – 1752.

LIVRO: 1781 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1790.

LIVRO: 1784 – 1793.

LIVRO: 1793 – 1802.

LIVRO: 1784 E OUTROS.

5 - LIVROS testamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação / Capitania do Rio Grande do Norte.

➤ TESTAMENTO DE DONA CATHARINA PERALTA RANGEL (1775)

## **B - ACERVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO NATAL**

1 - PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO da igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, 1725-1890 / Capitania do Rio Grande do Norte.

➤ VIZINHOS E COSTUMES DESTA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO RIO GRANDE E DIREITO PAROQUIAIS QUE OS REVENDOS PÁROCOS COSTUMAM PAGAR DE SEUS BENESSES E

\_\_\_\_\_ MOLUMENTOS CONCORDADOS EM AUTO DE VISITA DE 9 DE MARÇO DE 1760.

- REGISTRO DE UMA PORTARIA DO EXCELENTÍSSIMO REVERENDÍSSIMO SENHOR DOM FRANCISCO XAVIER ARANHA, PARA QUE E FOR SERVIDO DESMEMBRAR DESTA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE A RIBEIRA DO CEARÁ MIRIM, A PARTE DE ALÉM DO RIO MARÉ, OU POTENGI ADJUDICANDO ARROUBAS PERTENCENTES A FREGUESIA DA NOVA VILA DE EXTREMOS DO NORTE, 1762.
- TRASLADO DO EDITAL DE REUNIÃO DO POVO DE SÃO GONÇALO, RIBEIRA DO POTENGI, RODRIGO MOLEIRO, ALDEIA VELHA E REDINHA, 1765.
- REGISTRO DE UMA PASTORAL DIOCESANA QUE NESTA MATRIZ SE PUBLICOU POR MANDADO DO EXCELENTÍSSIMO E REVERENDÍSSIMO SENHOR DOM FRANCISCO XAVIER ARANHA, POR MERCÊ DE DEUS E SANTA SÉ APOSTÓLICA BISPADO DE PERNAMBUCO DO CONSELHO DE SUA MAJESTADE FIDELÍSSIMA E MANDADO REGISTRAR NESTE LIVRO DAS VISITAS POR ORDEM DO REVERENDÍSSIMO SENHOR DOUTOR VISITADOR MARCOS SOARES DE OLIVEIRA, 1760.
- DOUTOR MANUEL GARCIA VELHO DO AMARAL, CÔNEGO MEIO \_\_\_\_\_ NA SÉ DE OLINDA, PROCURADOR DA MITRA E PROMOTOR DO BISPADO E VISITADOR GERAL DOS SERTÕES DO NORTE DA PARTE DE BAIXO POR SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA QUE DEUS GUARDE, 1764.
- JOAQUIM MONTEIRO DA ROCHA, PRESBITERO SECULAR E VISITADOR QUAL REPARTIÇÃO BAIXA DO NORTE, PARA \_\_\_\_\_ SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA QUE DEUS GUARDE [...], 1779.

- TRASLADO DA PASTORAL DO EXCELENTÍSSIMO REVERENDÍSSIMO SENHOR DOM TOMAS DA ENCARNAÇÃO, BISPO DE PERNAMBUCO, 1775.
  
- IGNÁCIO DE ARAÚJO GONDIM, PRESBITERO SECULAR, VIGÁRIO CONFIRMADO NA IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO DE JABOATÃO, E VISITADOR GERAL DOS SERTÕES DO NORTE DA REPARTIÇÃO DEBAIXO POR SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA QUE DEUS GUARDE, 1768
  
- TERMO DE VISITA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO NATAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 1795.
  
- DOM JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEVEDO COITINHO POR GRAÇA DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA, BISPADO DE PERNAMBUCO DO CONSELHO DE SUA Magestade FIDELÍSSIMA QUE DEUS GUARDE [...], 1798.

**Impressas:**

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Ed. USP / Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

**CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, feitas, e ordenadas pelo Illustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceitas em o synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. [Cópia do exemplar listado nesta relação refere-se à reimpressão mandada fazer em 1853].

CORTEZ, Jerónimo. **Lunário perpétuo**: prognóstico geral e particular para todos os reinos e províncias. Lisboa: Ed. Livraria Editora, 1955.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2.ed. Recife: Ed. Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

ORDENAÇÕES FILIPINAS – [www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenações.htm](http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenações.htm)

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Myrienne Carla Oliveira de. **As mulheres no espaço público colonial de Natal: daninhas e mal procedidas**. Natal: UFRN, 2007. (Monografia de graduação em História)

ALGRANTI, Leila Mezan. “Família e vida doméstica”. In: NOVAIS, F. A. (Dir.), MELLO E SOUZA, L. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 83-154. (Coleção História da vida privada no Brasil; v. 1)

ALMEIDA, Luís Castanho de. “Clero secular diocesano brasileiro setecentista”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 3, 1963. (Anais comemorativos)

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império português – séculos XVI-XVIII**. Recife: Ed. Imprensa Universitária da UFRPE / UFPE, 2005.

ANJOS, João Alfredo dos. **A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de mestrado em História)

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1997.

\_\_\_\_\_. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.), BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. p. 45-77.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1981.

AZZI, Riolando. “A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial”. In: HOORNAERT, Eduardo Et al. **História da Igreja no Brasil: primeira época**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Sitio”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 766-767.

\_\_\_\_\_. “Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, Século XVIII e XIX”. In: FUKUI, Lia (org.). **Segredos de família**. São Paulo: Ed. Annablume/Menge-USP/Fapesp, 2002. p. 15-41.

BARATTA, José do Carmo. **História Ecclesiastica de Pernambuco**. Recife: Ed. Imprensa industrial, 1922.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. “Pombal, Marquês de”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 645-648.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra, 1712-1728. (WWW.ieb.usp.br)

BURKE, Peter. **A escola dos Annales, 1929-1989: a Revolução francesa na historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. (Biblioteca de História; v. 5)

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].

\_\_\_\_\_. **Paróquias do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado, 1992. (Coleção Mossoroense. Série B; n. 1140)

\_\_\_\_\_. **História da cidade do Natal.** 3.ed. Natal: Ed. IHG/RN, 1999. (Coleção Natal 400 anos; v.1)

CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínio da História:** ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Ed. Florense-universitária, 1982.

CHANTAL, Suzanne. **A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terremoto.** Lisboa: Ed. Livros do Brasil, s/d.

COATES, Timothy J. **Degredados e Orfãos:** colonização dirigida pela Coroa no Imperial português (1550-1755). Lisboa: Ed. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

DEAN, Worren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio / Brasília: Ed. UNB, 1993

\_\_\_\_\_. “História do cotidiano e vida privada”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997. p. 259-274.

\_\_\_\_\_. “Ritos da vida privada”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 275-330.

\_\_\_\_\_. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Festas e utopias no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres no Brasil colonial.** São Paulo: Ed. Contexto, 2000. (Repensando a história)

\_\_\_\_\_. **Religião e religiosidade no Brasil colonial.** 6.ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001. (Coleção História em movimento)

\_\_\_\_\_. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 84-106.

DESAN, Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HONT, Lynn. **A nova História Cultural.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995. p. 63-96.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

DIAS, Tiago Alves. **Carne, farinha e aguardente:** o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno (1750-1808). Natal: UFRN, 2007. (Monografia de graduação em História)

DOLHNIKOFF, Miriam. “Feijó, um liberal do século XIX”. **Nossa História,** Biblioteca Nacional, n.6, p. 72-75, abr. 2004.

DUBY, George. **A História contínua.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar / URFJ, 1993.

FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínio da História:** ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997. p. 241-258.

\_\_\_\_\_. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “Pobres do Açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **História Econômica do Período Colonial.** 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp / Imprensa Oficial – SP / HUCITEC, 2002. p. 21-34.

FERREIRA, Tolstói de Paula. “Subsídios para a história da assistência social em São Paulo”. **Revista do Arquivo Municipal**, V. LXVII, jun. 1940.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. **Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997. (Coleção Estudos históricos; n. 30)

\_\_\_\_\_. **Mulheres e família na América portuguesa**. São Paulo: Ed. Atual, 2004.

FILHO, Olavo de Medeiros. **Terra natalense**. Natal: Ed. Fundação José Augusto, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 30.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII**. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de mestrado em História)

FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII**. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de mestrado em História)

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana-de-açúcar sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 37.ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Record, 1999.

GANDELMAN, Luciana. “As mercês são cadeias que não se rompem: liberdade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português”. In: SOIHEIT, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Ed. FAPERJ / MAUAD, 2005. p. 109-126.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, Philippe, DUBY, George (Dir.), ARIÈS, Philippe, CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991. p. 311-329. (História da vida privada; v.3)

GOLDSCHIMIDT, Eliana. “Compadrio”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 190-191.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, FRAZÃO, Gabriel Almeida, SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735”. **Topoi**. v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, p. 96-137.

GUIMARÃES, Bernardo. **Rosaura, a enjeitada**. São Paulo: Ed. Saraiva, s/d.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP & A, 1997.

HARVAY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, 2005. (Coleção Geografia e adjacências)

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **O extremo Oeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

HOORNAERT, Eduardo. **A História da Igreja no Brasil: 1550-1800**. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História, n. 45)

JANOTTI, Aldo. “Historiografia brasileira e teoria da fronteira natural”. **Revista de História**. Ano XXVI, v. LI, São Paulo, 1975, n. 101, jan-mar.

JOHNSON JÚNIOR, Harold B. “**Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**”. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985 / <http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>)

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Igreja no Brasil colonial”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial – Administração, Economia, Sociedade**. 11.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004. p. 51-76. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, T. 1, v. 2)

LEITE, Miriam L. Moreira. “O óbvio e o contraditório da Roda”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. p. 98-111.

LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. “Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 61-75. (Caminhos da história)

LIMA, Nestor dos Santos. **A Matriz de Natal**. Natal: Ed. Atelier Typographico M. Victorino e C., 1915.

LINHARES, Maria Yedda Leite, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003. (Coleção Mossoroense. Serie C; v.1379)

\_\_\_\_\_. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII**. Recife: UFPE, 2005. (Tese de Doutorado em História)

LOTT, Mirian Moura. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. In: [WWW.geocities.com.br](http://WWW.geocities.com.br)

LYRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3.ed. Natal. Ed. IHG(RN), 1998. (Coleção; v. 17)

MARCILIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. **Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas**. São Paulo: Ed. Novos Ubrais, 1977.

\_\_\_\_\_. **Caiçara: terra e população – Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. São Paulo: Ed. Paulinas / CEDHAL, 1986. (coleção Raízes)

\_\_\_\_\_. “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950”. In: DE FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. p. 53-79

\_\_\_\_\_. **História social da criança abandonada**. 2.ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2006.

MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte**. Natal, 2000. (Primeira parte, Dissertação apresentada à UFBA)

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte: 1597 – 1822**. Natal: Ed. Natal Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2002.

MARSON, Adalberto. “Reflexões sobre o procedimento histórico”. In: SILVA, Marco (Org.). **Repensando a História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, s/d.

MARTINS, Paulo César Garcez. “Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX”. In: FUKUI, Lia. (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Ed. Annablume; Nemge/USP; Fapesp, 2002. p. 43-60.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. “O Senado da Câmara e as Crianças Expostas”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. p. 28-43. (Caminho da história)

\_\_\_\_\_, NOVAIS, Fernando A. “Comentário VI”. In: VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, jan – dez, 1996, Nova série, v. 4, p. 63-68.

\_\_\_\_\_. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 41-81. (Coleção História da vida privada no Brasil; v. 1)

\_\_\_\_\_. **Norma e conflito:** aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MENEZES, Mozart Vergetti de. “Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista, FERLINI, Vera Lucia do Amaral. **Modos de Governar:** idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Ed. Alameda, 2005. p. 327-304.

MESGRAVIS, Laima. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**. São Paulo: Ed. Conselho Estadual de Cultura, 1976.

METCALF, Aliada. “Expostos”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 324-326.

\_\_\_\_\_. “Ilegítimos”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 409-410.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. UFRN, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. 5.ed. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

MOTT, Luiz. “A Inquisição no Rio Grande do norte”. **O Poti**, Natal, 13 de julho de 1986.

\_\_\_\_\_. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura. (Org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 155-220. (Coleção História da vida privada no Brasil; v. 1)

MULVEY, Patrícia A. “A Santa Casa de Misericórdia”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 738-739.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia:** elementos para um diálogo. Campinas: Ed. ABEP, 2004. (v. 1)

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados:** o combate ao infanticídio e institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). Recife: UFPE, 2005. (Tese de Doutorado em História)

\_\_\_\_\_. “Casar, trabalhar, estudar: as estratégias de inserção social das mulheres expostas no Recife, 1890-1860”. **Dimensões-Revista de História da UFES**, Vitória, v. 17, p. 183-195, 2005.

NETO, Manoel do Rêgo Barros. **O Remir**. Natal: Não publicado – Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

NEVES, Guilherme Pereira das. “Administração eclesiástica”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 22-24.

\_\_\_\_\_. “Marquês de Pombal”. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial: 1500 – 1808**. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2000.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha:** assistência aos expostos e remodelação das condutas em desterro (1828-1887). São Paulo: PUC, 1990. (Dissertação de mestrado em História)

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Filhos da escuridão:** crianças expostas na Freguesia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII. Natal: UFRN, 2005. (Monografia de graduação em História)

\_\_\_\_\_. “Recém-nascidos expostos: os enjeitados da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte (Século XVIII)”. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 27, n. 13, p. 192-220, set-dez, 2006.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império:** família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

PIERONNI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas:** os degradados no Brasil-colônia. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 6.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 21.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 95-141. (Coleção História da vida privada no Brasil; v. 2)

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil de Varnhagem a FHC**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Escola dos Annales: a inovação em História**. 2.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

RIBEIRO, Arilda Miranda. **A educação da mulher no Brasil-colônia**. São Paulo: Ed. Arte & Ciência, 1997.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. “Koster, Henry”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: ed. Verbo, 1994. p. 470-472.

ROCHA POMBO, **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. Anuario do Brasil, 1922.

ROOSEL – WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. “Centros e periferias no mundo Luso-brasileiro, 1500-1808”. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998. ([www.scielo.br/rbh](http://www.scielo.br/rbh))

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 3.ed. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1969.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no Império português, 1500-1800**. Lisboa: Ed. Comissão Nacional para comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997. (Coleção Outras Margens)

\_\_\_\_\_. **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal.** Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 2001. (Coleção Temas de História de Portugal)

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.** 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Novas Fronteiras, 1985. (Arquivo Nacional, Coleção publicações históricas, n. 86)

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do Espaço: diálogo em torno da construção do significado de uma categoria.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

SCARANO, Julita. “Criança esquecida das Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 107-136.

SCHÜLER, Arnaldo. **Dicionário enciclopédico de Teologia.** In: [WWW.books.google.com.br](http://WWW.books.google.com.br). Acessado em 18/07/2009.

SILVA, Gian Carlo de Melo. “Um novo lugar social: casamento de expostos no Recife Colonial”. In: **Anais do I Congresso Nordestino de História Colonial.** João Pessoa: UFPB, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Esmola”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil.** Lisboa: Ed. Verbo, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. (v. 1)

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, jan-dez, 1996, Nova série, v. 4.

\_\_\_\_\_. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

\_\_\_\_\_. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 221-273. (Coleção História da vida privada no Brasil; v.1)

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: século XVIII e XIX.** Goiânia: Ed. Alternativa, 2003. (Coleção História de Goiás; v. 2)

VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

VEIGA, Eugênio da Andrade. **Os párocos no Brasil no período colonial: 1500 – 1822**. Salvador, 1997. (Tese para doutoramento na Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana).

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII**. São Paulo: USP, 1988. (Dissertação de mestrado em História)

\_\_\_\_\_. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Ed. Papyrus, 1999. (Coleção Textos do tempo)

\_\_\_\_\_. “Maternidade negada”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 189 – 222.

\_\_\_\_\_. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808. **História e Debates**, 19(32), p. 129 – 159, 2002.

XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. “Redes clientelares”. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Ed. Otampa, 1993. p. v. 4

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

WERTHEIM, Margaret. **Uma História do espaço: de Dante à internet**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

# ANEXO

## ANEXO-1

**Aos nove de março de mil setecentos e sessenta anos citando em visita nesta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande o Muito Reverendo Senhor Doutor Marcos Soares de Oliveira, achando-se na Matriz da dita Freguesia e o Reverendo Coadjutor João Tavares que fazia as vezes do Reverendo Vigário Manoel Correa Gomes, que se achava enfermo, e os mais fregueses abaixo assinado, ficaram concordados os vizinhos e costumes da sobredita freguesia na forma seguinte.**

|   |         |
|---|---------|
| Pago um enterro solene nesta cidade tem o Pároco de (...) pedindo.....  | 2\$000  |
| Pago estola.....  | 320     |
| Pago acompanhamento.....  | 320     |
| Pago Missa.....   | 320     |
| Pago vela.....  | 640     |
| Pago um enterro sem solenidade.....   | 1\$280  |
| Pago caminho por cada légua só de ida ou de vinda.....  | 640     |
| Pago licença para fora para enterrar algum adulto.....  | 2\$280  |
| Pago um enterro solene de algum inocente.....   | 2\$280  |
| Pago licença para fora para sepultar algum inocente ou enterrando-se na matriz sem procissão de enterro.....  | 960     |
| Isto se estende tanto a respeito de escravos como de forros ficando advertido dos caminhos e obrigação de ir buscar nos foras não se entendo com os defuntos escravos e com os inocentes. |         |
| Pago ofícios paroquiais dos adultos, que só pagarem aqueles que tiverem trinta mil reis de (...)  | 10\$000 |
| E da mesma sorte se entende a respeito dos filhos adultos morrendo debaixo do pátrio poder para que (...) o seu meio ofício.....  |         |
| Pago missas cantadas tanto para a Matriz como dentro tem dez mil reis o Reverendo Pároco para seu assistente e sacristão.....   | 20\$000 |
| Pago ofícios solenes de corpo presente ao Reverendo Pároco.....   | 8\$000  |
| Pago mesmo aos assistentes do evangelho a cada um.....  | 2\$000  |
| Pago mesmo ao sacristão tão do (...)  | 2\$000  |
| Pago ofícios solenes aos Reverendos Sacerdotes que assistem a cada um.....  | 2\$280  |
| Pago enterros solenes ao de missa, acompanhamento dela a cada um dos que assistem.....  | \$960   |
| Pago vela.....  | 320     |

|  |         |
|--|---------|
| Pago enterros solenes tem o sacristão de acompanhamento.....   | 320     |
| Pago cruz.....   |         |
| Pago enterro sem solenidade tem o sacristão.....   | 320     |
| Pago sinais com dois sinos para cada um.....   | 80      |
| Pago covas com arcos para dentro querendo algum secular ou sacerdote.....  | 20\$000 |
| Pago covas do arco e o cruzeiro.....   | 4\$000  |
| Pago covas do cruzeiro para baixo para os adultos.....   | \$800   |
| Pago covas do cruzeiro para baixo para os párocos.....   | \$400   |
| Advertindo também que aquelas esmolas das covas do cruzeiro para cima sendo para os párocos se dividirão a (...) respeito das esmolas. |         |
| Pago licenças de casamento para os forros.....   | \$960   |
| Pago licenças de casamento para os cativos.....  | \$320   |
| Pago licenças de batizados.....  | \$320   |
| Pago caminho aos Reverendos Sacerdotes para cada uma légua.....  | \$640   |
| Pago caminho ao sacristão pela primeira légua.....   | \$640   |
| Pago mais léguas daí por diante para cada uma.....   | \$640   |
| Pago conhe(...) o que está disposto pelas constituições do Bispado.....  |         |
| Pago (...) não sendo irmão ou pobre pagarão.....   | 2\$000  |

**FONTE:** PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (1725-1890), CIDADE DO NATAL